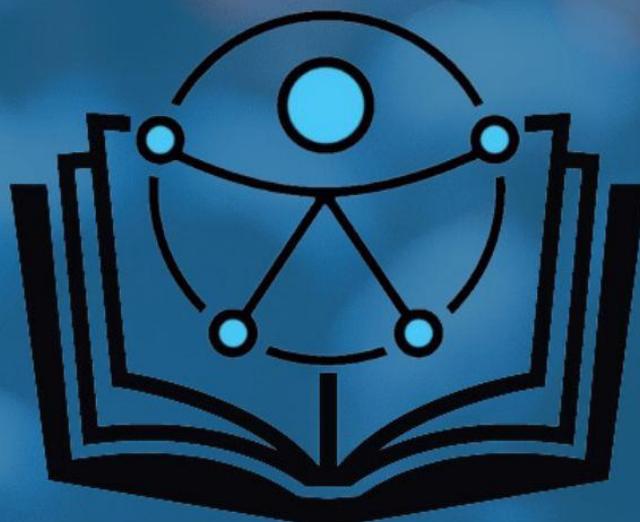


**Seminário de Educação Inclusiva
no Ensino Médio e Técnico do IFSul**



ANAIIS DO SEDINETEC

**4º Seminário de Educação Inclusiva
no Ensino Médio e Técnico do IFSul**

**16 a 18 de novembro de 2023
Sapucaia do Sul, RS**

Anais do SEDINETEC

4º Seminário de Educação Inclusiva no
Ensino Médio e Técnico do IFSul

16 a 18 de novembro de 2023
Sapucaia do Sul, RS

© 2021. Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Sapucaia do Sul.
Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O conteúdo e as opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Instituto Federal Sul-rio-grandense - Câmpus Sapucaia do Sul
Av. Copacabana, 100 - Piratini
Sapucaia do Sul - RS
CEP 93216-120
Telefone: (51) 3452-9200
E-mail: ss-ccs@sapucaia.ifsul.edu.br

Organizadoras:

Vanessa de Oliveira Dagostim Pires
Aline Tamires Kroetz Ayres Castro
Renata Porcher Scherer
Suzana Trevisan
Tarciana Angelica Lopes Damato

Publicação anual

ISSN 2764-1457

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S471 Seminário de Educação Inclusiva no Ensino Médio e Técnico do IFSul (4: 2023 : Sapucaia do Sul, RS).
Anais do SEDINETEC [recurso eletrônico]: 4º Seminário de Educação Inclusiva no Ensino Médio e Técnico do IFSul, 16 a 18 de novembro de 2023, Sapucaia do Sul, RS / Organizadoras: Vanessa de Oliveira Dagostim Pires... [et.al.]. — Sapucaia do Sul : IFSul, 2023.
122 p. ; il.

ISSN: 2764-1457

1. Educação inclusiva. 2. Acessibilidade. I. Pires, Vanessa de Oliveira Dagostim. II. Título.

CDD: 371.9

Bibliotecária responsável: Vivian Iracema Marques Ritta - CRB 10/1488

COORDENAÇÕES E COMISSÕES

Coordenadora Geral do Evento Vanessa de Oliveira Dagostim Pires

Comissão Científica Aline Tamires Kroetz Ayres Castro
Renata Porcher Scherer
Suzana Trevisan
Tarciana Angelica Lopes Damato

Comissão Organizadora Aline Tamires Kroetz Ayres Castro
Anderson Tres
Daniela Cardoso Salau Barboza
Fernanda Lopes Guedes
Janaina Pacheco Jaeger
Maria de Fátima Medeiros
Renata Porcher Scherer
Suzana Trevisan
Tarciana Angelica Lopes Damato
Thiago Luan de Oliveira Peixoto
Bianca Gonçalves Dumk
Amanda Horne Zorzo

REALIZAÇÃO

Núcleo de Apoio da Pessoa com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campus Sapucaia do Sul

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos os Anais da 4ª edição do “Seminário de Educação Inclusiva no Ensino Médio e Técnico”, o Sedinetec. Esse evento nasceu de uma demanda real e genuína nossa, professores, servidores e comunidade do Campus Sapucaia do Sul do IFSUL e membros do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas), que sentíamos a necessidade de aprender sobre a educação inclusiva no contexto do ensino médio e técnico e não encontrávamos outros espaços pra isso. Tínhamos muitas dúvidas, muitos temores, muitas ideias, muita vontade de fazer o melhor possível. Queríamos um ambiente para compartilhar aquilo que nós e nossos colegas estávamos criando, estudando, pesquisando. Dessa vontade nasceu o Sedinetec (Seminário de Educação Inclusiva no Ensino Médio e Técnico).

Esta edição do ANAIS reúne 21 resumos expandidos que apresentam práticas pedagógicas e pesquisas desenvolvidas relacionadas ao tema da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no ensino médio, técnico e ensino superior, em diferentes áreas de conhecimento, enriquecendo este cenário e possibilitando que essas práticas e pesquisas cheguem ainda mais longe.

Agradecemos a todos os autores e autoras dos textos, e desejamos que esta publicação seja uma fonte de inspiração, para juntos continuarmos a construir um futuro em que a educação inclusiva na educação profissional e tecnológica não seja apenas uma visão, mas uma realidade para todos e todas. Boa leitura!

Profª. Drª. Vanessa de Oliveira Dagostim Pires
Coordenadora Geral do Evento
Sapucaia do Sul/RS, Brasil, novembro de 2023

PROGRAMAÇÃO 4º SEDINETEC

Dias 16, 17 e 18 de novembro de 2023
Campus Sapucaia do Sul - IFSUL

16/11 - Quinta-feira

13h – Recepção e credenciamento

Visita à Exposição Semana Atípica

13h30 – Abertura Oficial

14h - Show Cultural de Abertura

Apresentação Teatral On-line: Os Inclusos e os Sisos (Escola da Gente)

15h às 17h - Mesa redonda 1: Políticas Públicas de Educação Inclusiva e a participação dos estudantes da educação especial

Participantes: Suzana Trevisan (IFSUL) e Estudantes

Mediação: Renata Scherer

17h às 18h: Coffe-break

18h30 às 19h: Mobilização do Aplicativo Vem Cá

19h às 21h: Palestra - Tema: Acessibilidade cultural. Direito e prazer

Palestrante: Claudia Werneck (transmissão online ao vivo)

Mediação: Vanessa Pires

17/11 - Sexta-feira

9h às 10h30 – Palestra: Inclusão e Acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica: Processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência visual

Palestrante: Luana Tillman (IFC)

Mediação: Aline Castro

10h30 às 12h30 - Bate-papo sobre Altas Habilidades e Superdotação na EPT.

Participantes: Lexandra Gomes e convidados.

Mediação: Aline Castro

12h30 às 13h30 – Intervalo para almoço

13h30 às 15h30 – Oficinas (simultâneas)

Oficina 1: Desenho Universal de Aprendizagem

Oficineira: Renata Scherer

Oficina 2: Cards Acessíveis

Oficineira: Verônica Machado

Oficina 3: Conhecendo a Leitura Fácil

Oficineira: Vanessa Pires

Oficina 4: As inteligências múltiplas e as potencialidades dos jogos de tabuleiro modernos no atendimento ao estudante

Oficineira: Aline Castro

Oficina 5: Atividade motora adaptada/inclusiva

Oficineira: Tarciana Damato

Oficina 6: Altas Habilidades e superdotação no ensino médio

Oficineiros: Thiago Silva e Silva e José Antônio Oliveira de Figueiredo

15h30 às 16h - Coffee break

16h às 18h

Mesa redonda 2 - Tema: Acessibilidade Cognitiva e Adaptação Textual

Participantes: Profa. Dra. Heloísa Delgado (UFRGS); Profa. Dra. Vanessa Dagostim Pires (IFSUL);

Mediação: Verônica Machado

18h às 19h – Galeria de Experiências

- Sala de Recursos Multifuncionais
- Semana de Arte Atípica
- Sala de Robótica

19h – Jantar por adesão na Pizzaria Mega Pizza, em São Leopoldo.

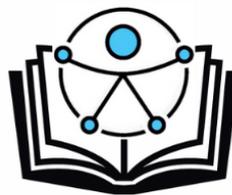
18/11 – Sábado

9h às 12h30

Sessões de comunicações orais

SUMÁRIO

A ACESSIBILIDADE NA WEB PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DIFICULDADES DE LEITURA	9
ACESSIBILIDADE NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	15
ACOLHIMENTO, O PRIMEIRO PASSO PARA ADAPTAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	21
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: Estratégias como aplicá-la em sala de aula.	25
CONSTRUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO INCLUSIVO DE MATEMÁTICA: um relato de experiência	30
HORTA AGROECOLÓGICA ACESSÍVEL: jardim dos Kokay's no Instituto Federal de Brasília - <i>Campus</i> Planaltina.....	36
INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO: subsídios para o aprimoramento de políticas institucionais no IFRS.....	43
INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: possibilidades de uma equipe multiprofissional	49
JOGOS DE TABULEIRO MODERNOS NO ENRIQUECIMENTO EXTRACURRICULAR PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO.....	55
LETRAMENTO ACADÊMICO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA	61
O MONITOR COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO: relato de experiência no Campus Sapucaia do Sul	66
POLÍTICAS INCLUSIVAS E O NID NA UFCSPA: desafios e possibilidades no ensino superior.....	72
A PRODUÇÃO DE UM MANUAL DE LEITURA FÁCIL PARA EDUCADORES	79
PROJETO BIBLIOTECA ACESSÍVEL	85
UMA PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE CURRICULAR EM MATEMÁTICA	91
TERMOS TÉCNICOS EM LIBRAS: Sinais convencionados e Intérpretes de Libras no Ensino Superior	98
O TRADUTOR ELETRÔNICO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA	102
A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM BIBLIOTECAS ESCOLARES NO INCENTIVO À LEITURA EM UM INSTITUTO FEDERAL DO SUL DO BRASIL	106
VIVÊNCIA NO GOALBALL: a experiência no ifsul câmpus sapucaia do sul	113
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Práticas e resultados no Campus São Bento do Sul	120



A ACESSIBILIDADE NA WEB PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E DIFICULDADES DE LEITURA

PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim¹
MOTTA, Bruna Freitas da²

¹Doutora em Linguística Aplicada, vanessapires@ifsul.edu.br, IFSUL Campus Sapucaia do Sul, Docente EBTT de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literatura; Mestra em Linguística Aplicada; Graduada em Letras. Coordenadora do Projeto Literatura Acessível.

²Estudante do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, brunafreitasmotta@gmail.com, IFSUL Campus Sapucaia do Sul. Bolsista do Projeto Literatura Acessível.

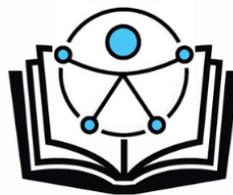
RESUMO: O presente trabalho apresenta uma proposta de acessibilidade cognitiva na web através da adaptação de textos de um site programado no WordPress para a Leitura Fácil. Para isso, foram analisadas algumas normas de acessibilidade na web, demonstrando como a acessibilidade cognitiva não tem sido contemplada nestes documentos. Após, explica-se como foram aplicadas algumas diretrizes de um manual de Leitura Fácil sobre diagramação do texto, além de atualizações de versões do programa utilizado. Por fim, destaca-se a importância de pesquisas que defendam a acessibilidade cognitiva na web, assim como aquelas que apontam caminhos para que isso possa ocorrer na prática.

Palavras-chave: acessibilidade web; acessibilidade cognitiva; Leitura Fácil.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade web tem se tornado uma preocupação cada vez mais relevante na sociedade moderna, à medida que a internet se torna uma parte intrínseca da vida cotidiana. Para Rocha e Duarte (2013), a capacidade de acessar informações, serviços e interações online é essencial para todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades físicas ou cognitivas. Nesse contexto, diversos marcos legais e regulatórios têm emergido em nível internacional e nacional, com o propósito de assegurar que a web seja um ambiente inclusivo e acessível para todos os usuários.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (2006) estabeleceu um compromisso global com a promoção, proteção e garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência. O artigo 9 da Convenção destaca a importância do acesso à informação e comunicação, incluindo a web, como um direito fundamental. No cenário nacional brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) exige a acessibilidade digital para sites mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo.



Além disso, a principal organização internacional de padrões para a web, a World Wide Web Consortium (W3C), desempenha um papel fundamental na promoção da acessibilidade web. As Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) desenvolvidas pelo W3C estabelecem critérios abrangentes para tornar o conteúdo online acessível a todos os usuários, independentemente de suas limitações.

Entretanto, enquanto avanços significativos têm sido realizados para assegurar a acessibilidade a pessoas com deficiência visual ou auditiva, a acessibilidade cognitiva muitas vezes permanece em segundo plano neste contexto. Indivíduos que enfrentam dificuldades na compreensão leitora, frequentemente deparam-se com obstáculos consideráveis ao interagir com conteúdos digitais complexos e densos.

De acordo com o "Guía para la mejora de la Accesibilidad Cognitiva en centros educativos" (BELINCHÓN et al, 2014), acessibilidade cognitiva é o conceito que se refere à capacidade de tornar coisas como ambientes, procedimentos, produtos, serviços, objetos ou ferramentas fáceis de entender. Nesse contexto, a importância da abordagem de Leitura Fácil ganha destaque como uma medida para aprimorar a acessibilidade cognitiva na web.

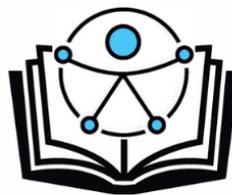
A Leitura Fácil, como é descrita no "Manual de Leitura Fácil para educadores" (PIRES et al, 2023), é uma forma de escrita que simplifica a compreensão e desempenha um papel fundamental na ampliação de oportunidades para as pessoas. A Leitura Fácil oferece benefícios a diversos grupos, tais como: indivíduos com deficiência intelectual, aqueles no espectro autista, entre outros.

Considerando o cenário descrito acima, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a acessibilidade cognitiva na web, investigando se os recursos para pessoas com deficiência intelectual e dificuldades de leitura são contemplados nas diretrizes de acessibilidade em sites.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, realizamos uma revisão das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG 2.2), empregando o Guia WCAG (SALES, 2018) como principal referência, com foco particular nas medidas que visam tornar o conteúdo compreensível para pessoas com diferentes habilidades cognitivas. Durante essa análise, observamos que algumas das principais medidas relacionadas à acessibilidade de compreensão dos conteúdos foram implementadas no nível mais rigoroso de conformidade, conhecido como AAA.

Existem três níveis de conformidade distintos estabelecidos pelas WCAG, cada um com requisitos crescentes de acessibilidade. O nível A representa o mínimo de conformidade e exige a implementação de todos os critérios de sucesso classificados como nível A. É a base essencial para tornar um conteúdo acessível a um público amplo. Para alcançar o nível AA de conformidade, é necessário atender não apenas aos critérios



de nível A, mas também aos critérios de nível AA. Isso implica em garantir um nível mais elevado de acessibilidade.

Entretanto, é importante destacar que a World Wide Web Consortium (W3C), responsável pela criação das diretrizes de acessibilidade WCAG, não impõe a exigência do nível AAA de conformidade como uma política geral para todos os sites, pois compreende que não é sempre possível satisfazer todos os Critérios de Sucesso do Nível AAA para certos tipos de conteúdo, deixando, muitas vezes, a acessibilidade cognitiva em segundo plano.

O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) também foi analisado com foco nas medidas de acessibilidade cognitiva. Em sua versão mais recente, é utilizado um conjunto de diretrizes e padrões destinados a tornar os serviços públicos eletrônicos do governo brasileiro acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou necessidades de acesso, trazendo melhorias significativas no conteúdo do texto para torná-lo mais compreensível e todas as medidas contidas nesse modelo são consideradas obrigatórias para todos os sites do governo brasileiro. Esta é uma escolha acertada, pois se as diretrizes visam tornar o conteúdo acessível, é crucial segui-las integralmente, uma vez que o descumprimento de algumas diretrizes pode comprometer a acessibilidade completa do ambiente (ROCHA, DUARTE, 2013).

Com base nas análises, destacamos a técnica de Leitura Fácil como uma estratégia de proporcionar acessibilidade cognitiva na web. Adotando as diretrizes estabelecidas no “Manual de Leitura Fácil para educadores” (PIRES *et al*, 2023), procedemos com a adaptação do site do Projeto Literatura Acessível, uma iniciativa desenvolvida no IFSUL campus Sapucaia do Sul. Neste trabalho, analisaremos a adaptação quanto à diagramação (envolvendo escolhas relacionadas ao tipo de fonte, tamanho, cor, espaçamento e alinhamento do texto).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O site do Projeto Literatura Acessível³, desenvolvido em 2020, utiliza o WordPress, uma plataforma de gerenciamento de conteúdo utilizada para criar, publicar e editar websites de forma simples. Para torná-lo mais acessível, em 2023, foi necessário uma atualização na versão do WordPress, pois a versão anterior não comportava as alterações necessárias, como é possível observar na Figura 1, em que apresentamos a primeira tentativa de aplicar as normas da Leitura Fácil no texto do site do Projeto Literatura Acessível.

Figura 1: página “Quem somos” do site do Projeto Literatura Acessível até julho de 2023



Fonte: produzido pelas autoras.

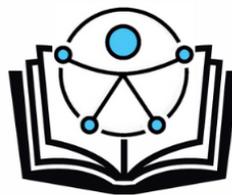
Na Figura 1, observa-se que o texto adaptado para Leitura Fácil perdeu sua formatação quando foi adicionado à página, alertando para a necessidade de tomar medidas adicionais para reformatar o texto, assegurando que ele atendesse aos padrões desta técnica garantindo, assim, que a acessibilidade e compreensibilidade fossem preservadas. A partir da atualização do WordPress eliminou-se a necessidade de utilizar linguagem HTML nos blocos de texto para formatação, e um novo tema, chamado Astra, foi aplicado ao site, proporcionando maior flexibilidade na disposição dos elementos visuais do site.

³Site do Projeto Literatura Acessível está disponível em: <http://ww3.sapucaia.ifsul.edu.br/literaturaacessivel/>

Figura 2: página “Quem somos” atualizada com o novo tema e adaptações



Fonte: produzido pelas autoras



Como observa-se na Figura 2, algumas diretrizes da Leitura Fácil quanto à diagramação foram aplicadas ao texto do site. As principais foram listadas abaixo, apresentando o número da diretriz conforme o Pires *et al* (2023, p. 28 - 43):

- 26. Utilize frases com até 65 caracteres por linha
- 37. Use tamanho de fonte 12 ou superior;
- 38. Use margens largas.
- 39. Use espaçamento de 1,5 cm entre linhas.
- 40. Use espaço uniforme entre as palavras.
- 41. Alinhe o texto à esquerda, sem justificar.
- 42. Use texto em bandeira.
- 43. Tenha cuidado com o uso das fontes. Use fontes sem serifa.
- 48. Não deixe artigos, preposições, pronomes e conjunções ao final de uma linha.

Tais diretrizes buscam oferecer um melhor conforto visual ao leitor ao acessar a página, deixando a leitura mais agradável, facilitando sua compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a legislação sobre acessibilidade na web existente e apontar caminhos para tornar os sites mais acessíveis a pessoas com deficiência intelectual e/ou dificuldade de compreensão leitora. Para isso, trouxe alguns conceitos como a acessibilidade na web e acessibilidade cognitiva, enfatizando como esta ainda não totalmente contemplada nas normativas brasileiras e internacionais que tratam sobre o tema. Por fim, apresentamos uma proposta de adaptação de textos de sites a partir da Leitura Fácil, utilizando como instrumento a aplicação do “Manual de Leitura Fácil para Educadores” (PIRES et al, 2023). Ressaltamos que esta pesquisa ainda é inicial e demais estudos são necessários para que as demais diretrizes sejam aplicadas, apontando possíveis necessidades de adaptações na programação do WordPress.

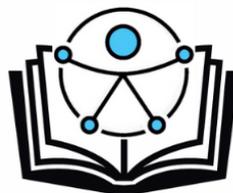
REFERÊNCIAS

BELINCHÓN, Mercedes; Casas, Silvia; DÍEZ, Cristina; TAMARIT, Javier. **Guía para la mejora de la Accesibilidad Cognitiva en centros educativos**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura e Deporte, 2014.

BRASIL. **eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Versão 3.1, 2014. Disponível em: <<https://emag.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: set 2023.

COMPREENDENDO A CONFORMIDADE. W3C. 2023. Disponível em: <<https://www.w3.org/WAI/WCAG21/Understanding/conformance#top>>. Acesso em: 14 set. 2023.



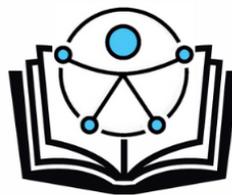
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Artigo 9: Acessibilidade. Assembléia Geral das Nações Unidas, 2006.

PIRES, Vanessa de O D; MACHADO, Verônica P; SCHERER, Renata P; KEMPER, Catarine. **Manual de Leitura Fácil para educadores.** Pelotas: Editora IFSul, 2023.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S. Diretrizes de acessibilidade web: um estudo comparativo entre as WCAG 2.0 e o e-MAG 3.0. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1678>>. Acesso em: 19 set. 2023

SALES, M. **Guia WCAG** (2018). Disponível em: <<https://guia-wcag.com>>. Acesso em: 13 set. 2023

WCAG 2.2 - WEB CONTENT ACCESSIBILITY GUIDELINES 2.2. W3C. 2023. Disponível em: <<https://www.w3.org/TR/WCAG22/>>. Acesso em: 13 set. 2023.



ACESSIBILIDADE NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS

TREVISAN, Suzana¹

¹Doutora em Educação, E-mail: suzanatrevisan@ifsul.edu.br, Educadora e servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campus Sapucaia do Sul.

Resumo:

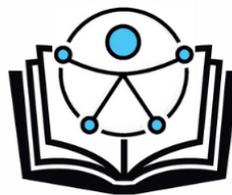
Na intersecção entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação Especial (EE), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) têm se destacado na proposição de políticas institucionais com vistas a garantir o direito à educação às pessoas com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação. Em diálogo, o presente texto tem como objetivo analisar a acessibilidade das políticas institucionais de Educação Especial dos IFs. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa. A análise foi desenvolvida através da perspectiva hermenêutica, tendo como corpus 17 documentos (resoluções, instruções normativas e regulamentações). Como resultados, destacam-se diferentes demandas por acessibilidade, já que os documentos não são plenamente acessíveis.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Políticas institucionais. Institutos Federais. Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

Como parte de um grupo de nações que compartilham uma mesma agenda, o Brasil, desde a primeira década do século XXI, tem proposto políticas públicas para assegurar um sistema educacional inclusivo. Na intersecção entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação Especial (EE), tais políticas buscam garantir o direito à educação em escolas comuns às pessoas com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação. Inseridos no contexto da Educação Superior, Básica e Profissional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são especializados na oferta de EPT, estão presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal e têm recebido um número cada vez maior de estudantes público-alvo da EE.

O presente texto é um recorte da pesquisa intitulada “As políticas de Educação Especial em Institutos Federais: singularidades na educação profissional e



tecnológica”, realizada como parte do processo de doutoramento em Educação. No texto em foco, o objetivo geral é analisar a acessibilidade das políticas institucionais de Educação Especial dos IFs e, para tanto, considera 17 documentos (resoluções, instruções normativas e regulamentações).

Em termos legais, vale ressaltar o dever dos órgãos e entidades públicas no que diz respeito à divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Na verdade, tal responsabilidade deve ser cumprida, independentemente de requerimentos, e a divulgação das informações deve estar em local de fácil acesso (BRASIL, 2011). Além do aspecto que orienta a fácil localização dos documentos, as instituições públicas devem prever a acessibilidade nos sítios da internet de órgãos de governo, para que todas as pessoas tenham garantido o acesso às informações, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (BRASIL, 2015). Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no terceiro artigo, considera como barreiras nas comunicações e na informação

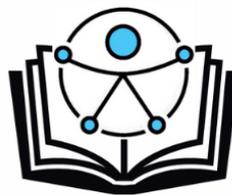
[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (BRASIL, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois realiza um estudo detalhado, busca informações que expliquem as características do fenômeno e procura obter elementos sobre o contexto em que o objeto se encontra (OLIVEIRA, 2016). Quanto ao delineamento, define-se como uma pesquisa documental e busca informações em documentos que se configuram como fontes primárias. Foram analisadas 17 políticas institucionais para a EE nos IFs do Brasil, apresentadas em resoluções, instruções normativas, regulamentações e outros documentos institucionais². Foram utilizadas duas estratégias para mapeá-las: a exploração dos sites dos 38 IFs (nas seções “Documentos Institucionais”, “Ensino”, “Pesquisa” e “Extensão”) e pesquisa no site de busca *Google*, utilizando as seguintes entradas: “política” + “IFxxx”, entre outubro/2021 e março/2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

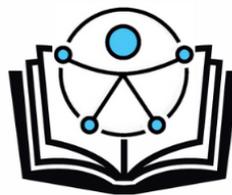
Para realizar o primeiro passo de avaliação da acessibilidade dos documentos analisados, a pesquisa fez uso do software Adobe Acrobat Pro. Esse recurso possibilita



não só a criação de documentos em extensão PDF acessíveis, como também a verificação da acessibilidade de arquivos nesta extensão. A avaliação realizada toma em conta os padrões de acessibilidade da Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0 e da PDF/UA (Acesso universal ou ISO 14289) (ADOBE, 2022). Utilizando a ferramenta de verificação de acessibilidade, submeti os documentos à avaliação, tais como foram baixados dos sites institucionais. Após, o programa forneceu um relatório, classificando os arquivos em: a) aprovado (quando o item está acessível); b) precisa de verificação manual (quando não for possível verificar o item automaticamente) e c) falha (situação em que o item não foi aprovado na verificação de acessibilidade). Os 17 arquivos de texto foram avaliados e, tomando em consideração os dados quantitativos, nenhum dos relatórios teve todos os itens aprovados.

Além do recurso citado, foi verificada também a possibilidade de utilização de leitura em voz: tal ferramenta permite saber como é a experiência dos leitores que usam a conversão de texto em fala. Ademais, considere a possibilidade do uso do VLibras, um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que é disponibilizado nos sites de domínio do governo, que traduz conteúdos digitais em português para Libras. Apesar de não substituir um intérprete humano, a ferramenta é tida como TA capaz de tornar computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas (GOVERNO DIGITAL, 2022). A avaliação da acessibilidade dos documentos apontou que, nas políticas do IFNMG, IFRS, IFPB, IFSul, IFRO, IFC, IFTM, IFMG, IFTO, IFAC e IFG, o recurso de leitura em voz alta estava disponível. Os demais arquivos (IFAL, IFFAR, IFMT, IFBA, IFPI e IF Baiano) tinham a característica de ser uma foto do texto impresso e, por isso, o software acusou o conteúdo da página como vazio. Esta pode ser considerada uma das barreiras da comunicação e informação, já que pode impedir o acesso ao documento por parte de pessoas com deficiência visual. Outra estratégia para a derrubada de barreiras seria a disponibilização de arquivo de áudio das políticas, mas em nenhum dos sites institucionais esse recurso estava disponível.

²O corpus de análise é composto pelos seguintes documentos: Política da Diversidade e inclusão do IF Baiano (2012); Regulamento das Ações Afirmativas para o ingresso à Educação Profissional no IFNMG (2013); Política de Ações Afirmativas do IFRS (2014); Política de Diversidade e Inclusão do IFPI (2015); Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2015); Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul (2016); Política de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (2017); Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no IFBA (2017); Política de ações afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (2018); Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Farroupilha (2018); Regulamentação de procedimentos de identificação, acompanhamento e avaliação de discentes com necessidades especiais do IFAL (2019); Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Catarinense (2019); Instrução Normativa nº 013 de 10 de setembro de 2020, do IF Triângulo Mineiro (2020); Instrução normativa 10, de 10 de dezembro de 2020, do IF Minas Gerais; Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (2021); Manual de Orientações ao Atendimento de Estudantes com Necessidades Específicas do Instituto Federal do Acre (2021) e Resolução 98/2021 - REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 31 de agosto de 2021 do IF Goiás.



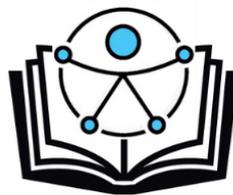
Em relação à acessibilidade com foco nas pessoas com deficiência auditiva, o Artigo 2º da Lei 10.436 (BRASIL, 2002) regulamenta que deva ser garantido, por parte do poder público e de empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Porém, em nenhuma das páginas visitadas havia arquivo de vídeo com a interpretação e tradução do texto institucional para a Língua Brasileira de Sinais. Também não há, em nenhum dos casos, a possibilidade de utilização da ferramenta VLibras porque o conteúdo das políticas não está disponibilizado na própria página da instituição, mas em arquivos a serem baixados. Cabe ressaltar que nem todas as pessoas surdas são falantes de Libras e que os surdos compõem um grupo bastante heterogêneo. Por isso, o uso de Linguagem simples ou de Leitura Fácil poderia contribuir para a compreensão dos textos escritos não só para a comunidade surda, mas também para as pessoas com outras características.

A Linguagem simples (do inglês *Plain Language*) é uma técnica de comunicação e visa elaborar textos e documentos fáceis de ler. Nasceu no Reino Unido e nos Estados Unidos nos anos 1940, mas, atualmente, faz-se presente em mais de trinta países e é utilizada em diferentes línguas. Visando minimizar possíveis entraves na compreensão do texto, a técnica sugere o uso de determinadas estruturas linguísticas, como períodos curtos, orações em ordem direta e voz ativa na construção das orações (FISHER, 2020). Seu uso

[...] tem o potencial de ampliar o acesso de dezenas de milhões de pessoas a informações que, de outra forma, estariam a elas interditadas, seja por baixo letramento ou por deficiência. A técnica facilita a leitura de textos e agiliza todo o processo de comunicação das informações. Além de reduzir dúvidas, minimizar retrabalho e economizar tempo, tem o potencial de aumentar a participação cidadã e ampliar o controle social (FISHER, 2020, p. 249).

Já a Leitura Fácil é “[...] um método de escrever textos e conteúdo que simplifica e adapta as informações para torná-las facilmente compreensíveis por todas as pessoas, especialmente aquelas que têm dificuldades de compreensão de leitura (MUÑOZ, 2015, p.10 - tradução minha)”. Tal método possui diretrizes mais amplas no que diz respeito à adaptação textual e envolvem a escolha de imagens, além de uma diagramação textual específica. A Leitura Fácil “[...] é destinada àqueles cuja capacidade de compreensão leitora se encontra limitada, e pode estar dirigida a pessoas com: deficiência cognitiva, deficiência auditiva, autismo, dislexia, afasia, TDAH” (MACHADO; PIRES, 2021, p. 5). No Brasil, está em tramitação o Projeto de Lei 6256/19, que cria a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta: o objetivo é obrigar o poder público a transmitir informações de maneira simples e objetiva, facilitando a compreensão de todos os atos praticados (SOUZA, 2020).

Os textos das políticas institucionais caracterizam-se, predominantemente, como um texto de gênero legislativo e, além de serem longos e utilizarem orações complexas,



fazem uso de expressões de terminologia técnica proveniente de vários campos, como o da EE. O único site institucional que inclui diferentes versões (uma versão “oficial” na extensão PDF e outra, denominada acessível, em extensão DOC) de documentos institucionais é o IFFar, mas essa opção não inclui o texto da política. No que diz respeito à avaliação descrita pelo relatório de verificação de acessibilidade (realizado pelo software Adobe Acrobat Pro), todos os documentos apresentaram problemas que podem impedir a acessibilidade completa. Os índices quantitativos variaram e as instituições com melhor resultado em relação aos itens aprovados foram o IFRS, o IFSUL e o IFTO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como afirma Muñoz (2015), devido à garantia de acessibilidade de informação e dada a importância de tais documentos institucionais, há necessidade de ajustes nos arquivos existentes, bem como a demanda de criação dos documentos em versões que consideram os métodos de Linguagem Simples ou de Leitura Fácil; vídeos de interpretação do texto em Língua Brasileira de Sinais; e readequação dos arquivos (no sentido de permitir o uso de leitores de tela). Certamente, tais ações contribuiriam para a efetivação do exercício de direitos de diversas pessoas e garantiriam o direito de acesso à informação.

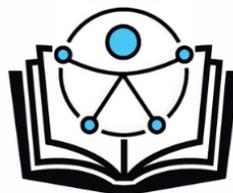
REFERÊNCIAS

ADOBE. **Criar e verificar a acessibilidade do PDF** (Acrobat Pro), 2022. Disponível em: <https://helpx.adobe.com/br/acrobat/using/create-verify-pdf-accessibility.html?trackingid=KACNN#TaggedPDF>. Acesso em: 07 maio 2022.

BRASIL, **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 07 maio 2022.

BRASIL, **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46. Acesso em: 07 maio 2022.

BRASIL, **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Secretaria Geral, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

GOVERNO DIGITAL. Ministério da Economia, Brasil. **VLibras**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras>. Acesso em 07 maio 2022.

FISCHER, Heloisa. Só é acessível se der para entender. In: **Acessibilidade cultural: atravessando fronteiras** [recurso eletrônico]. Org. Desirée Nobre Salasar, Francisca Ferreira Michelin. Pelotas: Editora da UFPel, 2020. p. 244 - 261.

MACHADO, Veronica Pasqualin; PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim. **Manual de leitura fácil em língua portuguesa para educadores**. Anais do IV CINTEDI 2021. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:

<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81824>>. Acesso em: 07/05/2022 .

MUÑOZ, Óscar García. Introducción técnica. In: **Ley General de derechos de las personas con discapacidad y de su inclusión social**. Versión en lectura fácil.

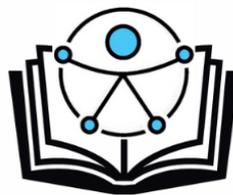
Gobierno de España. Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad. Madrid. 1ª edición: 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SOUZA, Murilo. Projeto obriga administração pública a usar linguagem simples.

Agência Câmara de Notícias: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/634789-projeto-obriga-administracao-publica-a-usar-linguagem-simples/>. Acesso em: 07 maio 2022.



ACOLHIMENTO, O PRIMEIRO PASSO PARA ADAPTAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).

**GONÇALVES, Geresa Costa¹
TORRES, Queila da Cruz²**

¹ Psicopedagoga Clínica e Institucional, Pedagoga em formação, gerusapsico@gmail.com, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS - Campus Canoas.

² Pedagoga, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Especialista em TEA, psicoqueila.torres@gmail.com, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS - Campus Canoas.

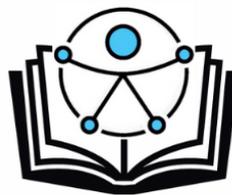
Resumo: O presente relato de experiência tem o intuito de compartilhar as práticas de atendimento psicopedagógico aos estudantes TEA, do ensino médio integrado, de uma escola pública federal. Ao ingressar na instituição, o estudante e sua família são acolhidos a partir de uma entrevista inicial. Procura-se conhecer um pouco da história familiar, bem como a trajetória escolar, as características pessoais do estudante, o que será trabalhado, individualmente, com as psicopedagogas nos atendimentos semanais ou quinzenais (de acordo com a necessidade de cada aluno(a)). Os atendimentos especializados iniciaram em junho de 2022 e permanecem até a presente data (setembro de 2023), período em que se percebeu uma positiva adaptação e evolução dos estudantes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Acolhimento. Intervenção Psicopedagógica. Adaptação.

INTRODUÇÃO

De acordo com Bossa (2011) a Psicopedagogia surgiu para acolher crianças e adolescentes com necessidades educacionais específicas, usando conhecimentos da psicologia e pedagogia. O atendimento psicopedagógico aos estudantes TEA é realizado de forma individual para os estudantes que ingressam na escola para cursar o ensino médio técnico e/ou superior. Ao iniciarem o ano letivo, deparam-se com uma nova realidade, um tanto desafiadora, um novo sistema de ensino, com um número elevado de disciplinas, colegas e professores. É um momento que necessita de acolhimento, um espaço seguro e respeitoso para compreender suas características, subjetividades e potencialidades.

É preciso compreender que, antes de mais nada, conviver com pessoas



que apresentam o TEA é assumir que existe outra forma de ver e perceber o mundo. É entender e aceitar que as relações humanas nunca se vêm equipadas com um mapa e que a beleza reside justamente em percorrer o caminho e se encantar com as descobertas. É entender que não sabemos tudo e, por isso mesmo, precisamos abrir espaço para a escuta, para o silêncio, para a troca, para a angústia, para tudo o que pode nos mobilizar e também para o que pode nos amedrontar: Só assim estaremos prontos para aprender e ensinar e para olhar para esse outro, tão diferente de nós, de uma forma repleta de possibilidades, pensando em sua subjetividade e não somente em características ritualísticas ou comportamentos que não se enquadram em um padrão socialmente considerado adequado (SILVA; ROZEK, 2020, p. 13).

O primeiro passo é conhecer o indivíduo, como se apresenta, como se relaciona com o mundo. A partir dessas observações identifica-se como o estudante aprende, como se comunica, se organiza. Neste sentido, o atendimento psicopedagógico auxilia, em conjunto com as monitorias, na organização do estudante, como agenda de estudos, trabalhos e avaliações. Atua como mediador para a efetiva inclusão escolar, bem como a identificação das habilidades, potencialidades e possíveis lacunas existentes. É realizada uma mediação entre os setores pedagógicos, assistência estudantil e docentes da instituição para o acompanhamento destes estudantes, flexibilizações em suas atividades acadêmicas, adaptação curricular, quando necessário, garantindo dessa forma a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito do processo de ensino-aprendizagem.

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento (CARVALHO, 2004, p. 29).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- a) Atendimento individualizado pela psicopedagoga em uma sala reservada (da escola), com horário agendado;
- b) Psicopedagoga e estudante;
- c) Conversa sobre ambientação na escola, rotinas, dificuldades, socialização com colegas, entre outros;
- d) Apoio aos agendamentos com professores/monitores para dirimir dúvidas sobre determinado conteúdo.



- e) Reuniões com pedagogos, coordenadores e docentes para mensurar os resultados do trabalho;
- f) Participação do Conselho de Classe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando falamos de aprendizagem, entendemos que se trata de um processo complexo que, a partir de ocorrências e mudanças no interior de indivíduo, manifesta-se exteriormente, expressando-se por meio de ações cognitivas, emocionais e comportamentais. (CUNHA, 2017, p. 108).

Os desafios escolares são inúmeros e provocam, muitas vezes, inseguranças e medos. Tais situações podem ser potencializadas em um indivíduo atípico, reverberando em todo seu ambiente familiar dúvidas e incertezas. Quando o indivíduo sente-se pertencente e sua família percebe o acolhimento, o ambiente de aprendizagem torna-se seguro, proporcionando o desenvolvimento integral do estudante.

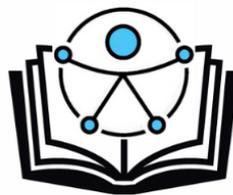
A escola que recebe alunos atípicos e suas famílias, deve sempre promover o diálogo, integração e acolhimento. O papel do Psicopedagogo na instituição é promover este diálogo, formando “pontes” entre família-educando-corpo docente-comunidade escolar.

[...] A escola deve educar, também, para o desenvolvimento da autonomia do aprendente, abrangendo toda a complexidade que há na individualidade de cada um, pois a natureza humana é uma unidade complexa, é um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Este é um olhar psicopedagógico. (CUNHA, 2017, p. 113).

Os resultados desta aproximação, consiste na evolução das aprendizagens do indivíduo TEA que, a partir de suas particularidades, reconhecerá suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as práticas inclusivas são determinantes para o sucesso pessoal e acadêmico de nossos estudantes. Através do trabalho realizado percebe-se que a diversidade da condição humana precisa ser naturalizada e incorporada para o rompimento de barreiras e acesso ao desenvolvimento humano. A escola, depois da família, é o primeiro ambiente para a socialização do indivíduo, sua permanência e êxito é responsabilidade sua e de toda a comunidade escolar, tem o objetivo de cumprir sua jornada acadêmica e seguir para o mundo do trabalho com oportunidades.



REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão** – Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família 7ª edição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

GOOGLE ACADÊMICO. A atuação do psicopedagogo com crianças com autismo, São José dos Campos, 2019. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?start=120&q=interven%C3%A7%C3%B5es+psicopedag%C3%B3gicas+com+crian%C3%A7as+com+transtorno+do+espectro+autista&hl=ptBR&lr=lang_pt&as_sdt=1,5&as_ylo=2016&as_yhi=2019&as_vis=1>. Acesso em 30 set. 2023.

SILVA, Karla Fernanda Wunder; ROZEK, Marlene. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): mitos e verdades**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.



ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: Estratégias como aplicá-la em sala de aula.

DA ROSA Fernanda Vidal¹

¹ Pedagoga e Pós-graduanda em Análise do Comportamento aplicada ao TEA; Feh.vidal@hotmail.com;
Professora da rede privada de ensino. Acompanhante terapêutico de crianças com TEA e DI

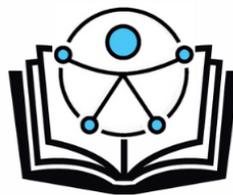
Resumo: O presente trabalho busca explicar sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a utilização dos conceitos do comportamentalismo no contexto escolar. O texto busca uma breve contextualização do campo da psicologia conhecido como Análise do Comportamento Aplicada e como utilizar seus principais conceitos dentro de sala de aula. Uma breve análise histórica de como começou o comportamentalismo com Skinner, Watson e Plavov até o que podemos conhecer hoje como Terapia ABA analisando seus principais conceitos de reforçadores, modelagem, teste de preferência e rotina visual aplicados ao contexto educacional do ensino médio buscando o melhor desenvolvimento dos estudantes socialmente e cognitivamente.

Palavras-chave: TEA. Behaviorismo. Educação. Psicologia. Comportamentalismo.

INTRODUÇÃO

O autismo se tornou um assunto recorrente nos últimos anos, fazendo com que o ambiente educacional sofresse alterações para que o ensino fosse inclusivo. A partir da década de 60 o autismo passou a fazer parte do grupo de psicoses da primeira e segunda infância o qual englobava na edição de classificação Internacional de Doenças no CID 9 da Organização Mundial da Saúde de 1975. Logo após essa classificação dois grandes nomes passam a estudar e reclassificaram o autismo, segundo Ritvo e Ortiz (1975) o autismo sai das psicoses infantis e passa a ser considerada uma síndrome relacionada ao déficit cognitivo passando a ser um transtorno do desenvolvimento abandonando os conceitos de psicose infantil da primeira e segunda infância.

O diagnóstico atualmente é realizado com base em avaliações clínicas que em sua maioria observam a criança e adolescentes buscando analisar juntamente o seu desenvolvimento por meio de avaliações com a criança, pais e pessoas próximas. O DSM 5 descreve o processo de diagnóstico para o TEA como identificar os déficits em dois grandes aspectos o primeiro: as dificuldades de interação social e comunicação e em segundo: hiperfoco, interesses restritos, e comportamento repetitivos. Destro desses



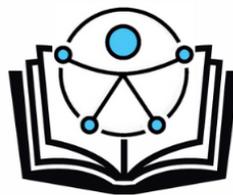
dois grandes grupos deve-se atentar aos sinais como: déficit nas reciprocidades social emocional, ou seja, reconhecer sentimentos, ironia e pensamentos, ausência de contato visual, expressões faciais, gestos e entonação e dificuldade em iniciar e manter interações sociais.

Quando falamos de autismo no campo da psicologia sabemos que a intervenção padrão ouro é a ABA (da sigla em inglês Applied Behavior Analysis) pois é considerada uma ciência natural e baseada em evidências. Possui como objetivo principal uma melhor qualidade de vida, a redução de comportamentos inadequados e aumento do repertório comportamental. A pesquisa a seguir busca fazer uma breve contextualização do que é a Análise do Comportamento Aplicada segundo Skinner e a psicologia comportamental. Pensando no contexto escolar o qual possui um número relativamente grande de estudantes com autismo nos últimos anos, fazendo uma breve explanação de algumas contribuições da ABA no contexto escolar, como o uso de reforçadores positivos no contexto escolar e algumas abordagens para engajar o estudante com Transtorno do Espectro Autista nas atividades no contexto escolar

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O ambiente escolar está em constante adaptação as mudanças sociais e as demandas de cada estudante. É na sala de aula que começa o processo de descoberta social e exploração materiais e possibilidades. É nesse contexto que a educando começa a compreender o seu papel social e acaba aprendendo a agir em diversas situações. O papel do professor ao longo de um ano letivo além de mediar os conteúdos previstos na BNCC é também desenvolver com os educandos conceitos importantes como cuidado, empatia e carinho. Do ponto de vista educacional o conteúdo deve ser ensinado e mediado com excelência, mas conteúdos adjacentes e presentes na vida também devem receber um certo olhar atencioso.

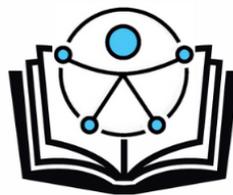
Nos últimos anos uma ciência vem sendo conhecida, ainda que de forma lenta, pelo mundo dos educadores e sabemos que ela pode auxiliar o professor com qualquer demanda seja ela para estudantes com TEA ou Deficiência Intelectual, quanto as que não possuem nenhum diagnóstico a grande diferença é a apresentação desses conceitos ao longo de uma rotina de sala de aula e atividades diárias. O professor passou a ter um papel duplo em sala de aula pois agora possui a função de ministrar a aula para a sua turma em média 20 estudantes, mas também se apropriar de conceitos da educação inclusiva, adaptação de material para os estudantes que necessitam um olhar mais atento diante das dificuldades de aprendizagem. Uma rotina de sala de aula é bastante intensa embora muitas escolas já se encontram equipadas com salas de recurso o professor titular da turma que acaba desenvolvendo esse papel de professor e professor de AEE o que por sua vez acaba demandando um tempo extraescolar para que seja adaptado atividade e busque recursos para auxiliar na aprendizagem.



A análise do comportamento nasceu com estudos de três grandes nomes da psicologia: Watson, Skinner e Pavlov. Em 1913 John Broadus Watson escreveu um artigo que ficou conhecido como o Manifesto Behaviorista, a partir desse artigo nasce o Behaviorismo como uma oposição a psicologia do século XX conhecida como introspectiva. Quando falamos dos estudantes que possuem Transtorno do Espectro Autista e possíveis abordagens para melhorar a qualidade de ensino e de maior repertório social estamos nos referindo a Análise do Comportamento Aplicada que tem como principal objetivo é aumentar o repertório comportamental e diminuir a frequência de comportamento agressivos e inadequados. O professor em sala de aula utiliza diversas técnicas para manter o engajamento dos estudantes e colocá-los como protagonistas do seu aprendizado, a análise do comportamento possui uma gama bem grande de parâmetros que vão auxiliar o professor em sala de aula, como: rotina visual, prompts, modelagem e reforço positivo.

A maioria dos estudantes com diagnóstico de TEA possuem uma rotina estruturada e ritualizada tanto em casa quanto na escola, essa rotina pode auxiliar na realização de tarefas. É possível utilizar o recurso da rotina visual, com fotos, para mostrar a atividade atual e as próximas para que o indivíduo não tenha “surpresas” ao longo do dia. Além de auxiliar de forma visual a rotina também tem o objetivo de antecipar o término ou o início de uma atividade gerando menos ansiedade, conflitos e agressividade.

O ensino de novos comportamentos ou de novas habilidades é uma prática diária dentro do ensino da ABA fazendo com que o profissional utilize de prompts “dicas”, segundo a literatura as dicas variam como: gestual, visual, posicional, ecoica, intraverbal e modelação e também variam de intensidade podendo ser LTM (Least-to-Most) ou MTL (Most-to-Least). A tabela a seguir mostra alguns exemplos de cada dica. Outra possibilidade para o professor é utilizar de reforçadores que são as coisas que o estudante mais gosta e queira naquele momento. A Análise do comportamento Aplicada possui uma variedade de reforços, mas na maioria dos casos seguimos a ordem a seguir: Natural, social, simbólico, por Atividade e Tangível. Um grande cuidado antes de usar reforçadores, tangíveis e simbólicos pois eles necessitam de uma análise de preferência. Essa análise é usada para evidenciar o que ou não é reforçador para o estudante durante a terapia. No ambiente escolar esse procedimento deve ser realizado em um momento separado da turma pois exige a devida atenção do aplicador e da criança para fazer as escolhas. O teste de preferência deve ser feito no caso de alimentos com a embalagem a mostra, pois, muitas crianças/adolescentes associam a embalagem ao alimento, coloque uma pequena quantidade em vários potes, um pote para cada alimento e alinhe lado a lado com um palmo de distância. Na tabela abaixo é possível localizar os espaços para adicionar o que vai ser usado no teste e abaixo um espaço para marcar a posição a qual o objeto ou alimento se encontra. É importante olharmos para a posição pois assim vamos ter a certeza se o item é de interesse ou a criança/adolescentes apenas escolhe de forma repetida sempre a mesma posição. Ao realizarmos o teste de preferência é



importante ressaltar que não devemos misturar categorias ou seja se vamos analisar comestível não devemos ter brinquedos entre as opções

A ABA é baseada em evidências e dados científicos sendo recomendada pela OMS – Organização Mundial da Saúde para o tratamento do Autismo, por ser um campo mais próximo a psicologia ainda é um conceito novo para os professores e gestores, mas quando pensamos no bem-estar e nas possibilidades de estudantes atingirem novos padrões de comportamento e reduzir os comportamentos problema a ABA está em primeiro como intervenção.

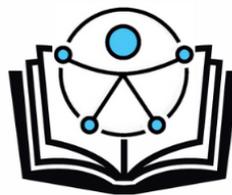
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa foi pensada em explicar conceitos básicos sobre a análise do comportamento aplicada e a teoria de Skinner sendo colocada em prática em um ambiente escola mais precisamente a sala de aula. Buscou-se ensinar estratégias básicas de reforçamento, rotina visual e os prompts “dicas”. Visando que ainda é possível encontrar um número reduzido de literaturas que coloquem a ABA na sala de aula e não apenas no ambiente clínico. Durante a pesquisa foi um desafio encontrar o conteúdo, no entanto como professora e aplicadora ABA há 4 anos pude usar minha experiência pessoal e a literatura encontrada para compor a parte teórica dessa pesquisa.

No Brasil ainda temos que desvincular o comportamentalismo dos estigmas sociais como terapia da mesinha ou adestramento pois os estudos de Watson e Skinner são hoje uma ciência considerada pela Organização Mundial da Saúde como um dos tratamentos padrão ouro para o autismo uma vez que o indivíduo possui grandes ganhos na sua vida social, acadêmica e de vida diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do comportamento aplicada ao ambiente escolar ainda é um conceito novo, no entanto essa ciência possui diversos mecanismos e recursos que o professor ou monitor podem ter como artifícios dentro da sala de aula. Ainda conhecemos a Applied Behavior Analysis apenas no ambiente clínico contudo podemos usar de conceitos como reforçador, prompts e rotinas visuais para auxiliar tanto estudantes neuro típicos como atípicos. A Organização Mundial da Saúde considerou a ABA como um tratamento padrão ouro para indivíduos com diagnóstico de autismo trazendo grandes benefícios para vida diária e a vida acadêmica. O presente texto buscou apresentar conceitos básicos que podem ser utilizados em sala de aula por qualquer professor sem a mínima dificuldade. Sabemos que a inclusão ainda é um grande desafio para muitos educadores, no entanto devemos buscar compreender novos caminhos para que possamos atender nossos estudantes da melhor forma.. Estudo a Análise do comportamento mais a fundo desde o início de 2021 quando passei a dar treinamentos nessa área no local o qual eu



trabalhava. O texto que apresentei tem como trabalho de graduação tem como objetivo finalizar minha graduação em Licenciatura em Pedagogia, mas também iniciar em breve uma pesquisa de Mestrado que aprofunde os conceitos da análise do comportamento aplicada ao contexto escolar para estudantes de inclusão.

As contribuições de Skinner para a área da educação e psicologia seguem sendo discutidas em disciplinas como psicologia da educação, no entanto ainda é extremamente difícil um educador em formação ter contato com a parte prática de cada teoria, busquei apresentar uma síntese de meus estudos e experiência profissional.

REFERÊNCIAS

Autismo: conheça a ABA, uma base científica para trabalhar com crianças com autismo. Nova Escola. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteudo/17550/autismo-conheca-a-aba-uma-base-cientifica-para-trabalhar-com-autistas>>. Acesso em: 22 Mar. 2022.

FIALHO, Juliana P. G. Uso de pistas visuais. In: DUARTE, C. P.; SILVA, L. C.; VELLOSO, R. L. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2018

Juntos eles aprendem melhor. Nova Escola. Disponível em:

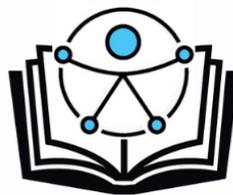
<<https://novaescola.org.br/conteudo/1714/juntos-eles-aprendem-melhor>>. Acesso em: 22 Mar. 2022.

POR. Inclusão escolar cresce nos últimos 10 anos - Sônia Maria Aranha. Sônia Maria Aranha. Disponível em: <<https://www.soniaranha.com.br/inclusao-escolar-cresce-nos-ultimos-10-anos/#:~:text=O%20total%20subiu%20de%20114.834,especialistas%2C%20sobretudo%20mudan%C3%A7as%20na%20legisla%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 22 Mar. 2022.

MARTINS, Juliana. **Contribuições da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para adaptação escolar de crianças pré-escolares com autismo**. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sígilia Pimentel Höher Camargo. 2020. 140. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPEL, Pelotas, 2020.

SELLA, RIBEIRO, Ana, Daniela. **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista**. 2018. Editora Aprri. Paraná

RITVO, E. R.; ORTINITZ, E M. **Autism: diagnosis, current research, and management**. New York, NY: Spectrum, 1976



CONSTRUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO INCLUSIVO DE MATEMÁTICA: um relato de experiência

STEFFEN, Lucas da Silva¹
MOLON, Jaqueline²

¹ Graduando do Curso Superior de matemática - Licenciatura, lucassteffen14@gmail.com, IFRS Canoas. Atuando como apoio educacional no IFRS Canoas

² Doutora em Informática na Educação, Mestre e Licenciada em Matemática, jaqueline.molon@canoas.ifrs.edu.br, IFRS Canoas.

Resumo: Devido à incapacidade do fornecimento de pelo menos um profissional de apoio para cada aluno com deficiência, algumas instituições utilizam profissionais fora do seu campo de conhecimento como apoio aos estudantes que necessitam de acompanhamento específico. Foi desenvolvido um instrumento pedagógico durante um estágio não obrigatório com materiais de baixo custo e de fácil confecção. O objetivo é relatar a construção e utilização desse material educativo de matemática para pessoas que atuam na área de inclusão e não possuem conhecimentos específicos matemáticos. O material foi utilizado com um estudante do ensino médio com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outro aluno do 4º ano do ensino fundamental, o que possibilitou a análise de utilização da ferramenta. Após algumas observações, constatou-se que é possível deixar o material ainda mais inclusivo.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Matemática. Material educativo.

INTRODUÇÃO

A construção de um material educativo de matemática, que seja inclusivo, requer uma abordagem pedagógica que se adapte às necessidades dos estudantes. Ele deve ser desenvolvido levando em consideração a diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem dos discentes, bem como suas necessidades específicas. É importante considerar diferentes estratégias de ensino, recursos visuais, materiais concretos e atividades práticas que possam ser utilizados.

Os materiais pedagógicos são essenciais para promover a inclusão e garantir que os alunos tenham acesso igualitário ao ensino, porém, isso só será executável com um maior número de profissionais atuando na área. Conforme reportado na Agência de notícias Uniceub³ existem 57.822 profissionais de apoio no Brasil. Se comparado ao



número de crianças com deficiência matriculadas no ensino básico, há um profissional a cada 21 alunos.

Esses dados mostram a incapacidade do fornecimento de pelo menos um profissional de apoio para cada aluno com deficiência. Como uma proposta de solução, algumas instituições utilizam profissionais fora do seu campo de conhecimento, o que pode diminuir a eficiência do ensino, sendo uma alternativa paliativa para oferecer apoio aos estudantes que necessitam de acompanhamento específico. Com esse enfoque, este trabalho tem por objetivo relatar a construção e utilização de um material educativo de matemática para pessoas que atuam na área de inclusão e não possuem conhecimentos específicos matemáticos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O material foi construído durante a realização de um estágio não obrigatório, na área da inclusão em uma instituição de ensino de nível médio e superior. Sob a supervisão da orientadora do estágio, que propôs a construção de uma ferramenta manipulativa que pudesse ser utilizada com um discente com transtorno do espectro autista (TEA) supervisionado. Por ser estudante de licenciatura em matemática, logo, surgiu a ideia de montar um material matemático, no qual o aluno trabalhasse suas dificuldades com os números (Figura 1).

³ Infraestrutura: 27% das escolas brasileiras não são acessíveis para PCDs - Agência de Notícias CEUB



Figura 1 - Imagem frontal do material finalizado



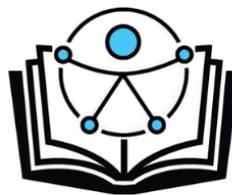
Fonte: Próprio autor do trabalho

O instrumento pedagógico foi construído e utilizado durante o estágio, o que possibilitou um estudo de seu emprego (como poderia ser manipulado e quem poderia aplicá-lo). Nessa análise, constatou-se que apenas quem idealizou o material poderia executá-lo, o que diminuía sua efetividade. Então, surgiu a pretensão de conseguir generalizá-lo para que pessoas que atuam na área da inclusão, mas não possuem conhecimentos específicos de matemática⁴ pudessem aplicá-lo.

O instrumento funcionou, inicialmente, como um gerador de números para questões de operações fundamentais. A forma base para utilização consiste em o estudante soltar tampas de garrafa PET na parte superior do material fazendo-as cair nos slots separados em unidade, dezenas e centenas, assim, gerando números para utilizar nas atividades. Conforme algumas aplicações, constatou-se que a ferramenta poderia ser manuseada com outras funções além da matemática básica, como probabilidade e algumas equações mais complexas, apenas modificando a importância das tampinhas. Não havendo uma forma específica de aplicação, necessitando somente de adaptações para as capacidades dos estudantes.

⁴No referente estágio, havia professoras de português, psicopedagogas, técnicas de enfermagem, as quais não tinham conhecimento específico de matemática.

A construção é dividida em quatro partes, sendo: obtenção de materiais, estruturação usando caixas de papelão, revestimento e detalhamentos finais. Iniciando pela obtenção de alguns materiais básicos, como: caixas de papelão e fita adesiva, (usadas para a estruturação), EVA, TNT, tampinhas de garrafa PET (utilizadas para o funcionamento do material), rolos de papel (servem como pinos para desviar a trajetórias das tampinhas), cola quente, grampeador, tesoura, régua, lápis. Destaca-se que não há uma fórmula para



a elaboração do instrumento pedagógico, podendo ser adaptado da forma necessária e com os materiais à disposição. A ideia é que a ferramenta tenha um baixo custo e que seja de fácil construção. Após separar os materiais, deve-se preparar a caixa de papelão para que sirva como uma estrutura (Figura 2).

Figura 2 - Estrutura do material

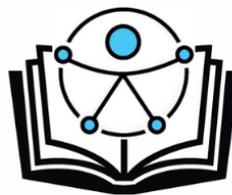


Fonte: Próprio autor do trabalho

É necessário que a caixa seja aberta e que seja moldada de forma que possa permanecer ereta e forme um ângulo para que as tampas de garrafas caiam e fiquem depositadas na parte inferior do instrumento, no qual serão construídos os compartimentos de unidade, dezena e centena. Serão utilizados retalhos de papelão e principalmente o grampeador, o qual possibilita prender e desprender partes do material caso necessário. Logo, inicia-se a fase de revestimento, podendo ser com EVA, TNT ou qualquer material disponível que sirva para tirar o aspecto de caixa de papelão. Serão revestidos a estrutura e os rolos de papel que servirão como pinos posteriormente. Não há uma forma específica para esta etapa, mas, preferencialmente usar cores distintas, deixando o material o mais colorido possível (figura 3).

Figura 3 - Revestimento e Detalhamento





Fonte: Próprio autor do trabalho

Finalizando com os detalhamentos, nessa parte, são colados os pinos, já revestidos, com o auxílio de uma cola quente ou cola que sirva para EVA ou de secagem rápida. Eles necessitam ser colocados de forma que consigam desviar a trajetória das tampinhas. Por último, deve-se separar e destacar os compartimentos na parte inferior do instrumento em unidade, dezena, centena, deixando, preferencialmente, o *slot* das unidades com maior tamanho e o das centenas com o menor, proporcionando uma melhor utilização da ferramenta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O material foi utilizado com um estudante do ensino médio com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outro aluno do 4º ano do ensino fundamental. O discente com TEA não era alfabetizado, mas era oralizado e tinha raciocínios básicos para que pudesse ser introduzidas as operações matemáticas mais simples, como: separação das tampas de garrafas em grupos (cores, tamanhos, quantidades), realizar a contagem dos grupos separados (total, unidade, centena, dezena), operações simples (soma, subtração, multiplicação) utilizando os números gerados pela ferramenta pedagógica.

O instrumento também foi utilizado com um aluno do 4º ano do ensino fundamental, que apresentava dificuldades com as quatro operações fundamentais, o que possibilitou a utilização do instrumento educativo. Assim foi executado a ideia base do material, soltando as tampas de garrafa na parte superior para que caíssem nos compartimentos. Preferencialmente, delimita-se a quantidade de tampas por rodada, após caírem nos slots, monta-se uma tabela que gera no mínimo 5 números utilizáveis. Elencando-os torna-se possível a construção de contas a partir da tabela. Foi elaborada uma folha de atividades⁵ para usar com o discente, a qual auxilia na montagem das questões, nela existem alguns exemplos que foram utilizados. A utilização do material matemático com esses alunos foi proveitosa, além de demonstrarem interesse pelas características do material, eles conseguiram trabalhar suas dificuldades relativas à matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as utilizações do instrumento, foi possível notar algumas complicações e melhorias possíveis, como: pelo seu tamanho, necessita de um lugar para ficar armazenado, pois muitos deslocamentos acabam danificando-o. A elaboração de espaços delimitados para que se deposite as tampas de garrafas e o estudante não



possa influenciar em qual compartimento irá cair as tampinhas. Adaptações para que o material seja ainda mais inclusivo. As dificuldades apresentadas possuem soluções, como a ideia do acréscimo de materiais diferentes como fundo para os compartimentos da unidade, dezena e centena, fazendo que mude o som do encontro das tampinhas com os *slots*, possibilitando a utilização para estudantes cegos.

O material matemático foi construído e utilizado, até o momento, apenas por quem o projetou, apesar de ter o objetivo de utilização por pessoas que atuam na área de inclusão e não possuem conhecimentos específicos de matemática. Nas próximas etapas, será realizado o estudo de como ele funciona sendo manipulado por esses profissionais. Posteriormente, serão elaborados textos de auxílio para que o utilizem com conteúdos além das operações fundamentais. Destaca-se que não há uma forma exclusiva para utilização, devendo apenas ser adaptado às características do aluno.

⁵<https://docs.google.com/document/d/1TdGJh1M9DDM6gVmFxUyt252eLC-MCcxm/edit?usp=sharing&oid=110366811179199994197&rtpof=true&sd=true>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacional para Educação Básica**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 22 set. 2023.

BRASIL. **O ensino de matemática na educação contemporânea: o devir entre a teoria e a práxis**/Organizado por Marília Maia Moreira, Amsranon Guilherme Felício Gomes da Silva e Francione Charapa Alves. — Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021. 393 p.: il.



HORTA AGROECOLÓGICA ACESSÍVEL: jardim dos Kokay's no Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina

SILVA, Josimara de Sousa¹
CARDOSO, Sabrina Vieira²
SANTOS, Elen³
MONTALVÁN, Susan Wendy⁴
APARECIDA, Maria⁵
ARAGÃO, Silvana de Sousa⁶
LUDUVICO, José Raimundo⁷
MOREIRA, Ivaldo de Sousa⁸

¹Aluna do 3º Semestre do Curso Tecnólogo em Agroecologia, um das representantes da turma e membro do colegiado. E-mail: josyrocha231@gmail.com

²Aluna do 3º Semestre do Curso Tecnólogo em Agroecologia. E-mail: Sabrina.cardoso1@estudante.ifb.edu.br

³Aluna do 3º Semestre do Curso Tecnólogo em Agroecologia. E-mail: elen.ramos@estudante.ifb.edu.br

⁴Aluna do 3º Semestre do Curso Tecnólogo em Agroecologia. E-mail: susan57795@estudante.ifb.edu.br

⁵Aluna do 3º Semestre do Curso Tecnólogo em Agroecologia. E-mail: Maria.dias2@estudante.ifb.edu.br

⁶Psicopedagoga e orientadora das Alunas PCDs.

⁷Prof. Orientador E-mail: luduvico-1803654@etfbsb.edu.br

⁸Prof. Orientador E-mail: ivaldo-3342182@etfbsb.edu.br

Resumo: O trabalho propõe a implementação de uma horta acessível para cadeirantes no Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina, especificamente na área de agroecologia. A pesquisa, realizada de 2023 a 2024, visa construir a "Horta Agroecológica com Acessibilidade para cadeirantes." Os materiais utilizados são de baixo custo, incluindo madeira, folhas de bananeira, adubo orgânico, mudas, canos e caixa d'água. O desenvolvimento do projeto é dividido em quatro etapas, abrangendo levantamento bibliográfico, pesquisa com alunos, execução da horta e espera por verba do NAPNE. As etapas culminam na preparação do solo e escolha das sementes. A iniciativa busca não apenas promover a acessibilidade, mas também envolver os alunos na construção colaborativa da horta.

Palavras-chave: Horta acessível, agroecologia, inclusão, metodologia, pesquisa.

INTRODUÇÃO

A temática central concentra-se na implementação de uma horta acessível para



cadeirantes no Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina, inserindo-se no contexto da agroecologia e da busca por práticas inclusivas e sustentáveis. A literatura pertinente enfatiza a importância da acessibilidade e da inclusão, especialmente no ambiente educacional, destacando a relevância de proporcionar espaços que promovam a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas habilidades físicas. Estudos indicam que ambientes inclusivos não apenas contribuem para o desenvolvimento acadêmico, mas também fortalecem o senso de comunidade e pertencimento.

No contexto da agroecologia, a literatura revela a crescente importância de práticas sustentáveis e educativas que conectem os alunos com a produção de alimentos de maneira consciente e responsável. Contudo, a acessibilidade física muitas vezes é negligenciada nesses espaços, resultando em barreiras que excluem determinados grupos, como os cadeirantes.

Nesse cenário, o projeto propõe a criação de uma "Horta Agroecológica com Acessibilidade para cadeirantes", visando não apenas mitigar as barreiras físicas enfrentadas por esses alunos, mas também promover a inclusão, educação ambiental e práticas sustentáveis.

Os objetivos deste trabalho incluem a concepção e implementação da horta acessível, considerando os aspectos práticos e teóricos. Busca-se criar um espaço onde a educação ambiental se entrelace com a experiência prática da agroecologia, proporcionando um ambiente de aprendizado enriquecedor para todos os estudantes. Além disso, almeja-se contribuir para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, promovendo a participação ativa e equalitária dos alunos, independentemente de suas condições físicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste projeto será conduzido no Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina, mais precisamente no setor de agroecologia. O escopo central da iniciativa concentra-se na implementação de uma horta acessível, direcionada a deficientes, com ênfase em cadeirantes e idosos com mobilidade reduzida. A pesquisa, abrangendo o período do segundo semestre de 2023 até 2024, terá como marco a concepção e execução do projeto intitulado "Horta Agroecológica com Acessibilidade para cadeirantes."

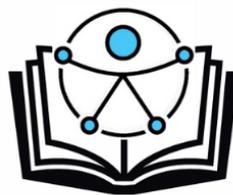


Imagem 1: Prospecção da horta. Fonte: Autoria própria (2023).

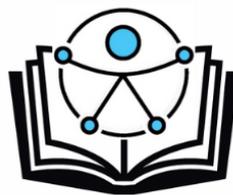


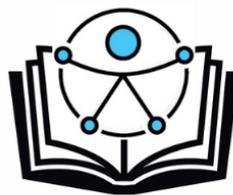
Imagem 2: Prospecção da horta. Fonte: Autoria própria (2023).

Os materiais selecionados para a construção da horta priorizam a acessibilidade, adotando recursos de baixo custo e fácil manipulação. A escolha envolve a utilização de madeira para a estrutura da horta suspensa, folhas de bananeira para revestimento e acomodação do adubo orgânico, este último sendo crucial para a preparação do solo. Adicionalmente, estão previstas mudas e sementes, canos e mangueira para a irrigação por gotejamento, caixa d'água, estufa, cimento e brita.



Imagem 2: Prospecção da horta. Fonte: Autoria própria (2023).

O processo metodológico será dividido em cinco etapas distintas. Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico, explorando referências bem-sucedidas em



projetos semelhantes de hortas acessíveis para cadeirantes. Na segunda etapa, uma pesquisa será conduzida com os alunos do curso de agroecologia, visando a seleção do local mais adequado e acessível para a instalação da horta. A terceira etapa consistirá na execução prática do projeto, com o início da construção das hortas suspensas conforme o planejamento previamente estabelecido. A quarta etapa aguardará a disponibilização da verba, mediante o Edital do NAPNE, para o desenvolvimento financeiro do projeto. Por fim, a quinta etapa envolverá a preparação do solo, com a utilização de adubo e substrato, além da seleção criteriosa de sementes e mudas destinadas ao plantio na horta.

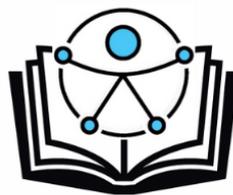


Imagem 2: Prospecção da horta. Fonte: Autoria própria (2023).

Além dessas etapas práticas, o projeto incorporará a análise de imagens como uma fonte de referência essencial, enriquecendo a fundamentação do trabalho e proporcionando uma abordagem mais prática e embasada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, o desenvolvimento do projeto de implantação da "Horta Agroecológica com Acessibilidade para Cadeirantes" no Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina apresentou avanços significativos. A seleção criteriosa de materiais, priorizando a acessibilidade e sustentabilidade, destaca-se como um passo crucial na busca por práticas inclusivas. A revisão bibliográfica permitiu identificar referências bem sucedidas em projetos semelhantes, fornecendo subsídios teóricos para embasar a



concepção da horta acessível.

A realização de pesquisas com os alunos do curso de agroecologia proporcionou insights valiosos para a definição do local mais adequado e acessível para a instalação da horta. A participação ativa dos alunos no processo decisório demonstra o envolvimento da comunidade acadêmica e reforça a abordagem colaborativa do projeto.

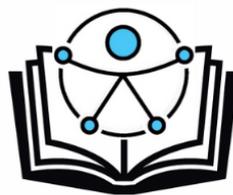
Na etapa prática, a execução da construção das hortas suspensas iniciou-se conforme o planejamento estabelecido. A escolha de elementos como madeira, folhas de bananeira, e adubo orgânico reflete não apenas a funcionalidade do projeto, mas também seu compromisso com a sustentabilidade ambiental.

A análise de resultados até o momento destaca a viabilidade e eficácia das etapas realizadas, demonstrando o progresso do projeto. A discussão desses resultados, embasada na literatura acadêmica, permite contextualizar o impacto da horta acessível para cadeirantes no âmbito da agroecologia e educação inclusiva. A interseção entre os dados obtidos e o embasamento teórico contribui para uma compreensão mais aprofundada do potencial transformador da iniciativa, tanto em termos educacionais quanto ambientais. O prosseguimento do projeto promete proporcionar novas nuances de análise e contribuir para o avanço do conhecimento nessa área de estudo, alinhando se aos princípios da agroecologia e inclusão educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste projeto, voltado para a criação da "Horta Agroecológica com Acessibilidade para Cadeirantes" no Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina, refletem a convergência bem-sucedida entre os objetivos delineados e os resultados alcançados até o momento. A iniciativa, centrada na agroecologia e inclusão educacional, apresentou avanços significativos na escolha de materiais acessíveis, na participação ativa dos alunos e na efetiva execução da construção das hortas suspensas. Avaliando a prática, identificam-se impactos positivos na inclusão de cadeirantes e na conscientização ambiental, embora seja fundamental reconhecer potencialidades e fragilidades. Destacam-se como pontos fortes a integração de materiais de baixo custo e a escolha de elementos sustentáveis, permitindo a replicabilidade em diferentes contextos educacionais. A replicação do projeto em outras instituições surge como uma possibilidade viável, com a experiência acumulada até agora fornecendo orientação valiosa para superar desafios e maximizar os impactos positivos. Em síntese, as considerações finais ressaltam a continuidade e aprimoramento do projeto como um modelo exemplar de integração entre agroecologia, acessibilidade e educação inclusiva, com o potencial de influenciar positivamente a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS



CAPRA, Fritjof. **A teia da Vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 11 ed. SP: Editora Cultrix, p.231, 1996.

CRIBB, S.L.de S.P. **Contribuições da Educação Ambiental e Horta Escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente.REMPEC** - Ensino, Saúde e Ambiente, v.3 n 1 p. 42-60 Abril 2010.

MORGADO, F. S.; SANTOS, M. A. A. A Horta Escolar na Educação Ambiental e Alimentar: Experiência d Projeto Horta Viva nas Escolas Municipais de Florianópolis. EXTENSIO: **Revista Eletrônica de Extensão**, Santa Catarina, n. 6, p. 1- 10, 2008



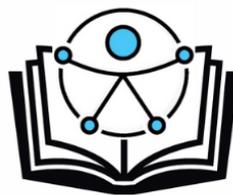
INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO: subsídios para o aprimoramento de políticas institucionais no IFRS

MOTA, Samuel dos Santos¹
SONZA, Andréa Poletto²

¹Especialista em Educação Especial e Inclusiva/ E-mail: profsamuelmota@gmail.com/ Instituição: Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Possui licenciatura plena em Educação Especial (2007) e especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação (2010), ambas pela Universidade Federal de Santa Maria. Igualmente, é especialista em Psicomotricidade (2016), Educação Especial e Inclusiva (2017) e Língua Brasileira de Sinais (2020). Atualmente, compõe o corpo docente do curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT. Como também, desempenha a função de Orientador Educacional na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilíngue Salomão Watnick, localizada na cidade de Porto Alegre - RS.

²Doutora em Informática na Educação/ e-mail: andrea.sonza@ifrs.edu.br/Instituição: Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade de Caxias do Sul/RS, Licenciatura em Formação de Professores pelo IFRS, especialização em Psicopedagogia Institucional pela UNISUL/SC, mestrado em Educação (Linha de Pesquisa: Informática na Educação Especial) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Informática na Educação (Linha de Pesquisa: Informática na Educação Especial) pela mesma Universidade. Professora titular e Assessora de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Resumo: a participação das pessoas com deficiência em todas as instâncias sociais é um direito e para que isso ocorra de forma acessível há uma série de normativas legais, como a Lei Brasileira de Inclusão. Nesse contexto, este escrito traz um recorte da pesquisa intitulada “Inclusão de Estudantes com Deficiência no Estágio Curricular Obrigatório: subsídios para o aprimoramento de políticas institucionais no IFRS”, a qual está se desenvolvendo por meio do mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Este estudo objetiva investigar os desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiência por meio da inserção em estágios obrigatórios, analisando as políticas institucionais em vigência no âmbito do IFRS e propondo modificações em suas estruturas. O trabalho é de abordagem qualitativa; quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa explicativa e, em relação aos procedimentos, constitui-se enquanto uma pesquisa documental. A coleta de dados ocorreu por meio de uma análise documental nas normativas em vigência no IFRS que abordam a temática dos estágios curriculares. Nestas, a respeito dos resultados, o trabalho apresenta contribuições para ampliar a acessibilidade presente nos documentos analisados, principalmente na Instrução Normativa Proex/Proen/Dgp IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020.



Palavras-chave: Alunos com Deficiência. Acessibilidade. Estágios Curriculares. Normativas.

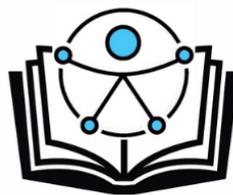
INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE publicou no ano de 2022 a 47ª edição do periódico denominado “Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica”, o qual abordou o tema das pessoas com deficiência – PcD e as desigualdades sociais no Brasil. A publicação trouxe que, em 2019, havia 17,2 milhões de pessoas com deficiência com dois anos ou mais no país. Ao analisar as PcD que podiam trabalhar de acordo com a pesquisa (14 anos ou mais), o IBGE apontou que somente 28,3% participavam do mundo do trabalho, sendo que 34,4% dessas ocupavam vagas formais. Em relação às pessoas sem deficiência, esses percentuais foram de 66,3% para a participação no mundo do trabalho e 50,9% para a formalização.

Os dados supramencionados evidenciam uma participação menor das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Isso ocorre apesar da existência de normativos como a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 (Brasil, 1991), a qual menciona a obrigatoriedade que as empresas com mais de 100 (cem) funcionários têm de comporem o seu quadro com beneficiários reabilitados ou PcD em percentuais que vão de 2 (dois) até 5% (cinco por cento). Considerando que a simples oferta de vagas não garante a participação efetiva das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, o estudo relatado neste escrito traz a hipótese de que isto decorre das diversas barreiras³ de acessibilidade com as quais as PcD se deparam em diferentes contextos.

³Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, barreira é: “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...]” (Brasil, 2015, p. 8)

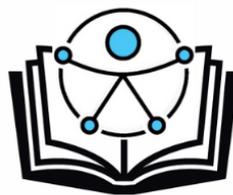
Nesse sentido, a respeito da acessibilidade encontrada pelos alunos com deficiência durante seus estágios curriculares obrigatórios, Ávila (2022), durante seu mestrado em Educação Especial, o qual ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, realizou um estudo que teve como objetivo analisar, no que concerne os cursos de graduação da UFRN, as experiências de graduados com deficiência quanto à acessibilidade vivenciada no decorrer dos seus estágios curriculares obrigatórios. A pesquisa organizou-se quanti-qualitativamente quanto à abordagem e teve um caráter



exploratório-descritivo. A coleta de dados ocorreu por análise nos documentos institucionais da UFRN sobre a temática da investigação e a respeito da Política de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Como também, foi complementada com a realização de questionários com os egressos com deficiência da instituição. A respeito das conclusões às quais chegou durante seu estudo, Ávila (2022), entre outras questões, menciona a necessidade de a universidade investigada estabelecer diretrizes e procedimentos no que diz respeito à avaliação das adequações dos locais de estágio, regimentos que devem incluir os aspectos de acessibilidade. Ela assinala que tais procedimentos permitiriam à UFRN constatar previamente potenciais barreiras a serem enfrentadas pelos alunos com deficiência. Outrossim, traz que 85,7% dos alunos com deficiência entrevistados referiram que enfrentaram algumas barreiras durante seus estágios curriculares obrigatórios, sendo que estas foram mencionadas na seguinte proporção: “metodológicas (20%), atitudinais (15%), instrumentais (15%), de transportes (15%), arquitetônicas (12,5%) e comunicacionais (12,5%), e as de menor frequência digitais (5%)” (Ávila, 2022, p. 93). Os estágios curriculares obrigatórios, momentos de inserção dos alunos no mundo do trabalho, enquanto disciplinas de alguns cursos de ensino médio e superior oferecidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, compõem as atividades de ensino da instituição. Nesse sentido, devem ser acessíveis em todas as suas dimensões aos alunos com deficiência, pois, segundo o artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), constitui-se como uma das incumbências do poder público assegurar a “acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;” (Brasil, 2015, p. 7). Nesse diapasão, o estudo apresentado neste escrito parte do seguinte problema de pesquisa: como promover a inclusão de estudantes com deficiência por meio da inserção em estágios obrigatórios, levando em consideração as políticas institucionais do IFRS? O objetivo geral da pesquisa, decorrente desse questionamento, é investigar os desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiência por meio da inserção em estágios obrigatórios, analisando as políticas institucionais em vigência no âmbito do IFRS e propondo modificações em suas estruturas. Esta pesquisa vincula-se ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS, integra a linha de pesquisa denominada Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica e pertence ao macroprojeto de inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo relatado é de abordagem qualitativa, visto que este tipo de pesquisa não está centrada na métrica dos fenômenos percebidos, mas, primordialmente, considera a



conjuntura em que ocorrem, procurando compreendê-los e, quando necessário, propondo alternativas para resolvê-los. Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa explicativa, na qual o fenômeno investigado é a inclusão de estudantes com deficiência por meio da inserção em estágios obrigatórios, levando em consideração as políticas institucionais do IFRS, nas quais são propostas modificações em suas redações para que contemplem a temática da inclusão de alunos com deficiência. Igualmente, em relação aos procedimentos, o trabalho organizou-se enquanto uma pesquisa documental, que envolveu a elaboração de proposições para ampliar a acessibilidade presente nos seguintes documentos: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, e, principalmente, Instrução Normativa Proex/Proen/Dgp IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020. A seleção dos regulamentos que abordam a temática dos estágios obrigatórios ocorreu por meio de uma busca no site do IFRS, sendo que os descritores empregados para a pesquisa on-line foram: estudantes, estágio e obrigatório.

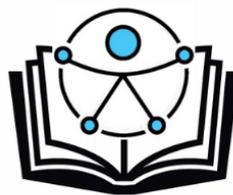
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa analisou os seguintes regulamentos: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019 e, principalmente, a Instrução Normativa Proex/Proen/Dgp IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020.

A respeito da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, este estudo sugeriu a troca da expressão “portador de deficiência” no texto da lei por pessoa com deficiência, adequando ao termo empregado a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Sobre a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, abordou a possibilidade de reformulação do seu art. 7º, parágrafo II, que, ao tratar sobre o número efetivo de estagiários contratados por um órgão ou entidade, determina que 10% das vagas de estágio devem ser reservadas aos estudantes “cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado [...]” (Brasil, 2019, art. 7, inc. I). A análise feita a respeito desse período traz questões como o fato de refletir um modelo médico de deficiência e um viés integracionista de sociedade (Sasaki, 2012), ambos já ultrapassados, visto que não consideravam as barreiras impostas pela sociedade às PcD e condicionavam suas participações a “compatibilidade de suas deficiências”. Igualmente, contribui para uma hierarquização desse grupo de pessoas enquanto “compatíveis ou incompatíveis” para ocuparem determinada vaga de estágio, demonstrando um viés capacitista.

No que concerne a Instrução Normativa Proex/Proen/Dgp IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020, trouxe a referência que o regulamento faz as pessoas com necessidades educacionais específicas em seu art. 15 e como esse período do texto legal vai ao encontro da dimensão metodológica de acessibilidade. O referido excerto do texto legal diz que “A duração máxima do estágio na mesma empresa/instituição concedente deve



ser de 2(dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com necessidades educacionais específicas” (Brasil, 2020, cap. IV, art. 15). Após, propôs a inserção na redação desta normativa da avaliação da acessibilidade dos locais em que os estudantes com deficiência farão seus estágios curriculares, referindo os sujeitos responsáveis por essa ação (professor orientador, aluno com deficiência, membro do NAPNE e supervisor de estágio) e apresentando um modelo de formulário para tal. Por último, tratou sobre a importância da elaboração do Plano Individualizado de Estágio – PIE (Leite *et al.*, 2021), fundamental na garantia da acessibilidade ofertada aos alunos com necessidades educacionais específicas durante seus estágios curriculares obrigatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

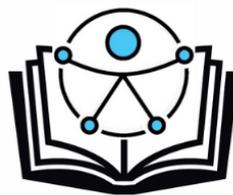
Este estudo pretende contribuir para que o campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul cumpra normativos como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que refere, no inciso XVI de seu artigo 28, a obrigatoriedade do poder público de assegurar a todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar acessibilidade em todas os ambientes e atividades de ensino, o que inclui o estágio curricular obrigatório.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Giuliana Maria. **Estágio curricular obrigatório para universitários com deficiência: contexto e vozes**. Orientador: Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo. 2022. 199 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Natal, 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019**. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Instrução Normativa Proex/Proen/Dgp IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020**. Regulamenta as diretrizes e procedimentos para organização e realização de estágio obrigatório e não obrigatório dos estudantes do IFRS, assim como a atuação do IFRS como instituição concedente de estágio. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/PUBLICADA-Instrucao-Normativa-PROEX_PROEN_DGP-001_2020_-Regulamenta-as-diretrizes-para-estagios-no-IFRS-2.pdf . Acesso em: 10



set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL, **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022, v. 47, 32p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

LEITE, Ana Paula *et al.* O estágio supervisionado de alunos com deficiência em uma perspectiva inclusiva. **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 13 p. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.3944>. Acesso em: 10 set. 2023.

SASSAKI, Romeu. **Por falar em classificação de deficiências** [online]. Disponível em: <https://adww.online/por-falar-em-classificacao-de-deficiencias/>. Acesso em: 10 set. 2023.



INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: possibilidades de uma equipe multiprofissional

COSTA, Angélica da¹
ALVES, Adriana²
SANSONE, Ruan Carlos³

¹ Especialista em Educação Inclusiva e Especial, Terapia de Casal e Família, e Intervenções em Situações de Luto, UNISINOS. Graduação em Serviço Social, atua no Núcleo de Atenção ao Estudante.

² Especialista em Educação Inclusiva e Especial, UNISINOS. Graduação em Administração, atua no Núcleo de Atenção ao Estudante.

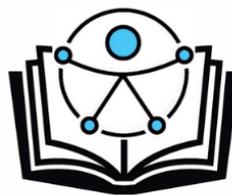
³ Especialista em Educação Inclusiva e Especial, Orientação Pedagógica, UNISINOS. Graduação em Pedagogia, atua no Núcleo de Atenção ao Estudante.

INTRODUÇÃO

A educação é direito de todos e dever do Estado e as Instituições de Ensino Superior (IES) têm a responsabilidade de atender a todos com qualidade, sem nenhum tipo de distinção. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, no ano de 2017 houve 38.272 matrículas em cursos de graduação de alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), 2017). A Universidade é um espaço para todos, os processos de aprendizagens são múltiplos respeitando a singularidade de cada sujeito, por isso o olhar da inclusão perpassa por todos que estão inseridos na universidade e que apresentam algum tipo de dificuldade. O presente artigo visa à apresentação da experiência realizada por uma equipe multiprofissional atuante no Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) em uma universidade comunitária privada, localizada na região metropolitana de Porto Alegre-RS. O artigo descreve os princípios e os elementos que se destacam no trabalho da equipe, aportando uma reflexão sobre as possibilidades da Educação Inclusiva, no âmbito do Ensino Superior.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ensino Superior. Equipe Multiprofissional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



Não é de hoje que o cenário da Educação Inclusiva, no Ensino Superior, vem renovando as exigências que precisam ser contempladas, por meio de ações compartilhadas e reafirmando o compromisso educacional e político da instituição e garantidos através do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Na Instituição de Ensino Superior (IES), onde acontece a experiência relatada, o acompanhamento da inclusão é realizado pelo Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE). O NAE possui uma equipe multiprofissional, com enfoque interdisciplinar, composta por uma Assistente Social- Especialista em Educação Inclusiva e Especial, um Pedagogo Especialista em Educação Inclusiva e Especial, uma Administradora- Especialista em Educação Inclusiva e Especial, uma Psicóloga e dois acadêmicos estagiários de Psicologia.

Peduzzi aponta como direção da multiprofissionalidade e da interdisciplinaridade:

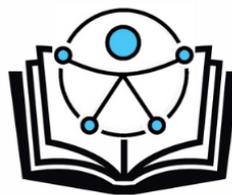
Entendemos que a primeira diz respeito à atuação conjunta de várias categorias profissionais, portanto ao mundo do trabalho; e a segunda, a integração das várias disciplinas ou áreas do conhecimento, tendo, assim, caráter eminentemente epistemológico, que diz respeito sobretudo à produção do conhecimento. (PEDUZZI, 1998, p. 61)

Os atendimentos são oferecidos sem custo aos alunos e dentro das atividades desenvolvidos pelo NAE, destacam-se as de acesso, permanência e inclusão dos alunos com deficiência ou necessidades educativas especiais (adaptação, acessibilidade e apoio técnico-pedagógico às necessidades de cunho permanente e/ou momentânea) e de aprendizagem (repetência contínua em atividades acadêmicas, dificuldade de aprendizagem).

A equipe do NAE atua na formação de redes de acompanhamento e de apoio aos alunos, à coordenadores de cursos e professores nos processos de aprendizagem, considerando as situações diversas que possam estar gerando estresse, conflitos ou alguma forma de sofrimento. Entende-se [...] a rede como um símbolo da complexidade das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos, pois a sociedade é resultado desse “complexo padrão interativo” (CASTELLS, 2003, p. 42).

Como parte de formação de rede de apoio aos estudantes, o serviço de Inclusão Educacional, que acontece no NAE, corrobora a garantir o acesso e permanência dos alunos com alguma deficiência ou Necessidades Educativas Especiais (NEE) na vida acadêmica, através de uma articulação contínua com outros setores da universidade.

De acordo com o artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial em longo prazo, os quais podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Conforme os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:



Necessidade educacional especial, temporária ou permanente, vinculada ou não a uma causa orgânica, como por exemplo: estudantes com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação, dificuldades acentuadas de aprendizagem, dificuldades de comunicação e sinalização, entre outras. (SINAES, 2013)

São garantidos o atendimento aos alunos e a orientação para os professores nas situações que envolvam orientação pedagógica, psicológica e social. Em 2023, a IES contou com a matrícula de 212 alunos que se declararam com algum tipo de deficiência, dessas, 19 com deficiência auditiva, 30 com deficiência visual, 66 com deficiência física e 97 com deficiência intelectual.

No que tange a educação inclusiva o NAE acompanha o aluno com deficiência ou NEE, de todos os níveis acadêmicos desde o processo seletivo ou transferência de outras instituições, até o final de sua trajetória dentro da universidade. Os atendimentos aos alunos com algum tipo de deficiência ou NEE, podem ocorrer de forma integrada pelo NAE com a equipe de Formação Docente e com a família ou o profissional que acompanha o aluno.

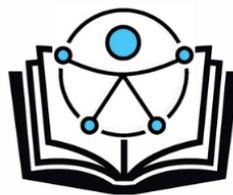
Esse movimento vem de encontro com o entendimento da equipe do NAE que trabalha de forma multidisciplinar, valoriza a rede interna e externa, estendendo então a formação de redes de apoio de forma afetuosa. Conforme Cruz (2019), “o afeto, em termos gerais, é compreendido como algo da ordem da amorosidade, estando relacionado à noção do cuidado e do acolhimento do outro/da outra”.

Quando levantadas as necessidades de adaptações, são feitos os encaminhamentos para a Coordenação de Curso e para o professor, que analisa os conteúdos previstos no plano de ensino e verifique qual a estratégia mais produtiva para torná-los acessíveis, como tradução em Braille, ou em LIBRAS, fonte ampliada, elaboração de maquetes e materiais táteis, utilização de recursos tecnológicos (software), uso de linguagem simples e objetiva, entre outros. “Os professores devem considerar que não existe uma só maneira de ministrar e avaliar o processo de aprendizagem, buscando formas de diversificar o seu programa”. (RODRIGUES, 2004, p. 3).

A partir do momento que os professores conhecem bem as possibilidades de aprendizagem dos alunos e os fatores que a favorecem, podem auxiliar de forma mais específica suas necessidades, principalmente quando é necessária a adaptação de material didático.

Aos alunos com deficiência física, usuários de cadeira de rodas ou com dificuldade de locomoção, há uma preocupação com o acesso à sala de aula, por isso são alocadas salas de fácil acesso, sem escadas, próximas a sanitários adaptados e elevadores. O NAE em conjunto com a equipe responsável pela alocação de salas, pensa todo o trajeto realizado pelo aluno na campi, para disponibilizar a sala mais acessível.

O atendimento pedagógico do NAE, aos estudantes que se declaram com algum tipo de deficiência ou NEE está concentrado nas questões organizacionais no que tange o



serviço de orientação e acompanhamento. Nesse momento individual é planejado, conforme as especificidades de cada estudante, o cronograma de encontros podendo ser semanal, quinzenal ou mensal e acontece de forma acolhedora, segura e sigilosa. O objetivo é orientar e acompanhar estudantes na superação de suas dificuldades acadêmicas e educativas, criando estratégias organizacionais para que construam e desenvolvam habilidades de organização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva da inclusão na Universidade, deve ser para além de pensar a deficiência, vivemos em uma sociedade que está acostumada a ver sempre a falta de algo, a deficiência e por vezes não considera o sujeito em sua plenitude. Para a sociedade, a deficiência é vista como “pertencente ao indivíduo, sua propriedade, falha e limitação orgânica, obra de uma natureza incompleta[...]” (PICCOLO; MENDES, 2013, p.4). É necessário assegurar o direito ao ensino superior para todas as pessoas, como um espaço de valorização das singularidades de cada estudante, para que ele desenvolva suas potencialidades e conquiste autonomia, independentemente de ser pessoa com deficiência ou não.

No primeiro semestre de 2023, foram realizados acolhimento de 30 estudantes autodeclarados com deficiência ou necessidade educativa especial, 172 atendimentos pedagógicos e 78 assessorias de inclusão aos professores. Quanto aos tipos de deficiências dos estudantes atendidos, elas se dividem em: deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e a deficiência múltipla, conceituada como a associação de duas ou mais deficiências (BORTMAN et al, 2022).

Assim, mobilizam-se ações para criação da cultura de uma Universidade mais inclusiva, com um olhar atento para as singularidades no campo da diversidade, conforme Weschenfelder (2021, p. 108), que demonstra ser necessário “Reconhecer que os sujeitos são diferentes entre si e que essas diferenças fazem parte de coletividades (étnico-racial, de gênero e sexualidade, econômica, regional)”, e que tais diferenças atravessam o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de compartilhar a experiência desenvolvida pelo NAE de uma universidade privada localizada na região metropolitana de Porto Alegre-RS, é importante para que possamos refletir e socializar essas ações, tendo em vista à necessidade de produção de conhecimentos no campo da educação inclusiva no ensino superior e do exercício de sistematização das práticas vivenciadas, nessa área. O debate sobre a inclusão se inscreve na discussão sobre o direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com sucesso. Contudo, são



poucos os estudos encontrados referentes à inclusão de pessoas com deficiência nesse nível de ensino, considerando sua importância.

Entende-se que a participação do NAE no processo de inclusão no ensino superior é importante, como agente ativo de aproximação com a família e assessoria de inclusão aos professores envolvidos, permitindo assim melhor entendimento das características de cada aluno, para uma melhor aprendizagem e vivência acadêmica, através de instrumentos de ensino e práticas pedagógicas adequadas. As condições de aprendizagem e de convívio social universitário dos alunos são potencializadas, tornando possível e mais produtiva sua jornada na Universidade.

REFERÊNCIAS

BORTMAN, D.; LOCATELLI, G.; BANDINI, M.; REBELO, P. **A inclusão de pessoas com deficiência: o papel de médicos do trabalho e outros profissionais de saúde e segurança.** 2014. Disponível em <https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Manual_-_Inclusao_de_Pessoas_com_Deficiencia_-_Rede_Empresarial_de_Inclusao_Social_-_ANAMT.pdf> Acesso em 05 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

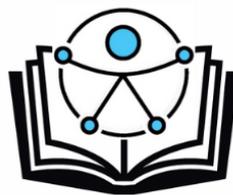
CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** v. 1. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2003

CRUZ, Éderson da. **Entre os Muros da Escola: gênero e docência na constituição de uma pedagogia do afeto.** 2019. 402 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior, 2017.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 set. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** (Sinaes) Brasília: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2013

PEDUZZI M. **Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e**

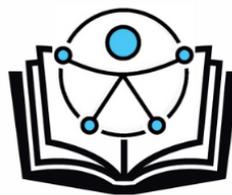


interação [Tese]. Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas; 1998.

PICCOLO, G.M.; MENDES, E.G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 459-475, 2013.

RODRIGUES, D.. A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 23. 2004.

WESCHENFELDER, Viviane Inês. Um/a professor/a comprometido/a com as diferenças. In: LIMA, Samanta D. (Org.). **Cartas ao professor iniciante**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 103-112. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/farroupilha/wp-content/uploads/sites/12/2021/03/CARTAS-ao-professor-iniciante_versao-digital.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023



JOGOS DE TABULEIRO MODERNOS NO ENRIQUECIMENTO EXTRACURRICULAR PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

CASTRO, Aline Tamires Kroetz Ayres¹

¹Mestre em Educação - alinecastro@ifsul.edu.br, IFSUL Sapucaia do Sul. Tem se dedicado ao estudo das Altas Habilidades/Superdotação e ao uso de jogos de tabuleiro modernos na educação.

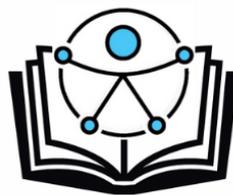
Resumo: Este trabalho caracteriza um relato de experiência com o projeto de extensão Inteligências Múltiplas e Jogos de Tabuleiro Modernos e tem como objetivo socializar uma experiência de oferta de enriquecimento extracurricular aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), que frequentam a Sala de Recursos voltada a este público da educação especial no município de Sapucaia do Sul. As atividades ocorrem com dois grupos de estudantes intercaladamente em uma frequência quinzenal, com um momento inicial mais teórico seguido da prática com jogos de tabuleiro modernos que desenvolvem uma ou duas inteligências identificadas por Howard Gardner. Os resultados iniciais mostram que o projeto evidencia conhecimentos e habilidades dos participantes, promove o engajamento por meio de desafios, além de desenvolver habilidades socioemocionais. A participação de estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado como estudantes voluntários é fundamental para auxiliar com a explicação de regras dos jogos, tendo resultados semelhantes aos evidenciados para os participantes, além da vivência da monitoria e do processo de ensinagem.

Palavras-chave: Altas Habilidades. Superdotação. Inteligências Múltiplas. Jogos de Tabuleiro. Enriquecimento Extracurricular.

INTRODUÇÃO

Conforme conceitua a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) são aqueles que "demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes" (BRASIL, 2008, p. 15). Diferentes autores compreendem que a pessoa altamente habilidosa não é identificada somente pelo seu alto desempenho intelectual na área linguística, espacial e lógico matemática, aquelas avaliadas pelos testes de Quociente Intelectual (QI), mas que outras características estão associadas, gerando os comportamentos superdotados.

Dentre esses autores, Robert Sternberg entende que a inteligência se compõe de habilidades analíticas, sintéticas e práticas e que além de tomar decisões por meio da análise de informações, o componente criativo permitirá pensar de maneira inovadora e



original para encontrar novas soluções para problemas complexos. Além disso, o autor também confere importância ao contexto ambiental e cultural no desenvolvimento e na expressão da inteligência, pois aquilo que avaliamos como um saber significativo muda de acordo com o local e sua cultura (GAMA, 2006).

Além de Sternberg, Howard Gardner apresenta a Teoria das Inteligências Múltiplas, abrangendo aspectos biológicos e de funcionamento mental do indivíduo, suas interações com o meio e as formas como as diferentes culturas influenciam os conceitos e o desenvolvimento da inteligência (GAMA, 2006).

Para Gardner, inteligência se relaciona com diferentes capacidades para fazer projetos, resolver problemas e criar bens sociais e culturais (SMOLE, 1999). Conforme Smole (1999, p.9), a Teoria das Inteligências Múltiplas pressupõe:

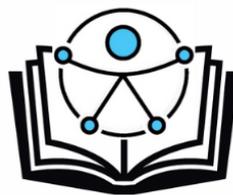
- Há mais de uma inteligência: ele inicialmente propôs sete, mas é possível que existam outras.
- As inteligências podem ser estimuladas: o contexto social, a escola, a oportunidade de explorar e realizar atividades diferentes são fatores que podem interferir no desenvolvimento das inteligências.
- As inteligências se combinam de forma única em cada pessoa: cada pessoa nasce com todas as inteligências que se desenvolverão durante sua vida, de modo único.
- Não há como padronizar: as combinações das inteligências são únicas, tal como as impressões digitais.

Com esse entendimento o autor propôs a existência de sete inteligências: linguística, lógico-matemática, musical, espacial, corporal cinestésica, interpessoal e intrapessoal. Estas não se manifestam isoladas em nossas ações, mas por meio de combinações, cabendo à educação entender que existem diferentes perfis intelectuais em seu alunado, não sendo diferente com a pessoa superdotada.

Um terceiro teórico muito utilizado para pensar as AH/SD e as propostas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para este público é Joseph Renzulli a partir de sua Teoria dos Três Anéis. Segundo essa teoria três conjuntos de traços caracterizam os comportamentos superdotados: habilidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa (RENZULLI, 1986).

A partir desses constructos teóricos, as atividades realizadas pelo projeto de extensão Inteligências Múltiplas e Jogos de Tabuleiro Modernos visam assegurar a inclusão escolar dos estudantes com AH/SD conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Para isso, o enriquecimento extracurricular é uma possibilidade, pois se volta para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Considera-se que se as habilidades, os talentos e capacidades especiais não forem desenvolvidas e estimuladas, podem ficar subutilizadas. Portanto, o enriquecimento extracurricular oferece oportunidades para os estudantes com AH/SD explorarem ao



máximo o seu potencial, estimulando sua criatividade e a paixão que possuem por áreas específicas do conhecimento.

Renzulli (2014) desenvolveu o Modelo de Enriquecimento Triádico, que propõe uma abordagem abrangente para atender às necessidades de alunos talentosos e superdotados. O modelo consiste na oferta de atividades de três tipos: a) Enriquecimento tipo 1, que podem ser ofertado para todos os estudantes da escola, pois contemplam “ampla variedade de disciplinas, temas, profissões, hobbies, pessoas, locais e eventos que normalmente não estão incluídos no currículo regular” (p. 545); b) Enriquecimento tipo II, que busca estimular novos interesses a partir das temáticas apresentadas no tipo I e “inclui o desenvolvimento de (a) pensamento criativo e solução de problemas e processos afetivos” (p. 246); c) Enriquecimento tipo III, ofertado para estudantes com interesse em aprofundar algum tema ou área de interesse e “querem comprometer o tempo e os esforços necessários para a aquisição de conteúdo avançado e o treinamento de processos nos quais eles assumem um papel de pesquisador de primeira categoria” (p. 246).

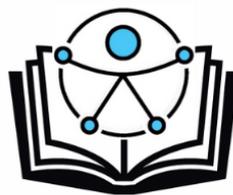
Buscando parcerias para a oferta do enriquecimento extracurricular, as professoras de AEE da Sala de Recursos que realizam o atendimento de estudantes com AH/SD contataram a coordenadora do projeto, questionando sobre a possibilidade de oferta de uma oficina de Cubo Mágico. Ao longo da conversa entendemos que a proposta de atividades com jogos de tabuleiro modernos, poderia se configurar como uma excelente oportunidade de enriquecimento. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo socializar a experiência de enriquecimento extracurricular ofertada para estudantes com AH/SD a partir da prática com jogos de tabuleiro modernos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho apresenta um estudo preliminar de abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) sobre a experiência do projeto de extensão Inteligências Múltiplas e Jogos de Tabuleiro Modernos. A amostra abrange 24 estudantes com identificação ou em processo de identificação das AH/SD que frequentam a sala de recursos voltada a esse público da educação especial no município de Sapucaia do Sul. Os estudantes possuem idades entre 10 e 14 anos de idade e estão matriculados em diferentes escolas do município.

O projeto prevê encontros quinzenais com dois grupos: nas quartas-feiras pela manhã e pela tarde, intercaladamente, com 2 horas e meia de duração. Ao todo estão previstos 6 encontros com cada grupo, totalizando 15 horas de atividades. Além da coordenadora, identificada com AH/SD, o projeto conta com a participação de uma estudante voluntária, do ensino médio integrado também identificada alto habilidosa.

No encontro inicial foram abordados conhecimentos relativos às concepções e definições sobre inteligência e sobre a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner. Além disso, foram apresentadas informações sobre os jogos de tabuleiro como:



sua história, características, eventos da área que ocorrem no município e contribuições dos jogos para o desenvolvimento da aprendizagem. Esse material foi apresentado por meio de slides, valorizando reflexões sobre as especificidades das AH/SD.

Na sequência, cada encontro abordou sobre uma ou duas inteligências descritas por Howard Gardner, seguido da prática com jogos de tabuleiro modernos que potencializam a inteligência trabalhada em cada encontro. Para os momentos de prática com jogos, o apoio da estudante voluntária é essencial para explicação das regras do jogo e observação das vivências de cada grupo.

Ao final dos encontros, foi aberto um espaço de diálogo sobre a articulação da inteligência trabalhada com os jogos praticados e os estudantes foram convidados a fazer um pequeno registro das impressões/sensações que os jogos praticados lhes transmitiram. Assim, os dados foram produzidos a partir da escuta e do olhar atento da coordenadora do projeto. Para interpretar esses dados foi utilizada a análise de conteúdos que contempla um conjunto de técnicas de análise das comunicações, as quais podem ser de natureza oral, escrita, visual e mesmo gestual (BARDIN, 1977). Os resultados observados serão apresentados na sequência.

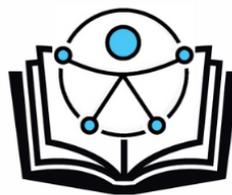
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a exposição inicial dos conteúdos teóricos foi possível perceber que, apesar de os estudantes terem a identificação de AH/SD e de já terem respondido instrumentos que avaliam os diferentes tipos de inteligência, estes conceitos não estavam consolidados. Com as interlocuções que relacionam os jogos com certos tipos de inteligência durante os encontros, percebeu-se que relacionar a teoria aos jogos tem auxiliado na construção desses saberes.

Além disso, por meio da observação e escuta atenta é possível afirmar que a maioria dos estudantes se sente desafiada pelos objetivos dos jogos, sejam eles cooperativos ou competitivos, demonstrando prazer com as experiências lúdicas que estão vivenciando. Isso fica ainda mais nítido quando o jogo trabalha com uma inteligência de destaque do estudante, ou seja, um jogo que trabalha o ritmo, a memória e a coordenação motora foi muito mais desafiador para o grupo que apresentava inteligência musical. Em outros grupos o interesse por aquele tipo de desafio foi menor ou nulo. Em grande parte das vezes, durante os encontros, os estudantes imergem na experiência do jogo e se desligam de outros interesses ou preocupações.

Por outro lado, também é possível verificar sentimento de frustração quando um objetivo pessoal não é atingido. A dificuldade de lidar com o fracasso ao não ser o campeão da partida também ficou evidente em dois dos participantes.

Nos registros que os estudantes realizaram, todos relataram gostar muito das atividades com jogos e indicaram diferentes títulos como jogo de maior preferência, indicando um perfil bem heterogêneo.



Apenas dois estudantes não conseguem perceber que os jogos auxiliam na sua aprendizagem, os demais indicam que as seguintes aprendizagens: desenvolvimento de estratégias e raciocínio lógico, formulação do pensamento antes de sua oralização, trabalho em equipe, convívio com os colegas e contribuições para coordenação motora. As professoras de AEE percebem a potência do projeto de extensão por trabalhar com jogos de tabuleiro relacionando-os às inteligências múltiplas. Além disso, destacam a qualidade dos jogos de tabuleiro modernos utilizados nos encontros e oportunidade de conhecer novos recursos. O projeto também possibilitou a elas vivências ricas para observação do comportamento dos educandos frente a diferentes aspectos que envolvem os jogos.

Quanto ao potencial de aprendizagem dos jogos, as docentes compreendem que podem desenvolver o planejamento de ações e a retomada de decisões, o pensamento estratégico, o trabalho em equipe e o gerenciamento da frustração nas situações de derrota.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme preconiza a legislação brasileira, os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação integram o público da Educação Especial e possuem direito ao Atendimento Educacional Especializado, tendo as suas peculiaridades atendidas e trabalhadas a partir de diferentes recursos. Uma das principais abordagens utilizadas é o enriquecimento extracurricular, buscando ampliar conhecimentos e habilidades dos participantes com atividades desafiadoras e motivadoras, assim como o aprimoramento das habilidades socioemocionais. Por meio das atividades ofertadas nos encontros do projeto de extensão relatado nesse trabalho, assegura-se um direito do estudante AH/SD em um espaço de aprendizagem e diversão, favorecendo o convívio entre pares. Por fim, cabe sinalizar que os resultados aqui descritos são iniciais e merecem ser melhor analisados em futuras experiências que possam ser propostas.

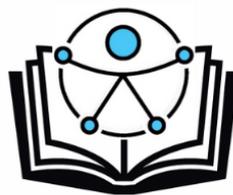
REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GAMA, M. C. S. **Educação de Superdotados: teoria e prática**. São Paulo: EPU, 2006.

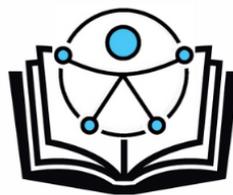
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.



RENZULLI, J. **Modelo de enriquecimento para toda a escola**: Um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. In: Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 50, p. 539- 562, set./dez. 2014.

_____. **The three-ring conception of giftedness**: a developmental model for creative productivity. In: RENZULLI, Joseph S.; REIS, S. M. The triad reader. Connecticut: Creative Learning Press, 1986. p. 2-19.

SMOLE, K. C. S. **Múltiplas inteligências na prática escolar**. Brasília: MEC, 1999.



LETRAMENTO ACADÊMICO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

BAIERLE, Mariana¹

PERIUS, Vanessa²

¹ Doutoranda em Letras, e-mail: tresgotinhas@gmail.com, UFRGS. Servidora pública, atua como assistente administrativa no Instituto de Letras da UFRGS. Mestre em Letras (UFRGS) e graduada em Jornalismo (PUCRS). Em sua tese de doutorado, na área de Linguística Aplicada, pesquisa sobre letramento acadêmico de discentes com deficiência visual no âmbito do ensino superior. Possui deficiência visual congênita.

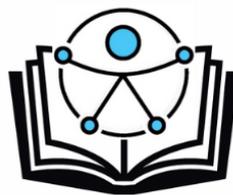
² Doutoranda em Letras, e-mail: vanessa.alvesmarques@gmail.com, UFRGS. Professora da rede municipal de Canoas. Mestre em Letras (UFRGS) e licenciada em Letras Português - Espanhol e respectivas literaturas (UNISINOS). Em sua tese de doutorado, pesquisa sobre ensino, aprendizagem e avaliação em língua portuguesa.

Resumo: A perspectiva dos letramentos acadêmicos, conforme Lea e Street (2016), concebe a leitura e a escrita como práticas sociais que variam conforme o contexto, a cultura e o gênero. No entanto, as práticas de letramento em disciplinas acadêmicas ainda são pouco exploradas em relação aos diferentes grupos e segmentos sociais. Este estudo propõe uma revisão sistemática da literatura que aborde dissertações e teses sobre letramento acadêmico dentro da Linguística Aplicada no contexto da diversidade e inclusão social, considerando grupos minoritarizados e socialmente não privilegiados. A pesquisa foi realizada entre 2018 e 2022, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Foram identificados oito trabalhos, sendo três dissertações e cinco teses. Os grupos minoritarizados foram representados em pesquisas que envolveram exclusivamente indivíduos surdos, negros, indígenas e nordestinos. Considerando a amplitude temática do tópico "diversidade e inclusão social", o número de trabalhos parece ser pouco expressivo. Ademais, durante o período de cinco anos, não foi encontrada nenhuma tese ou dissertação sobre letramento acadêmico envolvendo pessoas com deficiência (física, visual, auditiva ou intelectual), de baixa renda, LGBTQIAPN+, quilombolas, refugiados, imigrantes, entre outros. Os estudos identificados parecem apresentar um recorte limitado diante de todas as possibilidades que envolvem a diversidade e a inclusão social no contexto brasileiro. Esses resultados evidenciam uma lacuna na produção científica brasileira nessa área, ao mesmo tempo em que apontam um vasto campo de análise para futuras pesquisas.

Palavras-chave: letramento acadêmico. Diversidade e inclusão social. Teses e dissertações, Linguística Aplicada

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre letramento acadêmico estão situados entre os principais focos de interesse da Linguística Aplicada. Conforme Segat e Sarmiento (2022), estamos inseridos em uma sociedade regida e direcionada por práticas de letramento. Para a



construção do significado de um texto, é necessário estar inserido em uma prática social da qual esse texto faz parte, ter um propósito de leitura, reconhecer atitudes e valores relacionados ao texto.

Durante muitas décadas, os estudos de letramento acadêmico eram focados no que o indivíduo era capaz de fazer no âmbito da leitura e escrita. A partir da década de 80 os pesquisadores passaram a levar em consideração para quem e em quais contextos os processos ocorriam. O letramento acadêmico passa a ser entendido dentro de uma prática socialmente situada.

Especificamente sobre letramento no âmbito da escola e da academia, Lea e Street (2014) concebem três modelos ou perspectivas, que se referem tanto a programas de ensino quanto a práticas instrucionais e à pesquisa, para abordar escrita e letramento em contextos acadêmicos: (1) o modelo de habilidades acadêmicas, que encara escrita e letramento essencialmente como um conjunto de habilidades cognitivas individuais; (2) o modelo de socialização acadêmica, em que é necessária a indução dos estudantes à participação na nova cultura acadêmica, entendendo-a como homogênea; e (3) o modelo de letramento acadêmico, que entende leitura e escrita como práticas sociais locais e situadas e relacionadas à construção de sentidos, identidade e poder.

Corroborando a visão mais atual sobre letramento, Moita Lopes (1994) compreende os processos de leitura, escrita e oralidade aprendidos na escola dentro de um contexto social do qual o aprendiz faz parte e que vai para além da escola. Segundo ele, ler é saber-se envolvido em uma interação com alguém em um momento sócio-histórico específico e saber que o escritor, como qualquer interlocutor, usa a linguagem a partir de um lugar social marcado. “Ler é envolver-se em uma prática social” (MOITA LOPES, 1994, p. 358).

Nas interações orais, observam-se circunstâncias semelhantes, em que o contexto é de fundamental relevância. “Quem fala com alguém fala de algum lugar social específico e carrega todas as marcas de sua persona na construção do significado: papel sexual, classe social, raça etc. A linguagem não ocorre em um vácuo social” (MOITA LOPES, 1994, p. 362).

Apesar do entendimento mais aceito e atual sobre o tema considerar as especificidades de cada contexto, as práticas de letramento ainda são pouco exploradas em relação aos diferentes grupos e segmentos sociais. Este estudo propõe uma revisão sistemática da literatura para que possamos compreender o estado da arte da produção científica brasileira envolvendo letramento acadêmico dentro da Linguística Aplicada no âmbito da diversidade e inclusão social, considerando grupos minoritarizados e socialmente não privilegiados. O estudo mapeou as dissertações e teses publicadas no país sobre letramento acadêmico entre os anos de 2018 e 2022, verificando o perfil e características dessas publicações a partir de parâmetros que estabelecemos como foco da investigação.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ocorreu a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, onde inserimos no campo de busca o termo “letramento acadêmico”. Utilizamos os filtros “Grande área de conhecimento” e “Ano”. Com isso, delimitamos as dissertações e teses compreendidas no campo Linguística, Letras e Artes, entre 2018 e 2022. A partir desse refinamento, o retorno foi de 62 resultados, sendo 27 dissertações e 35 teses.

Após a leitura dos resumos das dissertações e teses, julgamos necessário retirar duas dissertações e uma tese por não estarem inseridas no tema letramento acadêmico. Assim, chegamos ao número de 59 trabalhos como objeto de nossa pesquisa, sendo 25 dissertações e 34 teses.

Embora todos esses trabalhos tratem diretamente ou dialoguem fortemente com a temática do letramento acadêmico dentro da Linguística Aplicada, foi possível definir seis categorias, que correspondem a subtemáticas no campo do letramento acadêmico. São elas:

- 1) Letramento acadêmico no âmbito da graduação;
- 2) Letramento acadêmico no âmbito do curso de Letras;
- 3) Letramento acadêmico no âmbito da pós-graduação, Internacionalização das IES e publicações científicas em inglês;
- 4) Letramento acadêmico no âmbito escolar;
- 5) Letramento acadêmico no contexto das novas tecnologias e no ensino remoto;
- 6) Letramento acadêmico, diversidade e inclusão social.

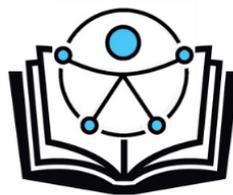
Por constituir-se de nossa área de interesse em pesquisa, nesse artigo iremos debruçar nos especificamente sobre a categoria 6 – Letramento acadêmico, diversidade e inclusão social. Com base na categorização apresentada e refinando o olhar sobre esta Categoria, levantamos alguns aspectos que consideramos relevantes para serem investigados afim de compreendermos o estado da arte envolvendo a produção científica brasileira a respeito do tema. São eles:

- a) levantamento dos trabalhos por regiões do país e instituição onde foram realizados;
- b) levantamento quanto ao gênero dos pesquisadores;
- c) levantamento quanto às metodologias utilizadas
- d) levantamento quanto às temáticas de pesquisa.

Assim, os trabalhos pertencentes à Categoria 6 serão analisados dentro de cada um dos parâmetros aqui estabelecidos como foco da investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Categoria 6 – Letramento acadêmico, diversidade e inclusão social foram



identificados 8 trabalhos entre 2018 e 2022 a partir dos filtros de busca no Catálogo da Capes, sendo 3 dissertações e 5 teses.

a) levantamento dos trabalhos por regiões do país e instituição:

Foram identificados 6 trabalhos na região sul e dois trabalhos na região sudeste. Com relação às instituições de ensino da região sul, foram mapeados trabalhos nas seguintes universidades: Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Paraná e Universidade Estadual de Maringá. Com relação às instituições da região sudeste identificamos trabalhos na Universidade Federal de Viçosa e na Universidade Estadual de Campinas. Percebemos que as publicações ocorrem de forma descontínua e com poucos trabalhos entre as regiões brasileiras, instituições de ensino e ainda se considerarmos a linha do tempo dos últimos 5 anos. Nenhum trabalho foi mapeado nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

b) levantamento quanto ao gênero dos pesquisadores.

Dos oito trabalhos, três foram realizados por pesquisadores do gênero masculino e cinco por pesquisadoras do gênero feminino.

c) levantamento quanto às metodologias utilizadas.

As metodologias dos trabalhos foram as seguintes: pesquisa qualitativa (2 trabalhos); paradigma qualitativo-interpretativista (2 trabalhos); etnografia da linguagem (2 trabalhos); estudo de caso (1 trabalho); pesquisa-ação (1 trabalho). d) levantamento quanto às temáticas de pesquisa dos trabalhos.

Foram identificados 7 subtemas dentro do assunto “Letramento acadêmico, diversidade e inclusão social”. São eles: discentes surdos (2 trabalhos); professores surdos do ensino superior (1 trabalho); estudantes negras (1 trabalho); estudantes cotistas indígena, negro e branco (1 trabalho); estudantes e professores de curso de licenciatura indígena (1 trabalho); currículo indígena intercultural (1 trabalho); ideologias de linguagem (1 trabalho).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora nesta Categoria tenhamos identificado 8 trabalhos, parece-nos um número pouco expressivo se considerarmos a amplitude temática que pode ser abarcada dentro do tópico “diversidade e inclusão social” na Linguística Aplicada.

Os grupos minoritarizados ou menos favorecidos socialmente foram representados em pesquisas que envolveram exclusivamente indivíduos surdos, negros, indígenas e nordestinos. Não identificamos ao longo dos cinco anos de pesquisa nenhuma tese ou dissertação sobre letramento acadêmico envolvendo pessoas com deficiência (física, visual, auditiva ou intelectual), de baixa renda, LGBTQIA+, quilombolas, refugiados, imigrantes, entre outros. As pesquisas aqui identificadas e categorizadas parecem-nos apresentar um recorte bastante limitado de toda a gama de possibilidades envolvendo a



diversidade e inclusão social no contexto brasileiro que poderiam ser exploradas dentro da Linguística Aplicada. A partir disso, nos surgem alguns questionamentos. Por que motivo as pessoas com deficiência, por exemplo, sequer aparecem em teses e dissertações sobre letramento acadêmico entre 2018 e 2022? Será que a academia – ou, especificamente, esta área do conhecimento - ainda não está atentando a esta temática, mesmo este grupo fazendo parte de políticas públicas e ações afirmativas em todo o país? De que forma a própria inexistência de trabalhos a esse respeito pode influenciar negativamente a implementação de tais políticas? Como os baixos índices de escolarização em todos os níveis pode ser reforçado inclusive por não haver pesquisas a respeito do letramento acadêmico envolvendo estes grupos minoritarizados, reforçando-se um ciclo de exclusão social? São diversas perguntas e inquietações que não serão aqui respondidas, mas deixamos como provocação e reflexão para que se possa dar continuidade a este debate. Afinal futuras pesquisas constituem-se a partir de trabalhos pré-existentes, mas também a partir das lacunas identificadas por pesquisas anteriores.

REFERÊNCIAS

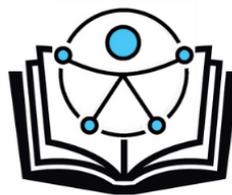
DILLI, Camila; MORELO, Bruna e SCHLATTER, Margarete. **O ensino de leitura voltado a universitários indígenas**: análise de uma unidade didática à luz dos estudos de letramento acadêmico. In: Calidoscópio. Unisinos, vol 7, n 1, páginas 11-23, jan/abril 2019.

LEA, M. R.; STREET, B. V. **O modelo de “letramentos acadêmicos”**: teoria e aplicações. Tradução Fabiana Komesu, Adriana Fischer. Filoll. Linguíst. Port., São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, 2014.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Linguagem, interação e formação do professor**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 75, n. 179-80-81, 1994, p. 355-366.

SEGAT, Giovana Lazzaretti; SARMENTO, Simone. **Avaliação linguística em periódicos de Linguística Aplicada no Brasil**: mapeamento das publicações. Revista Horizontes de Linguística Aplicada, ano 21, n. 2, p. AG5, 2022.

WARRINER, Doris. Capítulo 37 *Literacy*. In: SIMPSON, James. **The Routledge Handbook of Applied Linguistics**. 2011.



O MONITOR COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO: relato de experiência no Campus Sapucaia do Sul

PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim Pires¹
LEONARDO, João Victor Lazzaron²

¹Doutora em Linguística Aplicada, vanessapires@ifsul.edu.br, IFSUL Campus Sapucaia do Sul, Docente EBTT de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literatura; Mestra em Linguística Aplicada; Graduada em Letras. Coordenadora do Projeto Literatura Acessível.

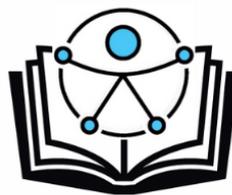
² Estudante do curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, joaoleonardo.ss045@academico.ifsul.edu.br, IFSul Câmpus Sapucaia do Sul, Monitor da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura I .

Resumo: Analisamos neste texto o papel de um estudante atuando como monitor em sala de aula de ensino médio e profissionalizante, em um contexto de educação especial na perspectiva inclusiva, enfatizando a importância que este desempenha como apoio a seus colegas com deficiência intelectual e também como auxílio para a professora da disciplina, à medida que colabora no planejamento das atividades e na adaptação de materiais didáticos. O objetivo do trabalho é a reflexão de uma forma como podemos integrar estudantes com deficiências intelectuais no ensino médio e profissionalizante ao mesmo tempo que respeitando suas individualidades, potencialidades e limitações. Chegamos à conclusão, com este trabalho, que a atuação de um monitor em sala de aula deve auxiliar no êxito dos estudantes para com as atividades propostas, bem como na elaboração de atividades adaptadas e é uma política de inclusão a ser considerada.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Tutoria por pares. Adaptação textual.

INTRODUÇÃO

Habitualmente, o campus Sapucaia do Sul seleciona estudantes que já tenham cursado determinadas disciplinas para atuarem como monitores, tirando dúvidas ou auxiliando alunos de séries iniciais do ensino médio, geralmente em contraturno. Também há a prática de seleção de monitores na Sala de Recursos Multifuncionais do Campus, fazendo parte da equipe de Educação Especial, juntamente com a professora de Atendimento Educacional Especializado, psicopedagogas, estagiários e profissionais auxiliares. Neste caso, os monitores da Sala de Recursos realizam atendimentos no



contraturno, auxiliando em atividades escolares específicas ou em sala de aula, quando solicitado pelo docente.

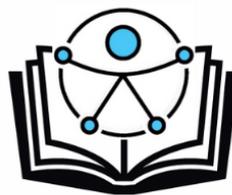
Entretanto, no presente relato, a professora da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura I selecionou um monitor exclusivamente para o acompanhamento de seus estudantes com necessidades educacionais específicas (ENE), que pudesse auxiliar no desenvolvimento e adaptação de materiais didáticos e atividades para estes estudantes, além de incentivá-los na participação das atividades em sala de aula. Tal ação pode ser caracterizada como uma estratégia de reestruturação do sistema escolar tradicional, avançando no que já tinha sido realizado pela docentes em anos anteriores (como a prática de monitores da Sala de Recursos em suas aulas), conforme afirma Januzzi (2012):

Uma educação inclusiva deve ter como foco do ensino a pessoa e não a sua deficiência, e isso implica uma reestruturação do sistema escolar, enfatizando-se o ensino, a escola e as condições de aprendizagem oportunizadas, bem como os recursos e suportes/apoios que poderão promover o sucesso escolar do aluno PAEE (Jannuzzi, 2012, s/p.)

Porém, percebeu-se a necessidade de um monitor exclusivo da disciplina e voltado para o auxílio de estudantes específicos, identificados pela docente como aqueles que mais necessitavam de acompanhamento em sala de aula. Este monitor atuaria motivando os estudantes com necessidades educacionais específicas e os auxiliando no desenvolvimento de tarefas, mesmo que adaptadas e acessíveis àquele estudante. Além disso, este monitor pode conhecer o plano de ensino da docente, quais conteúdos serão ministrados, como serão as atividades e avaliações e, através do convívio contínuo com os estudantes, construir um vínculo com estes, especialmente pela proximidade de idade e por ser da mesma comunidade deles. Tal vínculo é muito importante na adaptação de materiais, atividades e avaliações que serão feitas para estes estudantes, pois é preciso conhecer as potencialidades e dificuldades de cada estudante para definir o nível de adaptação necessário.

No contexto exposto neste trabalho, monitor e professora da disciplina se reuniam sistematicamente, conversando sobre o andamento da monitoria, formas de aproximação à estudantes que demonstraram maior resistência, e adaptando juntos os materiais didáticos voltados aos ENE. A professora também indicava leituras que pudessem ajudar o monitor a compreender as formas de adaptação, incluindo a adaptação textual em Leitura Fácil, processo que torna textos acessíveis para um ou mais públicos específicos, e tema de projeto de pesquisa desenvolvido no Campus Sapucaia do Sul.

A Leitura Fácil pode ser utilizada para fins didáticos e literários, por possuir um conjunto maior de diretrizes de adaptação textual que envolve tanto o texto como a ilustração e



a diagramação, e permite a adaptação de textos literários em prosa. A Leitura Fácil também possui uma preocupação com o uso de imagens em seu texto, o que enriquece o material adaptado (PIRES *et al*, 2023).

Como objetivo, este trabalho pretende ser um relato de prática de ensino da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura I desenvolvida durante o ano de 2023 no Campus Sapucaia do Sul do IFSUL, analisando o papel do estudante que desenvolve tutoria por pares, neste contexto denominado como monitor da disciplina, nas turmas que possuíam um ou mais estudantes com deficiência intelectual e/ou necessidades educacionais específicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na prática aqui apresentada, o monitor é um estudante do segundo ano do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas integrado ao Ensino Médio, que atua em turmas da disciplina Língua Portuguesa e Literatura I (já cursadas por ele), nos cursos Técnico em Mecânica e Técnico em Plásticos, ambos também integrados ao ensino médio. O monitor ajuda na organização das aulas com a professora e na realização de materiais adaptados para os alunos com deficiência, a partir de reuniões para discutir os materiais que serão passados em aula e em como abordar os assuntos que constam no plano de ensino. Ele informa-se sobre as técnicas utilizadas na Leitura Fácil, lendo artigos e outros materiais, para então poder adaptar de forma correta os materiais de aula, também com o auxílio da professora.

O monitor também auxilia os alunos com deficiência em sala de aula, respondendo dúvidas pontuais e ajudando a realizarem as atividades propostas e adaptadas. Também ouve e percebe como cada aluno entendeu determinado exercício, sentando ao lado dos alunos durante as aulas, reforçando os conteúdos e fazendo perguntas que instigam a pensar e ter um bom aproveitamento. Tal aproximação tem sido observada como positiva desde que os monitores começaram a atuar no campus, visto que não chamam a atenção como uma segunda professora ou outro profissional adulto que se destacaria na sala de aula. O trabalho consiste também em motivar os alunos a realizarem as atividades, abordando o tema em questão e mostrando o porquê é importante aprender aquele conteúdo. Em dias de prova o monitor acompanha os alunos com deficiência na Sala de Recursos, quando necessário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para ilustrarmos a importância do monitor em sala de aula inclusiva, apresentamos uma atividade desenvolvida pela professora titular a partir do estudo do tema “Linguagem Inclusiva” com a turma (Figura 1). A partir dessa atividade, professora e monitor



trabalharam em conjunto para a adaptação da atividade a dois estudantes com deficiência intelectual que estudam na mesma turma, porém possuem necessidade de diferentes graus de suporte.

Figura 1 - Exercício sem adaptação
Exercícios: Linguagem Inclusiva

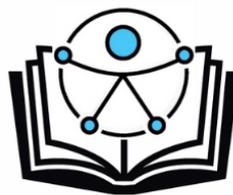
- 1) Analise os textos abaixo e reescreva-os utilizando as técnicas estudadas em aula para a adoção de uma linguagem mais inclusiva:
 - a) Aristóteles classifica o homem como o ser vivo que possui "logos" (*zoón logikón*) sendo essa definição canonizada na tradição ocidental com a forma de que o homem é o animal racional, o ser vivo racional, o ser que se distingue de todos os outros animais pela capacidade de pensar.
 - b) O governo deve servir ao cidadão.
 - c) Há vagas para candidatos com ensino técnico para o estágio.

Fonte:

produzido pelos autores..

Na Figura 2, é possível observar que o mesmo exercício é adaptado para um aluno com ENE com o auxílio do monitor da disciplina, que sugere as adaptações a partir de sua convivência com a turma. Ele sugere que a palavra que precisa ser substituída seja destacada, e que haja a indicação de linhas abaixo da frase inicial, sinalizando onde a nova frase deve ser escrita.

Figura 2 - Exercício com adaptação



✓ **RESOLVA:**

- 3) Leia as frases abaixo.
- 4) As palavras destacadas devem ser mudadas por palavras mais inclusivas.

a) Aristóteles diz **o homem** é animal racional, é diferente dos outros animais pela capacidade de pensar.

b) O governo deve servir **ao cidadão**.

c) Há vagas de estágio para **candidatos** com ensino técnico.

Fonte: produzida pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos apresentar neste texto algumas formas de atuação do monitor escolar específico da disciplina para atuação em turmas da educação especial inclusiva com a presença de um ou mais ENE. Tal presença tem auxiliado no processo de adaptação de materiais didáticos, suporte e incentivo a atividades escolares em sala de aula, visto que a professora nem sempre consegue dar atenção a todos os estudantes durante a aula.

REFERÊNCIAS

IFSUL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul. Pelotas: Conselho Superior, 2016. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/acoes-inclusivas/documentos-acoes-inclusivas/item/1099-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-do-ifsul>. Acesso em: 25 jan.

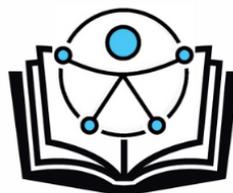


2021.

JANNUZZI, G. DE M.. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 255–256, jan. 2005.

MARINS, K.-H. C. DE .; LOURENÇO, G. F.. Avaliação de um programa de tutoria por pares na perspectiva da educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07218, 2021.

PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim; SCHERER, Renata Porcher; MACHADO, Verônica Pasqualin; KEMPER, Catarine. **Manual de Leitura Fácil para Educadores**. Pelotas: Editora IFSUL, 2023. Disponível em: <http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/catalog/book/243>



POLÍTICAS INCLUSIVAS E O NID NA UFCSPA: desafios e possibilidades no ensino superior

SILVEIRA, Luiza Maria de Oliveira Braga principal¹
PEREIRA, Luísa Pavlick²
FERRAZ, Marco Aurélio Freire³

¹ Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, coordenadora do Núcleo de Inclusão e Diversidade da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), luizabs@ufcspa.edu.br

² Mestre em Ensino na Saúde pela UFCSPA, bolsista de Apoio Técnico do NID - luisapavlick@gmail.com.

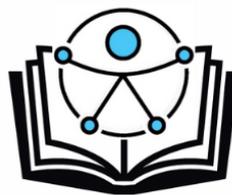
³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista de apoio técnico NID - marcofreire.maf@gmail.com

Resumo:

A educação inclusiva no Ensino Superior (ES) é um grande desafio. As políticas de acesso e permanência têm sido insuficientes para garantir à pessoa com deficiência (PCD) uma experiência de aprendizagem significativa. O Núcleo de Inclusão e Diversidade da Universidade Federal de Ciências da Saúde (NID/UFCSPA) vem trabalhando desde 2019 não só na construção e instauração de políticas inclusivas, mas na promoção de ações que busquem sensibilizar a comunidade acadêmica para refletir e acolher a diferença. A desconstrução de visões “corpo normativas” e capacitistas é um dos principais desafios. Por meio de ações como: divulgação de informações no Instagram, participação nas tutorias, participação em eventos e no congresso UFCSPA Acolhe, formação docente, grupos de acolhimento, acolhimento de busca espontânea de estudantes e docentes, o NID tem se fortalecido e desenvolvido. Estas ações têm contribuído para que as comunidades interna e externa, aos poucos, conheçam o NID e reconheçam nele espaço de suporte e apoio. A comunidade docente também tem refletido sobre as necessidades e possibilidades de flexibilizações necessárias. A meta a ser atingida é audaciosa, no entanto, com apoio institucional, bem como com participação da comunidade discente, docente e técnico administrativa, acredita-se ser possível transpor desafios e promover um ensino de qualidade para todos. Por meio de relato, objetiva-se compartilhar as ações desenvolvidas até o momento pelo NID/UFCSPA em sua trajetória para atingir essa meta.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ensino superior, Ações junto a Comunidade Acadêmica

INTRODUÇÃO



A educação inclusiva no Ensino Superior (ES) tem sido um grande desafio. Já há um caminho percorrido na educação infantil, no entanto, a construção desse fazer ainda parece estar em processo. As políticas de acesso e permanência têm sido insuficientes para garantir à pessoa com deficiência (PCD) uma experiência de aprendizagem significativa no ensino superior.

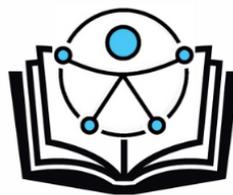
Nesse contexto, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) aderiu ao “Programa Incluir”, ainda em 2017. A partir de então, criou um Grupo de Trabalho (GT) para desenvolver seu próprio Núcleo de Inclusão. O Grupo de Trabalho trabalhou por um ano até constituir-se o Núcleo de Inclusão e Diversidade (NID) (portaria 88/2019 que institui a criação do NID) como uma estrutura de caráter permanente, de natureza interdisciplinar e institucional, ligado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). O Núcleo pretende promover políticas e ações que efetivem a inclusão e a diversidade na comunidade da UFCSPA, construindo diretrizes conceituais relativas aos processos de acesso, de permanência, de participação e de aprendizagem em todos os níveis, ambientes, relações e cotidianos da Universidade.

Da mesma forma em que os movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência, destacamos que para o entendimento da deficiência numa perspectiva biopsicossocial, importa saber que a Classificação de Incapacidade e Funcionalidade - CIF, em 2001, contribuiu para diferentes campos de aplicabilidade no que diz respeito ao entendimento das definições de deficiência ou incapacidade a partir do conceito de funcionalidade e dos fatores contextuais. Segundo Nubila e Buchala (In Silva, 2008, pág. 333).

Antes da CIF, as questões relativas à deficiência eram contempladas por outra classificação proposta pela OMS, em caráter experimental, que era a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID). A revisão deste referencial levou em consideração aspectos sociais, ambientais, entre outros, para propor definições acerca das funcionalidades das pessoas, resultando na CIF.

Sendo assim, também para a universidade, um dos avanços foi compreender a mudança de paradigmas com relação às deficiências, passando do modelo biomédico para o modelo biopsicossocial da deficiência. Nesse modelo, a compreensão das deficiências ultrapassa a presença de uma doença como a própria classificação de Funcionalidade já aponta. Ainda que o indivíduo possa ser considerado doente pela sua deficiência, há a necessidade de observar que os impedimentos e a falta de acesso a bens e serviços, assim como fatores sociais e ambientais, é que estão deficitários em relação às necessidades dos indivíduos.

Portanto, são as barreiras limitantes que devem ser transpostas e a eliminação destas devem ser de forma coletiva e com políticas públicas para equiparação de oportunidades



e promoção da real equidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

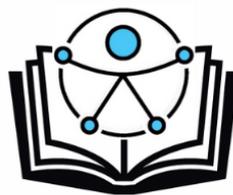
A UFCSPA, traduzida em números, na realidade de 2022, contava com um universo de 4406 discentes, 378 docentes, 198 técnicos administrativos, 59 bolsistas e 175 trabalhadores terceirizados, somando mais de 5000 atores envolvidos na vida acadêmica. Na qual o objetivo principal é acolher a todos os atores envolvidos na vida acadêmica, compreendendo que a educação inclusiva se dá para além da sala de aula. Trata-se de um processo que abarca não só aspectos referentes às adaptações dos espaços físicos ou curriculares, mas também como a diferença é percebida, acolhida e vivenciada na universidade.

Desta forma, as ações se dão em diálogos próximos e constantes entre todos os atores. Acolhem-se as necessidades individuais e essas são articuladas e compreendidas no todo em que se inserem. Para além de tratá-las como demandas individuais (sem deixar de dar a importância individual e subjetiva que cabe ao sujeito que a solicita e vivência), busca-se um olhar e reflexão acerca do que ela aponta para necessárias transformações na cultura e nas vivências da comunidade acadêmica.

As ações mais amplas ocorrem a partir da inserção do NID em atividades do calendário oficial da UFCSPA como o “UFCSPA Acolhe”, a Formação Docente, entre outras frentes que ocorrem através da proposição de atividades voltadas ao público interno e externo. Entende-se que estas contribuem para a reflexão sobre as diferentes instâncias e mudanças necessárias para uma educação inclusiva.

O NID vem atuando no processo de análise documental dos candidatos ao ingresso pela reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) com intuito de já conhecer alguns dos(as) futuros(as) discentes. Após o período de matrículas, os alunos ingressantes nessa modalidade são convidados para uma conversa com a equipe do NID, com o intuito de apresentar o núcleo e conhecer os estudantes e suas necessidades no que se refere a seu processo de inclusão educacional. O objetivo é ouvi-los em suas necessidades e os encaminhamentos, quando necessários, são conduzidos com as coordenações de curso e com os docentes. Por vezes, setores como a coordenação de engenharia e dos laboratórios, a prefeitura do campus, o apoio às salas, ou mesmo a comissão gestora do Restaurante Universitário são acionados para as articulações conjuntas para aspectos curriculares e estruturais do ambiente, entre outros, que venham a qualificar a vida acadêmica.

Os contatos do NID são amplamente divulgados, permitindo que as aproximações se deem tanto por e-mail, quanto por mensagens no Instagram. Outra forma de aproximação acontece por busca espontânea na sala do NID. Dois bolsistas de apoio técnico e dez bolsistas de iniciação à docência se dividem em regime de plantões, para atender demandas e acolher situações mais imediatas.



Uma importante parceria tem se construído com os espaços de tutoria. A UFCSPA conta com o Programa de Tutoria coordenado pelo NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico) que objetiva um acompanhamento das turmas por meio de um professor tutor em cada curso de graduação, durante toda a jornada dos alunos em seu percurso como graduando. Através do próprio NAP ou dos professores tutores aciona o Núcleo é acionado com frequência para apresentar aos estudantes as diversas formas de acesso ao serviço e apresentação da proposta conceitual de abordagem da inclusão e diversidade na universidade. Em conjunto com o NAP, também são realizados grupos de acolhimento e outras intervenções buscando um olhar integral aos estudantes. Da mesma forma, junto ao CAE (Coordenação de Assuntos Estudantis) faz-se o aprofundamento referente às políticas de apoio ao acesso e permanência dos estudantes.

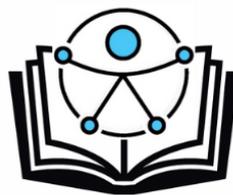
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das ações coletivas, como de participação em tutorias, formação docente, postagens de divulgação e aprofundamento em cartilhas explicativas sobre os diferentes aspectos relacionados ao público da educação especial, observamos uma maior circulação de pessoas e informações, reconhecendo o núcleo como uma referência inclusiva na universidade.

Convém salientar ações específicas com a comunidade interna da UFCSPA como: “Acorda castelinho - Inclusão: O Meu lugar é aqui”. A figura do castelinho é alusiva à representação do logo da universidade. No referido seminário, tratou-se de discutir com a comunidade acadêmica a inclusão da PCD na UFCSPA, abordando aspectos da entrada, da permanência e todos os desafios de estar dentro da Universidade. Nele discutiram-se as implicações e adaptações da vida na totalidade, daqueles que iniciavam o desafio da carreira acadêmica, principalmente da saúde emocional. A ideia do evento surgiu para se trabalhar aspectos de Saúde Mental dentro do meio universitário. Neste seminário tratou-se o tema pertencimento e inclusão, assim como os avanços e desafios dentro do ambiente universitário. Para tratar do tema, estiveram reunidos representantes do NID e uma representante discente.

Complementando as ações, o grupo de acolhimento foi instaurado visando proporcionar um espaço de escuta e acolhimento potente e transformador para PCDs.

Objetivou-se um lugar de trocas e construções entre pares. Ambas iniciativas aconteceram em parceria entre NID e NAP. Ocorreu também a participação do Núcleo no UFCSPA colhe, evento de apresentação e integração da Universidade com a sociedade, onde todos programas e projetos de extensão, cursos de graduação e pós-graduação, bem como ações institucionais são expostas à visitação e participação (por meio de atividades interativas) da comunidade em geral. O NID nesse evento, ficou “de portas abertas” e acolheu e construiu importantes diálogos com estudantes e familiares



internos e externos à UFCSPA.

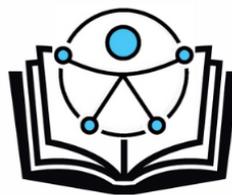
Para a equipe interna, são realizadas reuniões sistemáticas e seminários de estudo com grupo de bolsistas do projeto Panapaná (Projeto Institucional de Iniciação à Docência para acompanhamento de PcD na universidade). Esse projeto tem sido significativamente reconhecido, pois as ações nele desenvolvidas tomam sentido no coletivo, no movimento como a revoada das borboletas em que num bater de asas leve, podem movimentar um grande coletivo (por isso o nome Panapaná e seu logo ser uma borboleta). São realizadas também monitorias pontuais de acompanhamento aos estudantes em sala de aula e atividades do cotidiano.

Ainda para este ano estão programados os estudos para o desenvolvimento de uma pesquisa que objetiva visibilizar as evidências sobre o clima universitário nas suas mais diversas dimensões. Com isso espera-se tomar como referencial a realidade universitária a partir da construção das políticas de inclusão e a busca da concretização de uma cultura inclusiva na UFCSPA.

Ao destacar a importância de pesquisar sobre a cultura inclusiva e o clima universitário em nossa universidade, tomamos o clima universitário como um constructo complexo e multidimensional (Souza & Simão, 2017). Nessas dimensões estão incluídas tanto questões materiais (como o mobiliário e a infraestrutura), como também as questões imateriais (como as pessoas, suas características e as formas como interagem no espaço universitário), principalmente entre docentes e discentes e entre discentes e discentes. Segundo esses autores, o clima pode ser considerado um conjunto de percepções, comportamentos, práticas no que tange às diferenças e suas relações em toda a comunidade acadêmica. Complementando tal definição, autores como Rutters et al., 2008; Rankin; Reason, 2008, afirmam em seus estudos que:

[...] clima universitário pode focar a percepção dos estudantes sobre o clima dentro e fora da sala de aula ou sobre a instituição, seus valores e como trata seus membros. Hurtado (1994), buscando sistematizar os conceitos sobre o tema, destaca que o clima universitário é composto por vários elementos, entre eles as dimensões: "histórica, estrutural, perceptual e comportamental". A dimensão histórica investiga o legado de inclusão e exclusão para a diversidade

a instituição; a dimensão estrutural está relacionada às regras institucionais e suas características (tamanho, formas de controle, composição étnica, entre outros) e às interações sociais estabelecidas na instituição; a dimensão perceptual trata das percepções de seus membros, em geral, dos estudantes, sobre alguns aspectos da instituição em resposta a questões de diversidade e a dimensão comportamental analisa os aspectos de



relacionamentos entre diferentes raças, como a discriminação, dentro do campus.

Ainda como parte do planejamento deste ano, será realizado o primeiro Fórum UFCSPA/NID sobre políticas inclusivas e universidade, no qual queremos refletir sobre a máxima de “nada sobre nós sem nós”, através de relatos e vivências de PcD sobre seu trajeto acadêmico. Ao mesmo tempo, será necessário questionarmos como nós na UFCSPA estamos vivenciando esta realidade e investindo na construção de um clima universitário positivo para nossa comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a construção do conhecimento algo que transcende o conteúdo e que abrange o olhar crítico dos estudantes sobre a realidade em que se inserem, as experiências acadêmicas no âmbito do ES devem ser ofertadas de forma ampla e irrestrita para todos. Assim, reforça-se que a aprendizagem significativa se dará a partir de experiências pessoais e coletivas.

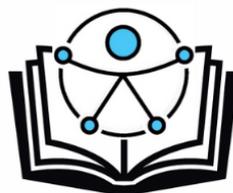
Os desafios ainda são grandes, no entanto, as políticas afirmativas impuseram às instituições de ensino a necessidade de olhar para essa realidade em transformação. Realidade essa, que põe em xeque e leva a desconstrução de padrões homogêneos de aprender e existir.

De uma forma geral, reafirmamos que as experiências até então relatadas nos estudos descritos, apontam para um caminho semelhante, onde as muitas ações dirigidas às políticas inclusivas nas universidades, contribuíram para a criação de alternativas para oferecer aos estudantes, público da educação especial ou ainda outros com necessidades educacionais especiais as condições de usufruir de seus direitos ao acesso, permanência e aprendizagem. Da mesma forma, destacamos, ainda, a importância de ações voltadas à formação dos professores e a produção de uma cultura inclusiva com toda comunidade acadêmica como imprescindível para a implementação e assegurar o desenvolvimento dessas políticas.

REFERÊNCIAS

GOVÊA, Carla Pacheco, and Claudia Gomes. "Produções Sobre Educação Inclusiva: O Ensino Superior Em Foco." Horizontes (Bragança Paulista, Brazil) 38.1 (2020): E020025. Web.

BARROS, Bárbara Regina Gonçalves da Silva. Tese de doutorado. Um estudo sobre o clima universitário e o perfil motivacional dos estudantes de licenciatura do Câmpus do Pantanal/UFMS. Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio .Rio de Janeiro. 2018



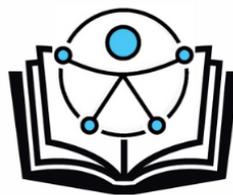
CARVALHO, Janine Lopes , SAÇO, Livia Fabiana , and FERREIRA. Eliana Lucia "Intersecções Dialéticas Do Protagonismo Da Educação Especial Inclusiva No Ensino Superior Do Brasil: Discursos Sobre a Deficiência." Revista Educação E Políticas Em Debate 12.3 (2023): Revista Educação E Políticas Em Debate, 2023, Vol.12 (3). Web.

SILVA, Marina Maria Ribeiro Gomes da. Deficiências e Saúde : revendo modelos e conceitos. Módulo 2. Curso acessibilidade e os princípios do SUS: Deficiências e saúde: revendo modelos e conceitos / Marina Maria Ribeiro Gomes da Silva ; coordenação de Valéria Machado da Costa. – Rio de Janeiro : Fiocruz/Icict, 2019.

SOUZA.Sidclay Bezerra de , VEIGA SIMÃO.Ana Margarida .Clima universitário e cyberbullying: um estudo com estudantes do brasil e portugal. Revista @mbienteeducação • Universidade Cidade de São Paulo Vol. 10 • nº 2 jul/dez, 2017-181-96. Disponível em:

<https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/106/75>.

Acesso em 14 out. 2023



A PRODUÇÃO DE UM MANUAL DE LEITURA FÁCIL PARA EDUCADORES

MACHADO, Verônica Pasqualin¹
PIRES, Vanessa de Oliveira Dagostim²
SCHERER, Renata Porcher³

¹Mestra em Letras, veronicamachado@ifsul.edu.br; IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul. É professora de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa, coordenadora do Projeto de Ensino “Laboratório de Acessibilidade Textual”, colaboradora do projeto “Manual de Leitura Fácil” (PROPESP/IFSul) e orientadora de Trabalhos de Conclusão dos cursos técnicos integrados em Eventos e em Informática.

²Doutora em Linguística Aplicada, vanessapires@ifsul.edu.br; IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul. É professora de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola e coordenadora do projeto “Manual de Leitura Fácil”.

³Doutora em Educação, renatascherer@ifsul.edu.br; IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul. É professora de Atendimento Educacional Especializado e colaboradora do projeto “Manual de Leitura Fácil”

Resumo: Este trabalho visa apresentar os resultados finais da pesquisa “Manual de Leitura Fácil” (PROPESP/IFSul), cujo objetivo foi produzir um manual de Leitura Fácil em Língua Portuguesa para educadores. A Leitura Fácil é uma técnica de adaptação textual, que tem por objetivo tornar textos acessíveis para um grande grupo de pessoas com dificuldades de leitura, tendo pessoas com deficiência intelectual como público-alvo principal. Para a elaboração do manual, foram realizados um levantamento bibliográfico de manuais de técnicas de adaptação textual em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola; uma análise comparativa dos manuais encontrados; uma seleção dos manuais em acordo com as orientações sobre Leitura Fácil e, por fim, a produção e publicação do manual em formato e-book com distribuição gratuita. Além da própria produção e publicação do manual, a pesquisa também concluiu que não há manuais sobre Leitura Fácil em Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Leitura Fácil. Adaptação textual. Deficiência intelectual.

INTRODUÇÃO

Desde a implantação Política de Inclusão e Acessibilidade (2016), do Instituto Federal Sul Rui-Grandense (IFSul), a demanda pela adaptação de textos para a prática pedagógica com estudantes com deficiência intelectual é crescente na instituição. Entre todos os *campi* que fazem parte do IFSul, o câmpus Sapucaia do Sul tem o maior número de estudantes com deficiência. Considerando este contexto e as experiências com o projeto de pesquisa “Literatura Acessível” (2020), o projeto de ensino “Literatura acessível: como adaptar textos para pessoas com deficiência intelectual?” (2020), o



projeto de extensão “Literatura Acessível: Adaptação literária para pessoas com deficiência intelectual” (2020) e projeto de ensino “Laboratório de Acessibilidade Textual” (2021), percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de uma ferramenta de apoio para profissionais da área da Educação, a ser usada de forma flexível para criação ou adaptação de textos e materiais pedagógicos em sala de aula.

Dessa forma, o projeto de pesquisa “Manual de Leitura Fácil” objetivou produzir um manual de Leitura Fácil em Língua Portuguesa para educadores (PIRES, SCHERER, MACHADO, KEMPER, 2023). Para isso, foram realizados um levantamento e uma análise de manuais voltados a técnicas de adaptação de textos, como a Linguagem Simples e a Leitura Fácil, bem como a seleção dos materiais encontrados que estavam em acordo com as orientações sobre Leitura Fácil e, por fim, a produção e publicação do Manual de Leitura Fácil para educadores.

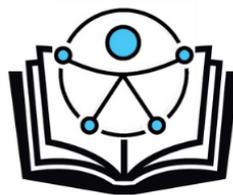
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto de pesquisa “Manual de Leitura Fácil” foi desenvolvido no IFSul, no câmpus Sapucaia do Sul, de agosto de 2021 a agosto de 2022. O projeto foi constituído por uma equipe, que conta com as autoras deste trabalho e uma estudante do Curso Técnico em Eventos integrado ao Ensino Médio. O projeto foi realizado totalmente de forma on-line, por meio de reuniões em plataformas de webconferência, troca de e-mails e mensagem por aplicativos, escrita em editores de texto colaborativos, principalmente devido às restrições impostas pela pandemia do Covid-19.

A pesquisa é aplicada com abordagem qualitativa (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009) e teve o objetivo de elaborar um manual de Leitura Fácil em Língua Portuguesa para educadores. Para isso, foram realizadas as seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico de manuais de técnicas de adaptação textual em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola;
2. Análise comparativa dos manuais encontrados;
3. Seleção dos manuais em acordo com as orientações sobre Leitura Fácil (NOMURA; SKAT NIELSEN, TRONBACKE, 2010; MUÑOZ, 2012);
4. Produção de manual de Leitura Fácil;
5. Publicação do manual em formato e-book com distribuição gratuita.

Na primeira etapa, realizada em setembro de 2021, foi feito o levantamento bibliográfico de manuais em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola através de pesquisa em site de busca da internet pelo uso de descritores. Em português, foram usados os descritores “linguagem simples manuais”, “guia leitura fácil”, “guia linguagem simples”. Em inglês, foram usados os descritores “plain language handbook”, “easy read handbook”, “easy read guide”. Em espanhol, foram usados os descritores “lectura fácil”, “guía lectura fácil”, “guía del lenguaje claro”.



A equipe optou por realizar esse levantamento em um site de busca em vez de bases de dados por considerar que manuais não são necessariamente publicações científicas e são destinados ao público geral e não restrito à comunidade científica. Sobre os descritores, tanto expressões relacionadas à Linguagem Simples quanto Leitura Fácil foram pesquisadas na tentativa de encontrar mais resultados, pois a tradução desses termos não é bem estabelecida no português brasileiro. Além disso, a técnica Leitura Fácil ainda é pouco conhecida no Brasil.

Na segunda etapa, foi feita uma análise comparativa dos manuais a partir de tabelas que continham as seguintes informações: título, autoria, descrição, formato, presença de Leitura Fácil, público-alvo e gratuidade. Uma vez realizada a análise comparativa, na terceira etapa foi feita a seleção dos manuais que continham orientações em Leitura Fácil, para que esses pudessem servir como inspiração para a produção do Manual de Leitura Fácil em Língua Portuguesa.

Sobre a Leitura Fácil, é importante destacar que é uma técnica de adaptação textual que facilita a compreensão e contribui para atingir mais equidade em sociedades caracterizadas por esta diversidade, pois compreende que a linguagem é um dos campos de luta pela inclusão. Ela pode ser utilizada para adaptação de textos informativos, expositivos e literários (especialmente a prosa), o que a diferencia de outras técnicas, como a Linguagem Simples (FISHER, 2020), que se destina apenas a adaptar textos informativos e expositivos, por exemplo. Também como diferenciação em relação à Linguagem Simples, a Leitura Fácil tem diretrizes que envolvem o texto, a diagramação do texto e o uso de ilustrações no texto.

A técnica da Leitura Fácil surgiu em 1968 na Suécia (TRONBACKE, 1993). Amplamente difundida na Europa, a Leitura Fácil é destinada a pessoas cuja capacidade de compreensão leitora se encontra limitada, e pode estar dirigida a pessoas com deficiência cognitiva, deficiência auditiva, autismo, dislexia, afasia, TDAH, pessoas migrantes que não dominam a língua destino, adultos mais velhos com alterações próprias do envelhecimento ou aquelas que tiveram poucas oportunidades de escolarização (IFLA, 2010).

Na quarta etapa, foi produzido o manual a partir da elaboração de diretrizes de Leitura Fácil para a produção ou adaptação de textos e materiais pedagógicos em sala de aula. A quinta e última etapa foi a publicação do manual em formato e-book com distribuição gratuita em junho de 2023 pela Editora IFSul.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira etapa do projeto de pesquisa, o levantamento bibliográfico de manuais em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola encontrou, entre setembro e outubro de 2021, por meio dos descritores já mencionados, 32 manuais, sendo 8 manuais em Língua Portuguesa, 11 manuais em Língua Inglesa e 13 manuais em Língua



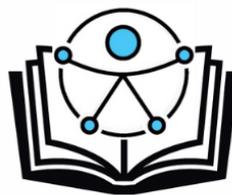
Espanhola. Na segunda etapa, a análise comparativa dos manuais encontrados foi realizada e organizada em uma tabela, em que os manuais foram identificados com título, autoria e uma breve descrição e analisados conforme o uso da técnica Leitura Fácil, o potencial público-alvo e a disponibilização gratuita do material. O Quadro 1 mostra uma parte da análise comparativa, contendo um exemplo de manual encontrado em cada língua:

Quadro 1 – Análise comparativa de manuais em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola

Nome	Autoria	Descrição	Há Leitura Fácil?	Público-Alvo	Gratuidade
Guia linguagem simples	Movimento Down	Orientações para produção de textos em Linguagem Simples	Não. Há algumas orientações sobre texto e sobre o uso de tabelas e quadros.	Pessoas que buscam escrever textos acessíveis.	Sim
Federal Plain Language Guidelines (Diretrizes Federais para Linguagem Simples) Lectura fácil: Métodos de redacción y evaluación	Rede de Ação e Informação em Linguagem Simples (PLAIN) (Estados Unidos) Óscar García Muñoz (Espanha)	Orientações para produção de textos do governo em Linguagem Simples Orientações para escrita e avaliação de textos escritos em Leitura Fácil	Não. Mas há indicações sobre a escrita e diagramação do texto e o uso de ilustrações. Sim	Pessoas que escrevem textos em instituições de governo Pessoas que desejam escrever e avaliar textos e pesquisar Leitura Fácil	Sim Sim

Fonte: Autoria própria.

A partir da análise comparativa dos 32 manuais encontrados (etapa 2), foi possível constatar que:



1. Há manuais de Linguagem Simples, mas não há manuais de Leitura Fácil em Língua Portuguesa, apenas algumas indicações sobre como escrever textos e o uso de elementos visuais, como quadros e tabelas;
2. Em Língua Inglesa, foram 5 encontrados manuais de Linguagem Simples e 6 manuais de Leitura Fácil;
3. Em Língua Espanhola, foram encontrados 5 manuais de Linguagem Simples, 2 manuais que não definem técnicas e 6 manuais de Leitura Fácil;
4. Todos os manuais, a exceção de um, são gratuitos;
5. O público-alvo dos manuais não são educadores, mas pessoas que se interessam pelas técnicas ou trabalham em instituições de governo.

Dessa forma, foram selecionados apenas manuais em Língua Espanhola e Língua Inglesa (etapa 3) pudessem servir como inspiração para a produção do Manual de Leitura Fácil em Língua Portuguesa (etapa 4).

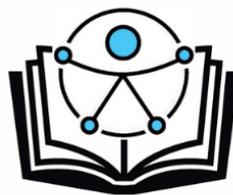
Na etapa 4, ao todo, foram produzidas cinquenta e duas diretrizes. Cada diretriz segue um modelo com as seguintes orientações: é numerada; está em negrito; inicia com frase em modo imperativo afirmativo; e apresenta exemplos, quando possível, de trechos de materiais adaptados que seguiram aquela diretriz. Além disso, as diretrizes foram organizadas em diferentes seções conforme as orientações em Leitura Fácil, a saber: diretrizes de adaptação do texto, diretrizes para uso de imagens e diretrizes para a diagramação. O manual também apresenta orientações sobre o início da escrita ou adaptação textual em Leitura Fácil, para a revisão de texto e um glossário de conceitos, que podem ser considerados técnicos a depender do campo de atuação do educador que pretende usar o manual. Por fim, a etapa 5 foi concluída com a publicação do manual em formato e-book com distribuição gratuita pela editora do IFSul, em seu site, em junho de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou a produção de um manual de Leitura Fácil para educadores, resultado final do projeto de pesquisa “Manual de Leitura Fácil” (PROPESP/IFSul), que foi desenvolvido entre agosto de 2021 a agosto de 2022.

Além da própria produção e publicação do manual, a pesquisa também pode concluir que não há manuais sobre Leitura Fácil em Língua Portuguesa. Dessa forma, um manual de Leitura Fácil em Língua Portuguesa para educadores pode contribuir não apenas com a divulgação e o fomento da técnica de Leitura Fácil no Brasil, mas também como uma ferramenta para que educadores possam tornar seus materiais e suas aulas cada vez mais acessíveis e mais inclusivas.

REFERÊNCIAS



FISCHER, Heloisa. Só é acessível se der para entender. In: Acessibilidade cultural: atravessando fronteiras [recurso eletrônico]. Org. Desirée Nobre Salasar, Francisca Ferreira Michelin. Pelotas: Ed. da UFPel, 2020 . Disponível em:
<<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6550>> Acesso em: 13 out.2023.

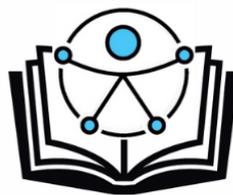
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SULRIOGRANDENSE. Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul. Pelotas:
2016.

MUÑOZ, Óscar Garcia. Lectura fácil: métodos de redacción y evaluación.
Real Patronato sobre Discapacidad: Madrid, 2012. Disponível em:
<https://www.plenainclusion.org/sites/default/files/lectura-facil-metodos.pdf>. Acesso
em: 13 out. 2023

NOMURA, Misako; SKAT NIELSEN, Gyda; TRONBACKE, Bror. Guidelines for easy-
to-read materials. International Federation of Library Associations and Institutions
(IFLA), 2010.

PIRES, V. SCHERER, R. MACHADO, V. KEMPER, C. Manual de Leitura Fácil
para Educadores. Pelotas: Editora IFSul, 2023.

TRONBACKE, Bror Ingemar. The publishing of easy-to-read in Sweden. Lecture
given at National Library of Australia, Canberra, 1993. Disponível em:
<https://www.facillectura.es/documentos/recursos/easysweden.pdf> Acesso em: 13
out. 2023.



PROJETO BIBLIOTECA ACESSÍVEL

RAMOS, Giovanna Tedesco¹
BIFF, Vanessa Levati²

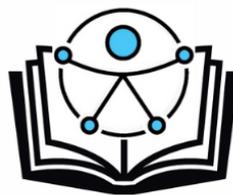
¹Aluna do Curso Técnico em Eventos Integrado ao ensino médio. Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul. Bolsista de iniciação científica. E-mail: giovannatramos@gmail.com.

²Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Caxias do Sul. Bibliotecária-documentalista no Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul. E-mail: vanessalbiff@gmail.com.

Resumo: Fundamentando-se na legislação vigente sobre a acessibilidade em espaços de ensino, cultura e informação, foi desenvolvido o projeto de pesquisa “Biblioteca Acessível”, com o objetivo geral de avaliar as condições de acessibilidade e inclusão da Biblioteca do Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul para o atendimento de pessoas com deficiência. Em relação à metodologia, foi realizada uma pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem mista, por meio de revisão de literatura e pesquisa de campo. O campo de análise da investigação foi a Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, contemplando seu acervo, serviços, equipe e espaço físico e digital. Para identificar as barreiras encontradas foi utilizado como instrumento de coleta de dados a observação direta do campo de análise e a aplicação de um roteiro de diagnóstico elaborado com base no “Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas”, disponibilizado pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (2018). A partir da sistematização dos dados, foi possível identificar as lacunas que a biblioteca possuía em relação à inclusão. Dentro das necessidades da instituição, o projeto foi responsável pela produção de um acervo acessível identificado em Braille, um diretório de bibliotecas virtuais acessíveis, tutoriais inclusivos, disponibilização de terminal de consulta adaptado e elaboração de um guia de orientações para praticar a acessibilidade atitudinal em bibliotecas. Concluiu-se a relevância da pesquisa de campo na área da acessibilidade e da análise dos dados coletados, assim como evidenciou-se a contribuição das realizações do projeto como forma de fortalecer a inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade. Bibliotecas. Inclusão.

INTRODUÇÃO



De acordo com o Censo Escolar 2021, o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino (BRASIL, 2021). As bibliotecas, enquanto instituições de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, devem estar plenamente acessíveis, a fim de garantir a ampla autonomia e efetivação destes alunos no acesso aos seus serviços e produtos prestados. Entretanto, o desafio da acessibilidade em bibliotecas segue sendo imenso, uma vez que a maioria das bibliotecas não investe em formas de democratizar o seu acesso e atender à heterogeneidade das pessoas com deficiência física, motora, intelectual ou sensorial. Diante deste cenário, a Biblioteca do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) - câmpus Sapucaia do Sul desenvolveu o projeto de pesquisa “Biblioteca Acessível”. O projeto foi submetido e aprovado no Edital PROPESP Nº 09/2022 para apoio financeiro e bolsas a projetos de pesquisa e inovação do IFSul, foi coordenado pela bibliotecária, e contou com uma bolsista de iniciação científica do ensino médio integrado. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007), cuja finalidade é proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, determina que as pessoas com deficiência são:

[...] aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2008, p. 21).

Já a Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 de 2015, que se destina a assegurar e a promover a liberdade, inclusão e cidadania da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015), considera a acessibilidade como a:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

Sasaki (2002) categoriza a acessibilidade nas seis seguintes dimensões, que norteiam a noção do que é um ambiente acessível: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de trabalho, educação, etc.), instrumental (sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, etc.), programática (sem



barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estigmas e discriminações).

Diante desse cenário, o objetivo geral do projeto foi avaliar as condições de acessibilidade e de inclusão da Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul para o atendimento de pessoas com deficiência. Os objetivos específicos basearam-se em: compreender os conceitos de acessibilidade e inclusão aplicados às bibliotecas; identificar o serviço prestado e as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência na biblioteca; e elaborar estratégias inclusivas que pudessem contribuir de forma consistente na inclusão do público-alvo da educação especial, sobretudo no acesso à leitura, cultura e informação por meio dos serviços oferecidos pela biblioteca.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem mista, por meio de revisão de literatura e pesquisa de campo. O campo de análise da investigação foi a Biblioteca do Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul, contemplando seu acervo, serviços, equipe e espaço físico e digital.

Para identificar o serviço prestado e as barreiras encontradas foi utilizado como instrumento de coleta de dados a observação direta do campo de análise e a aplicação de um roteiro de diagnóstico, elaborado com base no “Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas”, disponibilizado pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB) e construído a partir do trabalho de Nicoletti (2010) e das normas brasileiras NBR 9050:2020 e NBR 15599:2008.

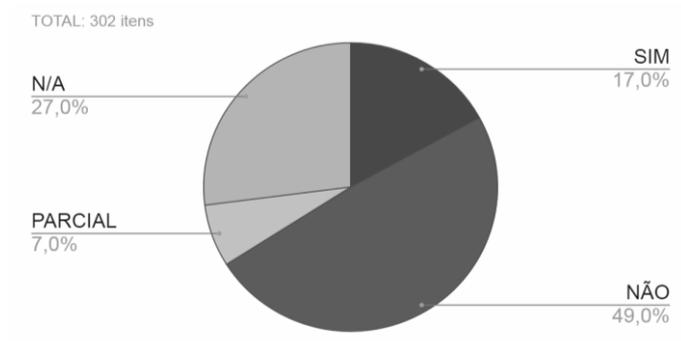
Os dados coletados foram analisados e reunidos nas categorias da acessibilidade dispostas por Sasaki e pelo instrumento de diagnóstico, destacando-se os aspectos positivos e negativos das categorias, com base no aporte teórico utilizado.

A partir dos dados sistematizados, foi possível identificar itens a serem melhorados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diagnóstico realizado evidenciou que a Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul não poderia ser considerada uma biblioteca acessível. Ao todo, foram analisados 302 itens, dos quais 49% não foram atendidos.

Gráfico 1 - Acessibilidade da Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul.



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Os resultados e análise deste diagnóstico foram divulgados no artigo intitulado “Avaliação das condições de acessibilidade e inclusão da Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul”, publicado na Revista Brasileira de Iniciação Científica.

Dentre as tipologias de acessibilidade que demonstraram maior exigência de serem aprimoradas destacaram-se a comunicacional, informacional, instrumental, e atitudinal. Dentro das necessidades percebidas de recursos tecnológicos faltantes, do pouco conhecimento da equipe da biblioteca sobre acessibilidade e da inexistência de meios de comunicação para todos, a pesquisa focou em estratégias que pudessem transformar tal realidade.

Apresentam-se, como produto do projeto, da pesquisa e do aprofundamento das autoras na área da acessibilidade, as intervenções e materiais produzidos.

Em relação à acessibilidade informacional, criou-se a seção de "Acervo Acessível" para conceder maior visibilidade às obras em formatos acessíveis mapeadas na biblioteca. Compõe este acervo obras em Braille, Fontes Ampliadas, *audiobooks* e Leitura Fácil. Com a organização das estantes, houve maior consulta e circulação das obras.

Como segunda estratégia, foi desenvolvido o Diretório Biblioteca Acessível. O diretório consiste em uma ferramenta de apoio aos agentes de leitura, reunindo diversas plataformas que contêm recursos de leitura em formatos acessíveis e gratuitos. O diretório foi criado com o Google Sites e está disponível no Portal das Bibliotecas do IFSul no link <https://sites.google.com/ifsul.edu.br/biblioteca-acessivel/in%C3%ADcio>.

Ambas as estratégias possibilitaram que o IFSul - câmpus Sapucaia do Sul passasse a atender com maior preparo as demandas informacionais dos estudantes.

Em relação à acessibilidade comunicacional, as estantes do Acervo Acessível e os *audiobooks* foram organizados no espaço de forma a facilitar o seu acesso, ganhando identificação em Fontes Ampliadas e Braille.

Contribui, ainda, a elaboração de tutoriais com o passo a passo das atividades de consulta ao acervo, renovação e reserva de livros. Os tutoriais foram narrados em áudio, legendados e estão disponíveis nas redes sociais da Biblioteca (<https://www.instagram.com/biblioifsapucaia/>).



Para compor avanços na acessibilidade instrumental, foi disponibilizado um terminal de consulta adaptado a partir de tecnologias assistivas mapeadas durante a pesquisa e posteriormente doadas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul. O terminal possui teclado com letras aumentadas e mouse inclusivo. Ele está disponível para todos os usuários e tornou-se uma ferramenta que desperta curiosidade, de forma que, no processo de se interessar pela consulta ao acervo, os usuários desenvolvem o acesso à plataforma e o próprio uso dos recursos.

Por fim, foi elaborado um “Guia de Orientações para Atendimento às Pessoas com Deficiência nas Bibliotecas”. Essa publicação apresenta conceitos relacionados à acessibilidade em bibliotecas, com foco especial na promoção da acessibilidade atitudinal. A publicação apresenta orientações específicas para atender às pessoas com diferentes tipos de deficiência e destaca os recursos de tecnologia assistiva que devem ser disponibilizados para tornar a biblioteca um ambiente para todos. A partir da leitura do guia, espera-se que as equipes de bibliotecas desenvolvam habilidades sociais aplicadas a um tratamento adequado e respeitoso. A obra foi submetida à Editora IFSul e está em fase de revisão.

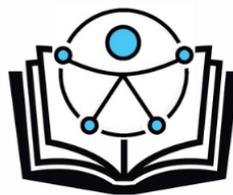
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando-se na bibliografia estudada e na aplicação do instrumento de diagnóstico, a pesquisa foi capaz de avaliar quantitativamente e qualitativamente a acessibilidade nos espaços da biblioteca, evidenciando sua parcialidade. Prestou-se à biblioteca um olhar inclusivo, atento aos detalhes e limites que a tornam menos democrática. Ademais, as leituras feitas orientaram a estipulação de materiais para tornar a Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul mais acessível.

As estratégias desenvolvidas demonstraram-se efetivas na melhoria das condições de acessibilidade na Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, uma vez que foram realizadas a produção de ferramentas digitais, incorporação de itens de tecnologia assistiva e elaboração de equipamentos que impactaram positivamente nas experiências vividas por uma pessoa com deficiência na instituição.

Conclui-se que as estratégias foram eficazes, pois impulsionaram a presença de mais pessoas com deficiência na biblioteca e trouxeram a inclusão para mais perto da realidade dos usuários em seu acesso à leitura, cultura e informação. Além disso, propuseram ferramentas e capacitação para as equipes desenvolverem e fortalecerem um atendimento justo ao público da educação especial.

REFERÊNCIAS



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599:** acessibilidade - comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://www.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-2007.pdf/view>. Acesso em: 20 set. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. **Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (checklist)**. 2018. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/checkliston>. Acesso em: 2 abr. 2022.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>. Acesso em: 20 set. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.



UMA PROPOSTA DE ACESSIBILIDADE CURRICULAR EM MATEMÁTICA

DIOGO, Marcelo Adriano¹
GELLER, Marlise²

¹ Mestre em Ensino de Matemática, m.celo1974@gmail.com, IFSUL campus Sapucaia do Sul

² Doutora em Informática na Educação, marlise.geller@gmail.com, ULBRA

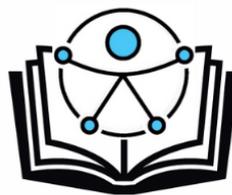
Resumo: A chegada de estudantes com deficiência após a aprovação da política de reserva de vagas para as instituições federais de ensino provocou a necessidade de revisão dos processos de ensino e de aprendizagem. Previstas na legislação, termos como adaptação e adequação curricular passaram a fazer parte dos planejamentos dos docentes. Entretanto, mais recentemente, novos termos de acesso ao currículo foram sendo problematizados e flexibilização, ajustes, diferenciação e acessibilidade curricular potencializaram as possibilidades de uma educação mais inclusiva. Nesse sentido, o trabalho tem o objetivo de apresentar uma proposta de currículo acessível, inspirado no Desenho Universal para a Aprendizagem, no conteúdo de Funções, usando como metodologia a pesquisa-ação e a formação de um grupo focal para discutir e encaminhar as atividades que serão aplicadas com um estudante com deficiência intelectual. Após os atendimentos, concentrados ao longo de 2 meses, os resultados foram promissores e indicam que um planejamento adequado e a constante revisão das atividades encaminhadas oferece uma opção metodológica consistente de desenvolvimento das habilidades desejadas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Deficiência intelectual. Acessibilidade Curricular. Desenho Universal para a Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, existe a previsão de ajustes nas técnicas, métodos e currículo com finalidade de proporcionar atenção às dificuldades dos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Com o avanço da legislação inclusiva, houve um deslocamento dos termos adaptações curriculares e adequações curriculares para flexibilização e acessibilidade curricular.

Destarte o nome que se utiliza, adaptações, adequações ou flexibilizações provocam debate no meio acadêmico sobre seu uso e seus limites, pois a simples eliminação de



conteúdos é vista como um empobrecimento do currículo (Correia, 2016), opinião respaldada por Xavier (2018) que critica a mera adaptação, entendendo que toda prática diferenciação curricular traz prejuízos aos estudantes.

Entendemos que o termo acessibilidade curricular é mais amplo e possibilita aos docentes e discentes um planejamento que respeita a pluralidade da sala de aula. Nesse sentido, podemos fazer uso do Desenho Universal para Aprendizagem que busca quebrar as barreiras para a aprendizagem, aproximando-se do conceito apresentado de acessibilidade curricular. Para Nunes e Madureira (2015), trata-se de uma abordagem que procura minimizar as barreiras à aprendizagem e maximizar o sucesso de todos os aprendizes, exigindo do professor a capacidade de perceber as limitações de um currículo padronizado em vez de sublinhar as limitações dos estudantes.

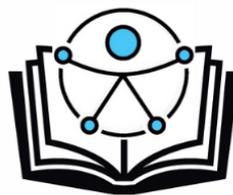
Assim, a proposta do trabalho, que se constitui num objetivo específico de uma tese de doutorado, é apresentar um tópico de Matemática desenvolvido sob o conceito de acessibilidade curricular para analisar os avanços obtidos por um estudante com deficiência intelectual.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de trabalho se constituiu numa pesquisa ação com a formação de um grupo focal com a finalidade de avançar em busca de uma melhora da prática da sala de aula. Segundo Gray (2012), a pesquisa-ação é a forma adequada de pesquisa quando a parceria com sujeitos com mesmo interesse pode ocasionar união de forças e conhecimentos para a elaboração de uma proposta com possibilidade de modificação da realidade ou de uma intervenção na prática, no nosso caso, de sala de aula.

O estudo foi desenvolvido num Instituto Federal com um grupo teste de 5 estudantes com deficiência intelectual, o qual foi reduzido a três depois de um questionário inicial que visava analisar o conhecimento acerca do conteúdo de Funções, no componente de Matemática, permanecendo como amostra apenas quem tivesse resultados inexpressivos. Dos 3 estudantes com essa qualificação, um foi selecionado para o desenvolvimento da sequência de atividades com acompanhamento deste pesquisador. A pesquisa-ação apresenta um ciclo de quatro fases que se retroalimenta – agir, descrever, avaliar, planejar – o qual possibilita a constante modificação do material utilizado com o público alvo. Para a análise dos dados foi utilizada a análise descritiva interpretativa inspirada em Rosenthal (2014), na qual a análise parte do próprio objeto investigado para a formulação de hipóteses, permitindo a proposição de teorias.

A construção da sequência de atividades utilizou o conceito de acessibilidade curricular, o qual busca o desenvolvimento dos estudantes a partir de suas características e potencialidades. O currículo não é estático e se adapta à necessidade do discente, mas fugindo da ideia de empobrecimento. A acessibilidade curricular vai ao encontro do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que, segundo Nunes



e Madureira (2015), trata-se de uma abordagem que procura minimizar as barreiras à aprendizagem e maximizar o sucesso de todos os aprendizes, exigindo do professor a capacidade de perceber as limitações de um currículo padronizado em vez de sublinhar as limitações dos estudantes.

Conforme as Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DDUA), organizadas pelo Centro de Tecnologias Especiais Aplicadas (CAST, do original *Center for Special Applied Technologies*) do Departamento de Educação dos Estados Unidos:

O currículo que se cria seguindo a referência do DUA é planejado desde o princípio para atender às necessidades de todos os alunos, fazendo com que mudanças posteriores, assim como o esforço e o tempo vinculados a elas, sejam dispensáveis. A referência do DUA estimula a criação de propostas flexíveis desde o início, apresentando opções personalizáveis que permitem a todos os estudantes progredir a partir de onde eles estão, e não de onde nós imaginamos que estejam. As opções para atingi-los são variadas e suficientemente fortes para proporcionar uma educação efetiva para todos os estudantes. (Herederer, 2020, p.735-736)

O termo acessibilidade curricular, portanto, está sendo utilizado como opção às meras adaptações e adequações curriculares, pois é entendido como uma alternativa didático pedagógica que considera a pluralidade de sujeitos na sala de aula para possibilitar acesso ao currículo.

A proposta de apresentar um tópico de Matemática sob essa ótica, com foco também na abstração, vai na direção do que Vigotski (1991) aponta como uma das atenções ao desenvolvimento dos sujeitos com deficiência intelectual, que naturalmente têm no pensamento abstrato uma limitação. “O concreto passa agora a ser visto somente como um ponto de apoio necessário e inevitável para o desenvolvimento do pensamento abstrato - como um meio, e não como um fim em si mesmo.” (Vigotski, 1991, p.60). Diz o autor que por não atingirem formas bem elaboradas de abstração quando deixadas por si mesmas, é que a escola deveria fazer todo o esforço para desenvolvê-las nesse sentido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na expectativa de desenvolver uma sequência de atividades que privilegie o desenvolvimento do pensamento abstrato, a partir de uma proposta que vai se adequando à capacidade do estudante, o tópico de Funções foi apresentado num formato que procura retirar os suportes (andaimentos³) à medida que o assunto se desenvolve.

É importante frisar que o assunto desenvolvido (Funções) é central na Matemática do



Ensino Médio e figura como um dos temas do 1º ano do Ensino Médio. O estudante selecionado para a experiência possui síndrome de Down e ingressou no curso técnico do IFSUL a partir da reserva de vagas para pessoas com deficiência. Como dissemos antes, a seleção para participar da sequência se deu por uma atividade inicial sem sucesso encaminhada a uma amostra de 5 estudantes.

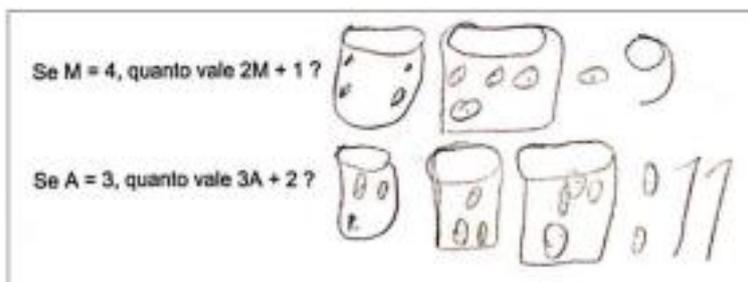
Nesse tema, o principal objetivo é entender a função como uma relação entre 2 grandezas que variam. Por exemplo, quando andamos de Uber, pagamos mais à medida que a distância aumenta; quando uma garrafa com água tem um furo, o nível da água diminui à medida que o tempo passa; etc. Para desenvolver essa ideia, começamos relacionando um ponto marcado no plano como uma relação entre dois números, um associado ao eixo horizontal e outro associado ao eixo vertical. Nas atividades iniciais, associamos ao eixo horizontal uma letra e ao eixo vertical um número.

³ Técnica de proporcionar apoios que permite que uma criança ou aprendiz resolva um problema, realize uma tarefa ou alcance uma meta que estaria além de seus esforços não assistidos. (Wood, Bruner, Ross, 1976)

Uma vez ultrapassada essa etapa com resultados satisfatórios, avança-se para as etapas seguintes, iniciando sempre com material concreto. Assim, uma atividade previa o uso de prendedores de roupas para estender camisetas num varal, enquanto outra pedia para construir triângulos com palitos de fósforo.

Como o objetivo final traçado para a sequência foi a construção do gráfico que representa a relação entre 2 grandezas, usou-se a lei que relaciona o número de triângulos com a quantidade necessária de palitos como exemplo. Devido ao fato de o estudante não conseguia relacionar $2X$ ou $3M$ como uma expressão que representa 2 conjuntos com X elementos ou 3 conjuntos com M elementos, foi necessário promover um significado para essa escrita. Para exemplificar a dificuldade, $2X$ para $X = 4$ era apontado como resultado 6, ou seja $2 + 4$, e isso ocorria para qualquer expressão, ou seja, o conceito de grupos inexistia.

Para contornar a questão, foi apresentada uma analogia com pacotes de bala. Assim, $3M$ para $M = 2$ representava 3 pacotes de bala com 2 balas dentro de cada pacote, o que era construído com desenhos, chegando-se ao resultado de 6 balas. A figura abaixo representa a situação.



Pesquisador: O que representa esse 2, mostrando a expressão $2M + 1$?

Estudante: O número de pacotes (de balas).

P: O que representa o $M = 4$?

E: As balas dentro do pacote.

P: Então desenha 2 pacotes e coloca 4 balas dentro de cada um.

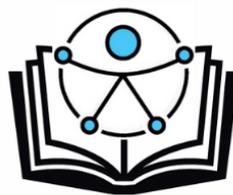
P: E esse 1, mostrando a expressão $2M + 1$?

E: A bala fora (do pacote).

Avançando, foram retomadas as atividades inicialmente planejadas com a expectativa de agora ser possível ser compreendida e respondida pelo estudante. Ao final, com a associação correta, julgamos atingido o objetivo traçado.



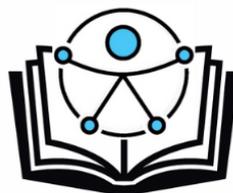
CONSIDERAÇÕES FINAIS



A proposta encaminhada nesse trabalho e os resultados atingidos corroboram a expectativa de que um currículo acessível permite o desenvolvimento de habilidades e competências que uma abordagem tradicional não conseguiria produzir. Entender que a deficiência não é sinônimo de incapacidade requer reflexão sobre a própria prática e, sobretudo, perceber que a deficiência pode ser do próprio formato de aula apresentada. Consideramos que os resultados produzidos mostram que a acessibilidade curricular considerando os princípios do DUA é uma estratégia exitosa na apresentação de uma sequência de atividades voltada ao desenvolvimento de um conteúdo. Não pretendemos homogeneizar nem as ações, nem os sujeitos em sala de aula, mas propor uma alternativa metodológica que leve em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem e, principalmente, a pluralidade de indivíduos que compõem a sala de aula. Não obstante, devemos admitir que mesmo utilizando a acessibilidade curricular e o DUA como opções metodológicas, tais estratégias podem ser insuficientes para promover o desenvolvimento de competências e habilidades que estão além das capacidades do estudante. O que estamos propondo é uma opção às alternativas de meras adaptações curriculares, as quais mais se aproximam de um remendo no planejamento pedagógico.

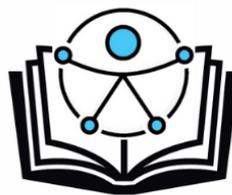
REFERÊNCIAS

- CORREIA, G.B. **Deficiência, Conhecimento e Aprendizagem: uma análise relativa à produção acadêmica sobre educação especial e currículo**. 187 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no Mundo Real**. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- HEREDERO, E.S. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n.4, p.733-768, out./dez. 2020.
- NUNES, C., MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**. p.126-143, 2015.
- ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre: Edipucr, 2014.
- VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



WOOD, D.; BRUNER, J. S.; ROSS, G. The role of tutoring in problem solving. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 17, n. 1, p. 89-100, 1976.

XAVIER, M.S. **Acessibilidade curricular**: refletindo sobre conceitos e o trabalho pedagógico. 93 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Programa de pós graduação em Educação. Santa Maria, 2018.



TERMOS TÉCNICOS EM LIBRAS: Sinais convencionados e Intérpretes de Libras no Ensino Superior

SILVA, Natasha Figueiró da¹

¹Bacharela em Design pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: natashafs.tils@gmail.com. Atua como intérprete de Libras em instituições de Ensino Superior desde 2014, atualmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Canoas.

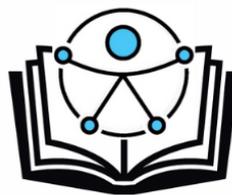
Resumo: Termos técnicos são um dos obstáculos dos Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS) que atuam no Ensino Superior. Dificilmente o mesmo intérprete acompanha o aluno surdo em todo seu percurso formativo, por consequência se faz necessário registrar os sinais convencionados. Ao encontro disso, estudantes surdos têm dificuldades em reter conceitos e seus respectivos sinais, pela dinâmica de sala de aula e por aprender em dois idiomas simultaneamente (Português escrito e Libras). O objetivo deste relato de experiência é ampliar a discussão sobre a tradução para Libras de termos técnicos. Para isso, os TILS de determinada instituição registraram esses sinais em glossários, o que trouxe benefícios para os sujeitos surdos. Em uma análise quantitativa dos sinais de termos técnicos, percebeu-se que os sinais convencionados são amplamente utilizados.

Palavras-chave: Intérprete de Libras. Sinais convencionados. Surdos no Ensino Superior. Termos técnicos em Libras.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma de comunicação e expressão dos surdos no Brasil. O Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2010, regulamenta a Lei 10.436 e coloca a obrigatoriedade de determinadas instituições disporem de intérpretes de Libras. Segundo Quadros (2007), intérprete de Libras é quem interpreta de uma língua de sinais para outra língua ou vice-versa, sendo que a diferença da tradução para a interpretação é o tempo; a interpretação ocorre no momento da fala, enquanto na tradução há tempo para estudar e posteriormente passar a mensagem para outra língua.

A partir das políticas de inclusão no Brasil, o Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) passou a atuar em todos os níveis da educação. A atuação do TILS no Ensino Superior vem sendo problematizada pelos próprios profissionais, quanto ao nível de formação, aos limites do contexto profissional, seu papel em sala de aula, entre outros. Em experiências anteriores, observou-se que os surdos se matriculam em cursos variados e há certa rotatividade dos profissionais. Existem implicações para os TILS advindas do



espaço acadêmico, como exemplo os termos técnicos, intensidade das aulas, área de formação, entre outros. Isso porque

à medida que as pessoas surdas vão participando dos diferentes ambientes, o grau de exigência na fluência da língua, e também em relação à postura, aos conhecimentos e formas de traduzir/interpretar se intensifica, uma vez que estas pessoas vão adquirindo mais oportunidades de construir conhecimentos e participar de experiências sociais mais amplas. Assim, serão necessários TILS cada vez mais bem formados para viabilizarem os avanços alcançados pelas pessoas surdas. (Gurgel, 2010, p. 74)

Quando possui acesso ao material de aula, o intérprete estuda previamente os conceitos e busca estratégias para realizar a tradução destes, caso não tenham correspondência em Libras. Por exemplo, o termo “programação” possui um sinal oficial, porém para “string” (tipo de dado) foi necessário combinar um sinal com o estudante surdo. Vale (2018) menciona que todo tradutor é um terminólogo em potencial, mas nem todo profissional tem conhecimentos específicos da área que traduz para criar ou convencionar os termos técnicos. Este relato de experiência visa ampliar a discussão sobre a tradução para Libras de termos técnicos. Para isso, será apresentada a forma de registro dos sinais utilizados e a análise feita a partir disso em uma determinada instituição de ensino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se localiza em uma instituição pública de ensino técnico e superior, na qual os estudantes surdos estão matriculados em um curso superior na área de informática. O estudante A iniciou o curso durante o ensino remoto em 2021/2, enquanto o estudante B veio por transferência em 2022/2, ambos são alfabetizados em Português e são usuários da Libras.

A fim de auxiliar intérpretes e surdos, os sinais utilizados de 2021/2 a 2023/1 foram registrados em glossários e concomitantemente, listados e categorizados. Os sinais oficiais majoritariamente são originários do Fórum de Estudos dos Surdos na Área da Informática (Fesai), que atualmente divulgam em sua página do Instagram (@fesaibr). Outros sinais encontram-se no Youtube, em repositórios isolados ou compartilhados por TILS em grupos de WhatsApp. Os sinais combinados e empréstimos linguísticos são convencionados e utilizados apenas com os surdos envolvidos. Até o momento, a análise foi realizada numa abordagem quantitativa e o principal instrumento de coleta de dados foi a observação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Duas línguas envolvidas na dinâmica da sala de aula são a realidade dos intérpretes e dos surdos. Os estudantes devem aprender um conceito novo em sua segunda língua, entender o significado e ainda convencionar um sinal em sua língua materna. Isso pode gerar equívocos, conforme observado nos alunos da instituição. As intérpretes da instituição deliberaram sobre esse assunto e produziram glossários com definições dos conceitos e sinais em formato de vídeo. Assim, organizaram a lista de sinais e realizaram as gravações, conforme recomendações para vídeos em Libras.

Os glossários elaborados também serviram de apoio para os novos intérpretes, que puderam estudar os sinais. Embora o domínio das estratégias de tradução seja mais importante, os termos técnicos tem sua especificidade e são um grande desafio para os intérpretes que atuam no Ensino Superior. Para analisar a relação entre TILS e os termos técnicos, os sinais utilizados foram divididos em quatro categorias: Oficial, Combinado (criado por TILS e Surdos), Empréstimo (sinal já existente em outro contexto) e A combinar (realiza-se a soletração), conforme a Figura 1.

Figura 1 - Segmento da tabela do glossário de Programação

Programação				
Termos utilizados	Oficial	Empréstimo	Combinado	A combinar
Programação	X			
Código-fonte	X			
Declaração			X	

Fonte: da autora

Foram 103 sinais de termos técnicos registrados dentro do período estabelecido. São 19 Empréstimos, 31 Combinados e 5 A combinar, que somam 53,4% dos sinais. Conclui-se que a tradução para Libras de termos técnicos da Informática está bem avançada, porém ainda não é suficiente para os TILS, que precisam convencionar sinais durante as aulas ou se valer do Alfabeto Manual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existir um material organizado facilita ao TILS estudar os sinais utilizados com os alunos daquela instituição. Apesar do fácil acesso, o Google Apresentações possui algumas limitações de uso. Silva (2016) desenvolveu um projeto piloto de uma interface gráfica para TILS, possibilitando a busca e registro de sinais de termos técnicos. Pretende-se aprimorar e adaptar esse projeto para a instituição, pois colegas de outras localidades produziram glossários, inclusive da mesma área de conhecimento. A intenção é unir os esforços e compartilhar os sinais de termos técnicos.



Seria pertinente envolver professores da área nas definições dos conceitos, e assim, estimulá-los a conhecer as especificidades e formas de aprendizagem do sujeito surdo. Ademais, incluir os estudantes surdos na construção do material possibilitaria ampliar o conhecimento e desenvolvimento profissional deles.

Neste relato, apresentou-se quantitativamente os sinais utilizados em determinada instituição de ensino, de acordo com as categorias estabelecidas. Em futuros desdobramentos desta pesquisa, pretende-se analisar etimologicamente os sinais convencionados, a fim de discutir e divulgar as construções linguísticas de termos técnicos em Libras.

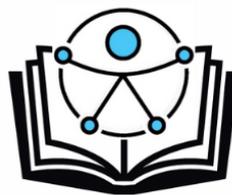
REFERÊNCIAS

GURGEL, Taís Margutti do Amaral. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior**. 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185113>. Acesso em: 1 nov. 2023.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

SILVA, Natasha Figueiró da. **Apoio Tils – Projeto-Piloto de interface de busca de sinais de termos técnicos em Libras**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) - Universidade Luterana do Brasil, Canoas.

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. O Tradutor/Intérprete de Libras no Contexto Educacional: Desafios Linguísticos no Processo Tradutório. **RVCS D - Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, Edição nº 08, 2011. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/56>. Acesso em: 1 nov. 2023



O TRADUTOR ELETRÔNICO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA

ALMEIDA, Juliana Monteiro dos Santos¹
TESSMANN, Marta Helena²

¹Mestranda do Programa em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense/ Campus Charqueadas. Especialista em Ensino de Língua Inglesa e Uso de Novas Tecnologias (Universidade Gama Filho). Professora de Língua Inglesa na Educação Básica da rede privada de ensino. (julianaalmeida.ch010@academico.ifsul.edu.br)

²Fez Doutorado Sanduíche na University of Edinburgh -Uk, sob a orientação da Profa. Dr. Antonella Sorace, com fomento CAPES. Graduada em Letras e Mestre em Aquisição de Segunda Língua. É professora efetiva de inglês no IFSUL- Campus Saporanga. Foi coordenadora acadêmica do Mestrado Profissional em Ensino Profissional e Tecnológico em Rede - PROFEPT e coordenou o Curso Técnico em Eletromecânica no Campus Saporanga, onde atualmente é a Diretora (martatessmann@ifsul.edu.br/http://lattes.cnpq.br/6017628757567250).

Resumo: Este estudo tem como objetivo investigar se o tradutor eletrônico Google Tradutor pode ser usado como ferramenta para o aprendizado de Língua Inglesa de estudantes com deficiência no Ensino Médio, contribuindo no processo de inclusão escolar. A investigação está sendo realizada em uma escola da rede particular de Porto Alegre- RS e para responder ao objetivo proposto optamos pela abordagem qualitativa por meio da realização de um estudo de caso. Ressaltamos que os dados desse trabalho ainda estão em fase de coleta. No entanto, já foi possível observar que a utilização do tradutor na realização das atividades já foi incorporada à rotina de atividades do estudante que faz parte deste estudo. Assim que os resultados da pesquisa forem obtidos, eles serão divulgados para a contribuição de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Tradutor Eletrônico. Língua Inglesa. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), reafirmando que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas sem sofrer nenhuma espécie de discriminação. Sendo assim, é oferecido o amparo às demandas dessa parcela da



população e o Capítulo IV do documento versa sobre a Educação. Diante disso, faz parte da realidade dos educadores das escolas de ensino regular não só a presença de estudantes com necessidades especiais, mas também a tarefa de os incluir de fato no processo de ensino e aprendizagem. Anterior à Lei de 2015, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008 classificou o seu público-alvo nas pessoas com deficiência, nas com transtornos globais do desenvolvimento e nas com altas habilidades e superdotação.

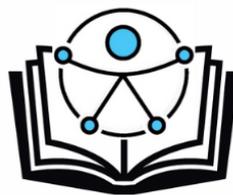
Por isso, por vezes, faz-se necessária a diferenciação curricular que, segundo Pacheco (2008), é caracterizada por “mudanças na metodologia e na avaliação, pressupondo que os alunos têm um mesmo percurso nas suas opções, mas que uns precisam seguir caminhos diferentes para que todos possam atingir o sucesso educativo”. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende trazer reflexões com base na Teoria Sociocultural (Vygotsky, 1993), na Aprendizagem Significativa (Moreira, 2012) e na Pedagogia da Autonomia (Freire, 1996) sobre o papel do tradutor eletrônico Google Tradutor na rotina dos estudantes com deficiência durante a realização das atividades do Itinerário Formativo Obrigatório de Língua Inglesa de uma escola da rede privada da cidade de Porto Alegre.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de responder ao nosso problema de pesquisa se o Google Tradutor pode ser utilizado como uma estratégia para o aprendizado de ensino de língua inglesa com os estudantes de necessidades especiais, realizaremos um estudo de caso com a aluna Brenda do 1º ano do Ensino Médio de uma escola da rede particular de ensino de Porto Alegre (por questões éticas, omitiremos o nome da estudante, substituindo pelo pseudônimo). A estudante em questão demonstra muita dificuldade para compreender e realizar as tarefas propostas. Apesar disso, a família não apresentou laudo ou algum diagnóstico de necessidade especial para o Serviço de Orientação Educacional (SOE) da escola, mas apenas relatou uma intercorrência grave de saúde na infância que originou sequelas neurológicas.

Deste modo, a partir das informações fornecidas pela família e das percepções de professores no dia-a-dia com a estudante, a coordenação pedagógica em conjunto com a pedagoga do AEE (Apoio Educacional Especializado) e professores optou por realizar a diferenciação curricular para a Brenda. A disciplina que a pesquisadora principal desta pesquisa leciona faz parte do Itinerário Formativo Obrigatório proposto pela Reforma do Ensino Médio vigente. Essa reforma é marcada por diretrizes de cunho neoliberal baseadas em competências e habilidades e, por isso, vem sendo amplamente discutida pelo governo atual.

A disciplina de Língua Inglesa dentro do Itinerário Formativo Obrigatório situa-se no eixo de Empreendedorismo cujo dentre os objetivos está o desenvolvimento de habilidades



para viabilizar projetos pessoais, sociais ou produtivos. Para alcançar esses objetivos os estudantes desenvolvem projetos e para que Brenda conseguisse participar com a turma ao receber as suas propostas de trabalho a estudante utiliza o Google Tradutor no seu Chromebook (cada estudante da escola tem um) para verificar o vocabulário desconhecido e compor as suas respostas. Para Krieger (2006), “os dicionários são indubitavelmente importantes à aprendizagem, pois ajudam o aluno a ler, a escrever, a expressar-se bem, oferecendo-lhe informações sistematizadas sobre o léxico”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, foi possível verificar que Brenda incluiu o uso do Google Tradutor em suas atividades de Língua Inglesa durante a execução de projetos propostos para a turma. Embora a estudante ainda não utilize todos os recursos da ferramenta, ela a reconhece como adequada para a realização das suas atividades e para a ampliação do seu conhecimento de vocabulário em língua inglesa. O manuseio da ferramenta de certa forma é natural para ela, pois as tecnologias digitais fazem parte do cotidiano de adolescentes e jovens, ainda que Brenda apresente dificuldades com outras ferramentas, como o Google Sala de Aula. Por meio de observações durante as aulas e nos atendimentos com a professora de AEE, foi possível verificar que a estudante demonstra mais autonomia em relação à realização das tarefas, integrou-se com os seus colegas e o aprendizado do idioma é realizado por meio de proposta que a partir da diferenciação curricular sejam relevantes para a estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados se o Google Tradutor é uma ferramenta de inclusão escolar nas aulas de Língua Inglesa no Ensino Médio será possível adotar essa estratégia sempre que necessário. Segundo Prensky (2001), a geração atual de estudantes, é composta de nativos digitais e por conta própria já busca por recursos digitais que auxiliam nas mais diversas tarefas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (2015). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm acesso em 17/04/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008.



FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRIEGER, M. da G. (2006). Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. *Calidoscópio*, 4(3), 141–147. Recuperado de <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6000>

MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? *Revista cultural La Laguna Espanha*, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>. Acesso em: 30/9/2023.

PACHECO, José. Notas sobre diversificação/diferenciação curricular em Portugal. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*. Campo Grande: MS. v. 14. n. 28. p. 178-187. jul./dez. 2008.

PRENSKY, Marc. Digital Natives, Digital Immigrants. *On the Horizon*, Bradford, v. 9, n. 5, p. 2-6, out. 2001.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EM BIBLIOTECAS ESCOLARES NO INCENTIVO À LEITURA EM UM INSTITUTO FEDERAL DO SUL DO BRASIL

RITTA, Vivian Iracema Marques¹

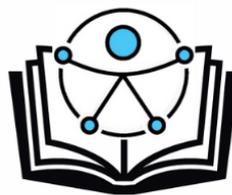
SCHERER, Renata Porcher²

¹Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica, vivianritta@ifsul.edu.br, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Bibliotecária - Documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – Campus Pelotas.

²Doutora em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), renatascherer@ifsul.edu.br, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) – IFSul - Campus Charqueadas

Resumo: A pesquisa em andamento tem como foco a inclusão educacional e o acesso à leitura para estudantes com deficiência, com destaque para o papel do bibliotecário e o uso de Tecnologias Assistivas em bibliotecas escolares no Instituto Federal. O objetivo geral é realizar uma revisão da literatura focada na inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), abordando acessibilidade, promoção da leitura e integração da Tecnologia Assistiva. A pesquisa justifica-se pela necessidade de promover a inclusão e o acesso igualitário à leitura, alinhando-se com a legislação brasileira de inclusão. Destaca-se a importância da atuação do bibliotecário como facilitador desse processo e a tendência internacional da escola inclusiva. Os objetivos específicos da pesquisa são: investigar a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica e analisar a aplicação eficaz da Tecnologia Assistiva e avaliar a contribuição do bibliotecário na promoção da leitura. A abordagem metodológica incluiu revisão de literatura nas bases de dados, com foco em autores relevantes para o tema. No segundo momento, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa para compreender a complexidade da realidade social e envolve a análise textual discursiva dos dados coletados. A pesquisa revela que, apesar da legislação sólida para a inclusão na EPT, desafios como infraestrutura inadequada persistem. A promoção da leitura é identificada como fundamental, com ênfase na formação de mediadores. A Tecnologia Assistiva é vista como crucial, mas é necessária uma integração mais eficaz. As bibliotecas escolares desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e acessibilidade.

Palavras-chave: Inclusão educacional. Estudantes com deficiência. Tecnologias assistivas. Bibliotecas escolares. Acessibilidade.

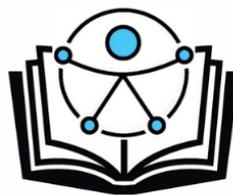


INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta resultados parciais com ênfase na revisão de literatura de uma dissertação de mestrado em andamento sobre a inclusão educacional e o acesso à leitura para estudantes com deficiência, com destaque na atuação do bibliotecário e no uso de tecnologias assistivas em bibliotecas escolares no âmbito de um Instituto Federal localizado no Sul do Brasil. A justificativa para esta pesquisa está relacionada à necessidade de promover a inclusão educacional e o acesso igualitário à leitura para estudantes com deficiência, alinhada às diretrizes legais estabelecidas pela lei brasileira de inclusão. Destaque para importância da atuação do bibliotecário como agente facilitador desse processo, ressaltando a tendência internacional da escola inclusiva e a necessidade de uma educação de qualidade e equidade. Além disso, esta pesquisa busca responder à pergunta orientadora: "Quais os recursos de tecnologia assistiva podem ser utilizados em bibliotecas escolares para incentivar à leitura de estudantes com deficiência?" Isso reflete a importância de identificar soluções práticas que contribuam para a inclusão e desenvolvimento educacional desses estudantes, garantindo que a biblioteca seja um espaço acessível e acolhedor para todos.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) visa preparar jovens e adultos para o mercado de trabalho, enfatizando não apenas a capacitação profissional, mas também a compreensão das dinâmicas sociais e produtivas (PACHECO, 2012). No entanto, há debates sobre se o Ensino Médio Integrado à EPT deve focar apenas na formação profissional ou também no desenvolvimento pessoal dos estudantes (SIMÕES, 2007). A inclusão de estudantes com deficiência na EPT é respaldada por leis que garantem o acesso à educação inclusiva em escolas regulares. No entanto, desafios como a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de formação continuada dos professores e a promoção de uma cultura inclusiva ainda persistem (CAPELLINI, 2004). Para superar esses desafios, é essencial investir em formação continuada para os profissionais da educação, envolver ativamente a família e a comunidade, e continuar promovendo políticas públicas inclusivas para garantir o acesso e a aprendizagem de qualidade para todos os estudantes (FONTES, 2009).

A importância da acessibilidade e inclusão nas bibliotecas, destaca a necessidade de torná-las acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. As barreiras que podem impedir a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, conforme definido pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), abrange aspectos arquitetônicos, de transporte, comunicação, informação, atitudes sociais e tecnológicas. A biblioteca desempenha um papel importante na facilitação do acesso à informação para fins de aprendizado, e, portanto, deve ser acessível a todos, independentemente de suas capacidades ou deficiências, como destacado por Sassaki (2011).



As Tecnologias Assistivas na promoção da autonomia das pessoas com deficiência incluem recursos como tradução de texto para LIBRAS e impressão em braile. No entanto, há desafios a serem superados para tornar as bibliotecas verdadeiramente inclusivas, enfatizando a necessidade de investimento em tecnologias assistivas e na eliminação de barreiras que ainda persistem nos ambientes de aprendizado.

O papel multifacetado do bibliotecário no ambiente escolar vai além da organização do acervo e inclui a promoção do uso da biblioteca como espaço educativo. A responsabilidade do bibliotecário em incentivar o uso da biblioteca e atuar como educador, contribui para a formação dos estudantes, conforme enfatizado por Pires (2014). Além disso, ressalta a importância da inclusão social de estudantes com deficiência, com os bibliotecários desempenhando um papel crucial no apoio a esses estudantes, facilitando sua inclusão na biblioteca e auxiliando na socialização. A leitura é destacada como uma atividade essencial na vida dos cidadãos, e os bibliotecários devem proporcionar alternativas para que pessoas com deficiência também possam desfrutar desse ato, seguindo a abordagem de Moro, Terso e Sienna (2021).

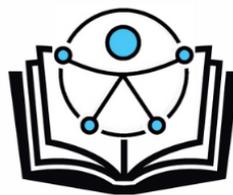
Além disso, a importância da formação de leitores críticos, especialmente no ensino médio integrado, reconhece na leitura uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento intelectual e a humanização dos estudantes. Destaca-se a necessidade de adaptar as práticas de leitura para atender às diversas necessidades dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência, e a utilização de tecnologias e recursos acessíveis é ressaltada como um meio de tornar a leitura mais inclusiva.

O papel das bibliotecas virtuais na promoção da acessibilidade educacional beneficia não apenas pessoas com deficiência física, mas também aqueles em áreas remotas ou com dificuldades socioeconômicas. A inclusão de estudantes com deficiência é um foco central, com projetos como o da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP que buscam integrar esses estudantes às atividades de pesquisa por meio das bibliotecas virtuais (PUPO E VICENTINI, 2004), enquanto bibliotecas virtuais sonoras, como o sistema DOSVOX, possibilitam o acesso de pessoas com deficiência visual a conteúdos em áudio.

Além disso, temos a importância da inclusão e da sustentabilidade em nível internacional, com a criação de comunidades de prática em ambientes virtuais. Essas iniciativas visam promover a inclusão e a sustentabilidade nas bibliotecas acadêmicas por meio de estratégias de desenvolvimento profissional inclusivo e sustentável.

O objetivo geral da pesquisa é: realizar uma revisão da literatura que analise a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na acessibilidade, na promoção do hábito de leitura e na efetiva integração da Tecnologia Assistiva.

Como objetivos específicos foram traçados os seguintes:



- i) Investigar a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na acessibilidade, estratégias de leitura e formação de mediadores.
- ii) Analisar a aplicação eficaz da Tecnologia Assistiva para superar desafios cognitivos em estudantes com deficiência e propor melhorias na integração dessas tecnologias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O início da abordagem metodológica deste estudo consistiu na etapa de revisão de literatura. Nesse sentido, uma pesquisa foi conduzida nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Portal Scielo e Portal Acadêmico, usando os descritores "Biblioteca, Acessibilidade e Leitura". Como resultado dessa pesquisa, identificaram-se relevantes autores, a saber: Sasaki, Moro, Pires, Pupo e Vicentini, todos eles com relação direta ao tema em estudo.

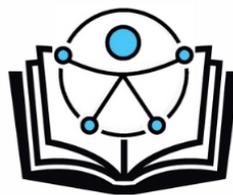
Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa que se concentra em situações naturais, dados descritivos e realidades complexas. Para Minayo, Deslandes, Gomes (2001) a pesquisa social é definida como um processo de investigação que busca entender a complexidade da realidade social, incluindo múltiplas dimensões e significados nas interações humanas, instituições e contextos sociais. Além disso, ela envolve uma abordagem crítica e reflexiva, com o intuito de compreender as causas, consequências e relações subjacentes nos fenômenos sociais, enfatizando a importância da interdisciplinaridade e da contextualização.

O objetivo deste estudo consiste em realizar uma revisão da literatura que analise a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na acessibilidade, na promoção do hábito de leitura e na efetiva integração da Tecnologia Assistiva.

Adicionalmente, busca-se analisar a contribuição do bibliotecário na promoção da leitura para esses estudantes, incluindo o uso de recursos de tecnologia assistiva. No segundo momento da pesquisa será feita a coleta dos dados necessários, serão realizados questionários com os bibliotecários do Sistema de Bibliotecas, e a análise dos dados ocorrerá por meio da análise textual discursiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a pesquisa revela que, embora a legislação brasileira estabeleça uma estrutura legal sólida para a inclusão, ainda persistem obstáculos significativos, incluindo infraestrutura inadequada, falta de formação continuada para professores e a necessidade de promover uma cultura inclusiva. Superar esses desafios requer investimento em formação continuada para profissionais da educação, envolvimento ativo das famílias e comunidades e a



continuação de políticas públicas inclusivas para garantir o acesso e a aprendizagem de qualidade para todos os estudantes.

A promoção da leitura é identificada como fundamental no desenvolvimento dos estudantes, e a formação de mediadores de leitura é salientada como um meio de fomentar o gosto pela leitura desde os estágios iniciais da formação. A pesquisa destaca a necessidade de adaptar as práticas de leitura para atender às diversas necessidades dos estudantes, com ênfase na utilização de tecnologias e recursos acessíveis para tornar a leitura mais inclusiva.

Quanto à Tecnologia Assistiva, os estudos destacam a importância dessas ferramentas na superação das dificuldades cognitivas dos estudantes com deficiência. No entanto, enfatizam a necessidade de uma integração mais eficaz dessas tecnologias nas práticas educacionais, a fim de maximizar seu impacto na inclusão.

O papel das bibliotecas escolares na promoção da inclusão e acessibilidade é enfatizado, com ênfase na necessidade de tornar essas instituições acessíveis a todos, independentemente de suas capacidades ou deficiências. A pesquisa ressalta que os bibliotecários desempenham um papel crucial na facilitação do acesso à informação e na promoção da educação inclusiva. Além disso, é destacada a importância da formação adequada desses profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, com base nos objetivos delineados e nos resultados apresentados neste Resumo Expandido, é possível avaliar a prática de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sob diversas perspectivas. Observamos que, apesar dos avanços identificados, ainda existem desafios significativos a serem superados para promover a acessibilidade e a equidade nesse contexto.

No que diz respeito à promoção da leitura, destacamos a importância de desenvolver estratégias pedagógicas que incentivem o hábito de leitura desde os estágios iniciais da formação dos estudantes. A formação de mediadores de leitura também se revela essencial para essa finalidade.

Quanto ao uso da Tecnologia Assistiva, os resultados sugerem que essa abordagem pode ser valiosa na superação das dificuldades cognitivas dos estudantes com deficiência. No entanto, é necessário aprimorar a integração dessas tecnologias nas práticas educacionais, visando a maximização de seus benefícios.

Por fim, enfatizamos o papel fundamental das bibliotecas escolares na promoção da inclusão e acessibilidade, ressaltando a necessidade de garantir que seus acervos e serviços sejam acessíveis a todos os estudantes. Além disso, a formação adequada dos profissionais das bibliotecas é um fator crucial para que desempenhem um papel efetivo



como agentes de transformação na disseminação da informação e na promoção da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 10 dez. 2022.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2921>. Acesso em: 04 fev. 2023.

FONTES, Rejane de Souza. **Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu.

Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; TERSO, Iole Costa; SIENNA, Marta (org.) **Somos todos biblioteca escolar**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249976/001147970.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 ago. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wpcontent/uploads/2020/07/PerspectivasEducaoProfissional.pdf>. Acesso em: 9 abri. 2023.

PIRES, Erik André de Nazaré. **O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação**. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17437>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PUPO, D. T.; VICENTINI, R. A. B. **A Integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais**. Sid.Usal.Es, p. 1–12, [2004]. Disponível em: <https://sid-inico.usal.es/docs/F8/FDO24708/regina.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.



SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade**. Escola da gente, 2011. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Juventude e educação técnica**: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFETRJ. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=89111. Acesso em: 04 abr. 2023.

VALE, Luciana Marques. A importância da terminologia para o Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais Brasileira. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 305-320, junho de 2018.



VIVÊNCIA NO GOALBALL: a experiência no ifsul câmpus sapucaia do sul

DAMATO, Tarciana Angelica Lopes¹

¹Doutora em Cultura, deficiência e inclusão: educação e formação. Universidade dos Estudos de Roma/Itália. tarcianadamato@ifsul.edu.br, IFSUL campus Sapucaia do Sul. Integrante do NAPNE e NEABI; área de atuação relacionada com: Perspectiva inclusiva e formação de professores, Educação Física inclusiva e adaptada, experiência na EAD.

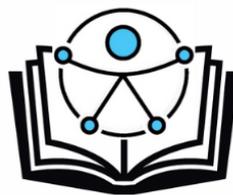
Resumo:

As atividades esportivas adaptadas são pouco abordadas nas escolas, resultando em conhecimentos insuficientes pelos estudantes, sendo isto resultante de uma Educação Física que era pautada em tendências pedagógicas do século passado. Este estudo inicia mediante a possibilidade de conhecimentos sobre esportes alternativos nas aulas de Educação Física, permitindo noções de um esporte adaptado: o Goalball. O objetivo foi analisar o ponto de vista de estudantes acerca da experiência na modalidade paralímpica Goalball, considerando: identificar possíveis pontos positivos e/ou negativos nesta experiência, identificar elementos de sensibilização após a vivência; analisar a relação da Educação Física e o Goalball. A metodologia utilizada foi qualitativa baseada no estudo de caso com a formação de categorias para a análise de conteúdo a partir dos relatos dos estudantes. Os resultados apontam como ponto negativo a falta de referência por estarem com os olhos vendados, ânsia, medo, comunicação falha entre os componentes da equipe, dentre outros. Os pontos positivos apontam o goalball como atividade divertida, conhecimento de uma modalidade até então desconhecida, necessidade do trabalho em equipe, colaboração, dentre outros. Os alunos se mostraram sensibilizados com esta vivência esportiva para pessoas cegas e relataram a importância destas atividades serem contempladas nas aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Atividade Física Adaptada. Educação Física. Goalball.

INTRODUÇÃO

A Educação Física passou por um período dos anos 90' de exclusão das pessoas consideradas menos habilidosas e das pessoas com deficiência. Esse quadro de estigmatização mudou a partir das novas tendências pedagógicas que guiaram o ensino da Educação Física. Essa nova perspectiva possibilitou mudanças no processo ensino aprendizagem fazendo com que todas as pessoas pudessem vivenciar e participar das várias atividades motoras dentro da escola. De uma forma mais específica, podemos



citar os esportes adaptados como uma das várias atividades motoras adaptadas e inclusivas para as pessoas com deficiência. No caso dos esportes adaptados, conseguiram uma certa notoriedade nos tempos atuais, sobretudo, com a divulgação e com os resultados nas Paralimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro e de 2021 em Tóquio. O Brasil, por exemplo, ficou “em sétimo lugar no quadro de medalhas em Londres, irrefutavelmente confirmam tais investimentos e, conseqüentemente, refletem uma maior visibilidade dos esportes paralímpicos” (CUNHA, 2013, p. 15).

Em contrapartida, apesar do crescimento na notoriedade dos esportes paralímpicos, estes quase não entram como elemento didático da educação física no conteúdo esporte. Assim sendo, os estudantes com e sem deficiência não conhecem, não vivenciam tais atividades motoras adaptadas, negando um crescimento e um desenvolvimento nos aspectos emocional-físico-motor-social. Tais vivências podem contribuir na inclusão social, na qualidade de vida, autonomia, empoderamento, autoconhecimento, eliminação do preconceito, dentre outros e “oferece a oportunidade ímpar de trocas de experiências para pessoas com e sem deficiência” (MOURA, CARNAÚBA, DAMATO, 2019, p.05). Além disso, a falta dessas informações e vivências também negam às pessoas sem deficiência o conhecimento de entender as possibilidades de participação desde as atividades motoras adaptadas até os esportes a nível de Paralimpíadas (Ibidem).

Considerar e oferecer tais conteúdos nas aulas poderá contribuir no reconhecimento das pessoas com deficiência e na possibilidade de conhecer, construir e vivenciar uma sociedade mais inclusiva. Estas atividades motoras adaptadas realizadas nas aulas de educação física, possibilitam a todos os estudantes um desenvolvimento e compreensão dos valores éticos, morais, de respeito e valorização das pessoas com deficiência. Para Carneiro et al (2019, p. 03) o esporte adaptado irá responder “aos objetivos educacionais voltados à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física”, além de debater e refletir criticamente a temática da exclusão das pessoas com deficiência juntamente com todos os estudantes.

Este trabalho surge de uma inquietação que envolve a pouca visibilidade dos esportes para pessoas com deficiência e por perceber que parte dos estudantes não conhecia tais modalidades paralímpicas e nem as possibilidades que as pessoas cegas, com deficiência intelectual e deficiência física têm dentro dos esportes.

Assim, o trabalho nasce com o escopo de disseminar, apresentar e possibilitar a vivência em um esporte paralímpico e teve como objetivo geral analisar o ponto de vista de estudantes do IFSUL no campus Sapucaia do Sul acerca da experiência no Goalball, considerando os seguintes objetivos específicos: identificar possíveis pontos positivos e/ou negativos nesta experiência, identificar elementos de sensibilização após a vivência; analisar a relação da Educação Física e o Goalball.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



A metodologia foi um estudo qualitativo com abordagem do estudo de caso baseado em Chizzotti (2006), procurando conhecer o ponto de vista dos participantes que vivenciaram o esporte adaptado. Os sujeitos participantes foram 97 estudantes de um campus do Instituto Federal. O primeiro momento foi baseado na parte teórica com acesso pelo Moodle dos conhecimentos a respeito da origem, fundamentos e regras do goalball. No segundo momento, os sujeitos montaram o espaço e realizaram a vivência prática. No terceiro e último momento, os sujeitos realizaram um relato escrito de forma individual mencionando a experiência, pontos positivos e negativos e a relação da Educação Física com o Goalball. Esta última etapa serviu para a coleta dos dados onde a análise dos resultados teve como base a análise de conteúdo com a formação e apresentação de categorias de acordo com Bardin (2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo inicia com a seguinte afirmação: *“Como assim, jogar um esporte que não pode enxergar? Ficar com os olhos vendados; só escutando o barulho da bola? Que estranho!”* (Sujeito NT), pois, a grande maioria não conhecia o esporte paralímpico Goalball. Destes, 15 sujeitos afirmaram que jogariam novamente e 06 afirmaram que não jogariam mais, pois a experiência foi estressante, difícil ou deixando em uma situação não confortável.

Os resultados serão apresentados a partir das categorias analisadas a partir dos relatos: pontos positivos, pontos negativos e/ou dificuldades, contribuições da Educação Física para a inclusão.

1. Pontos positivos e pontos negativos e/ou dificuldades do Goalball

Nesta categoria serão apresentadas as informações coletadas de forma qualitativa como mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Pontos positivos e pontos negativos e /ou dificuldades relatados pelos sujeitos.

Pontos positivos	Pontos negativos e/ou dificuldades
Entrosamento da turma	Sensação estranha em ficar vendado
Trabalho em equipe e colaboração	Sensação de estar perdido
Comunicação constante	Sensação de desconforto: por não enxergar
Necessidade da confiança no colega e em si mesmo	Sensação de insegurança, medo, assustador, de desespero por depender dos outros sentidos
Experiência boa, icônica, positiva, desafiadora	Dependência do sentido da visão para raciocinar
Experiência divertida, única, intrigante, nova	Perda da noção espacial e de direção



Aula dinâmica, inovadora e interessante	Precisa de muita concentração e agilidade
Melhora a orientação espacial, de distância, concentração, percepção auditiva e tátil	Quadra e espaço não adaptados para o jogo: ruídos e conversas das pessoas
Grande aprendizado	Dificuldade em escutar o guizo da bola: barulho
Saída da zona de conforto	Necessidade de silêncio
Importância do auxiliar/mediador para dar confiança e apoio na noção de direção e espaço	Não gostou do jogo por estar vendado
-	Experiência complicada por estar vendado
-	Experiência difícil por ter que se guiar vendado
-	Difícil de jogar algo novo
-	Momentos e jogadas imprevisíveis
-	Dificuldades em distinguir esquerda da direita

Fonte: autora.

Os pontos positivos revelam a importância da colaboração e da comunicação para que as atividades possam vir a ter sucesso, como afirma o Sujeito AC que “eu gostei de praticar esse esporte, pois, ajuda a turma a se entrosar e praticar o trabalho em equipe, pois os jogadores precisam estar em constante comunicação uns com os outros”. Esta comunicação vai fortalecer a confiança no colega de equipe e em si mesmo, sendo necessário também um tempo para se adaptar à nova atividades esportiva. A importância destas atividades físicas para estimular e desenvolver os potenciais e habilidades de cada participante (CARNEIRO et al, 2019). Os pontos negativos foram as sensações de medo, insegurança devido a falta da visão, como relata o Sujeito LC: “a sensação de ser vendado e não saber o que está nos arredores é horrível”. Apesar do desconhecido trazer estas sensações negativas e de insegurança, os sujeitos que relataram tais emoções puderam experimentar mais de uma vez o jogo, fazendo com que pudessem sentir uma pouco mais de confiança.

2. As contribuições da Educação Física para a inclusão

Nesta categoria serão apresentados as reflexões dos sujeitos acerca da importância da Educação Física para adquirir novos conceitos, conhecimentos e práticas esportivas fazendo essa relação com a inclusão e pessoas com deficiência.

O quadro 2 apresenta os resultados quanto as contribuições para os sujeitos, assim como, as demandas que foram coletadas nos relatos. Demandas estas que surgem a partir de uma vontade, necessidade e oportunidade para que todos possam conhecer e praticar tais atividades adaptadas.



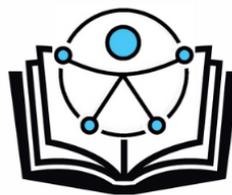
Quadro 2: Contribuições da Educação Física para a inclusão

Contribuições	Necessidades	Reflexões
Oportunidade de conhecer e praticar um esporte novo	Mais espaços nas escolas	Trouxe mais amor pelo esporte
Oportunidade dos alunos jogarem um esporte novo	Sair da aula padrão e do cotidiano dos esportes convencionais	Experiência positiva nas aulas de educação física
É uma forma de inclusão	Mais experiências deste tipo de esporte: pouca visibilidade	Admiração pelos jogadores com deficiência
Oportunidade de recriar o jogo	Necessidade de ter mais aulas dessa forma	Aprender a respeitar as diferenças
Outros sentidos entram em ação	É difícil e requer treino – diferença entre quem treina e quem faz de forma casual	Ajudou a entender a importância da educação inclusiva
Visão ampla dos esportes		Percepção que a realidade do outro é diferente e se pôr no lugar do outro
Pessoas cegas/BV participam de um esporte		Reflexão e valorização a respeito das pessoas cegas e com DV
		Superação de preconceitos

As contribuições relatadas pelos sujeitos podem confirmar as reflexões trazidas por eles em relação a importância da Educação Física na escola que traz tal atividade adaptada. Sendo assim, a vivência deste esporte adaptado foi bem aceita por todos, além de fortalecer a quebra de barreiras, conhecimento e a inclusão nas aulas. O Sujeito AK relata que “aprender sobre isso na Educação Física é uma coisa muito inclusiva, saber como pessoas com deficiência conseguem jogar, competir e se divertir, mesmo sem a visão. Não é uma coisa que vemos em qualquer aula”. O sujeito VI afirma que “o paradesporto é extremamente fundamental na Educação Física, além da gente ter contato com outros esportes, é importante para a quebra do preconceito [...]”. Moura, Carnaúba e Damato (2019) afirmam que as atividades esportivas adaptadas trazem inúmeras contribuições na vida não apenas das pessoas com deficiência, mas também para as pessoas sem deficiência, pois, a prática esportiva inclusiva ajuda na quebra do preconceito, na melhoria da interação e na inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados trazem dados relativos que possibilitam uma compreensão das perspectivas e do ponto de vista dos estudantes a respeito das modalidades paralímpicas. Percebeu-se, por meio das informações coletadas, a necessidade de



incrementar e propor tais modalidades adaptadas nas aulas de Educação Física como esporte alternativo. A maioria dos estudantes informou que não conhecia o Goalball, mas que percebe que estas pessoas cegas e com baixa visão têm capacidades, habilidades e potencialidades desde que sejam dadas as possibilidades, assim como, esta experiência prática revelou uma sensibilização quanto a estas pessoas. Os pontos negativos convergem no sentido da falta de controle da situação em jogo, pois, os estudantes estavam com os olhos vendados tendo como fonte de informação a audição e tato; desta forma, o medo, insegurança e dúvida foram sentimentos postos como algo negativo na experiência prática. A percepção dos estudantes de um modo geral, revela a importância da inclusão, da diversidade, da colaboração e do trabalho em equipe, além, da importância de desenvolver empatia, solidariedade e novas vivências em atividades e esportes adaptados.

Este estudo revela a necessidade de incrementar e propor tais modalidades adaptadas nas aulas de Educação Física, possibilitando a ampliação dos conhecimentos a respeito da inclusão, da diversidade, de desenvolverem empatia e solidariedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2016. Acesso em: 10, fevereiro, 2023. Disponível em:

<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>

CARNEIRO, Aiana C.; SOUZA, Ranner de N.; SOUZA, Amanda S. de; AZEVEDO, Denize P. de; SOUZA, Suzana A. N. O trato pedagógico dos esportes adaptados no ensino médio na educação física escolar: um relato de experiência. XI Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, **XI CBAMA** – Maceió, 2019. Acesso em: 05, dezembro, 2022. Disponível em: https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-662d40f9554e95290df18b137af55b8082347cfb-arquivo_revisado.pdf

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.

CUNHA, Leonardo M. O esporte adaptado como conteúdo nas aulas de educação física (**Dissertação**). Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. 175 pp. 2013. Acesso em: 05, dezembro, 2022. Disponível em:

https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7248/1/tese_7152_disserta%C3%A7%C3%A3o%20LEONARDO%20MIGLINAS.pdf

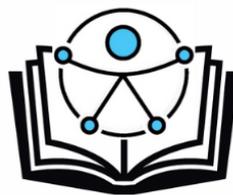
MOURA, Flavio A. S.; CARNAÚBA, Beatriz R. S.; DAMATO, Tarciana A. L. A experiência no esporte adaptado: considerações da pessoa com deficiência. XI Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, **XI CBAMA** – Maceió, 2019.

ANAIS
4º SEDINETEC
16 a 18 de novembro de 2023
ISSN 2764-1457



4º SEDINETEC
Seminário de Educação
Inclusiva no Ensino Médio
e Técnico do IFSul

Acesso em: 05, setembro, 2023. Disponível em:
<https://doity.com.br/anais/cbama2019/trabalho/117498>



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Práticas e resultados no Campus São Bento do Sul

ALMEIDA, Leonardo Rocha de¹

¹ Doutor em Educação. e-mail: leonardo.almeida@ifc.edu.br Instituto Federal Catarinense - Campus São Bento do Sul. Professor EBTT de Atendimento Educacional Especializado

Resumo: Este resumo tem por objetivo apresentar um levantamento dos resultados obtidos pela organização do trabalho do Atendimento Educacional Especializado no Campus São Bento do Sul no primeiro semestre de 2023. Para ser atendido pelo AEE, os estudantes são encaminhados via apresentação de laudo no momento da matrícula ou por identificação de dificuldades de aprendizagem em eventos como o conselho de classe. A organização das atividades é majoritariamente com atendimentos individuais e orientações de estudantes quanto à rotina escolar. O levantamento foi feito com os estudantes oriundos do Ensino Médio Integrado. Os principais resultados observados estão na melhora de notas dos estudantes atendidos e permanência e êxito dos mesmos quanto ao seu curso de formação.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Ensino Médio. Educação Inclusiva.

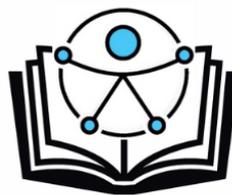
INTRODUÇÃO

A educação especial caracteriza-se como uma modalidade de ensino, que segundo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, inicia na educação infantil e segue ao longo da vida do sujeito. (BRASIL, 1996). Nessa premissa, pensar os processos de inclusão são fatores primordiais nos diferentes níveis de ensino.

Estudos como o de Zerbato, Vilaronga e Santos (2021), apontam a importância do profissional de educação especial nos institutos federais e suas diferentes normativas de regulação das atividades para estudantes deste nível de ensino. Incluindo a necessidade de fortalecimento na época da realização do estudo, pois é reforçado que ainda estava em fase de implementação desse profissional nas redes federais.

Assim, há uma caminhada para a inserção de profissionais que atendam essas demandas em diferentes instituições públicas e privadas e de seguindo os vários níveis. Esse artigo discute as atividades de Atendimento Educacional Especializado no Instituto Federal Catarinense Campus São Bento do Sul.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Instituto Federal Catarinense é organizado a partir da Resolução nº 15/2021 (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE,



2021) que estabelece seus profissionais, organização de atendimento e público alvo. Sendo inicialmente ofertado na forma de acompanhamento pedagógico com profissionais com formação específica. Sendo aos poucos inseridos os demais membros descritos na normativa com aprovação em concurso público e aprovação orçamentária.

Os estudantes público-alvo do AEE iniciaram o atendimento mediante comunicação direta com o serviço e apresentação de laudo médico ou pela observação em conselho de classe de alunos que estavam infrequentes ou com baixo rendimento.

Foi realizado convite para participação nos atendimentos que foram feitos de forma individualizada ou em pequenos grupos. Com aceite do estudante, duas pedagogas terceirizadas realizavam o acompanhamento que envolvia orientação de estudos e acolhimento das demandas da sala de aula. Logo foram inseridos no contexto de atendimento a Pedagoga do Campus e o Professor de AEE do Campus.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este texto, foi realizada uma pesquisa documental nos protocolos de atendimento dos estudantes do AEE a fim de verificar o desenvolvimento e resultados do trabalho. Dessa forma, foi feita uma análise quantitativa quanto aos números de atendimentos e variação quanto a média das disciplinas. Os dados são oriundos do Ensino Médio Integrado em Técnico de Informática, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Automação Industrial.

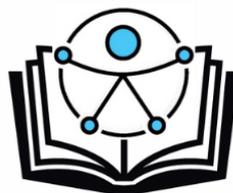
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo foram encontrados 38 registros de estudantes de três cursos técnicos ofertados no Campus São Bento do Sul, a saber: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Informática e Técnico em Segurança do Trabalho.

Destes estudantes 16 são do gênero feminino. Dos critérios que fizeram com que o estudante fosse atendido como público-alvo do AEE figuram como principais causas: Transtorno do Espectro Autista (8) e Transtorno do Déficit de Atenção (9).

As principais estratégias utilizadas foram: acolhimento, diálogo, sensibilização; acompanhamento nas avaliações; Conversa com Professores; Gestão do tempo: sono, alimentação; Encaminhamento para profissional da Saúde. Orientação de estudos, Reunião com familiares.

Como principais resultados percebidos podemos citar a melhora nas notas das avaliações ao longo do ano letivo, diminuição dos relatos dos estudantes sobre estresse ou ansiedade para a realização das atividades em aula.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto é possível perceber a importância do desenvolvimento do trabalho do AEE no Instituto Federal Catarinense - Campus São Bento do Sul como mecanismos de efetivação dos pilares Ingresso, Permanência e Sucesso dos estudantes público-alvo das atividades. Ainda é possível perceber fragilidades pela falta do grupo completo descrito na normativa, porém por ser um campus novo que está recebendo melhorando seu quadro de docentes e técnicos. Além disso, é visível que apesar dessa situação o trabalho tem sido desenvolvido e apresenta resultados positivos para os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.
BRASIL.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. RESOLUÇÃO Nº 15/2021 - CONSUPER (11.01.18.67) nº nº 15/2021, de 29 de abril de 2021. *I n s t i t u i a* regulamentação para o Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal Catarinense. [S. l.], 29 abr. 2021.

ZERBATO, A. P.; VILARONGA, C. A. R.; SANTOS, J. R.. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0196, 2021.